

Maria Helena Soares de Almeida Sousa



Violência conjugal percebida por um menor em contexto familiar e suas consequências psicossociais: estudo de caso

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

PORTO, 2016

Maria Helena Soares de Almeida Sousa

Violência conjugal percebida por um menor em contexto familiar e suas consequências psicossociais: estudo de caso

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

PORTO, 2016

Maria Helena Soares de Almeida Sousa

Violência conjugal percebida por um menor em contexto familiar e suas consequências psicossociais: estudo de caso

Dissertação apresentada à Universidade Fernando Pessoa, como parte dos requisitos para obtenção de Grau de Mestre em Psicologia Clínica e da Saúde sob orientação do Professor Doutor José Soares Martins

Maria Helena Soares de Almeida Sousa

RESUMO

A violência como fenómeno social e familiar, não é um problema atual, desde sempre esteve presente, sendo que a sua exposição apresenta diferentes intensidades em diferentes momentos da sua evolução. Como fenómeno mundial, percorreu todas as culturas, etnias, tipos de economia e regimes políticos (Sagim, 2003).

O objectivo da presente investigação é a violência conjugal percebida por um menor em contexto familiar e suas consequências psicossociais: estudo de caso.

Método: A metodologia escolhida é qualitativa e é designada por naturalista. O método utilizado foi o estudo de caso e a recolha de dados foi a entrevista (semi-estruturada) e fez-se a descodificação desta através da análise de conteúdo, que foi organizada em várias categorias .

Instrumentos: Questionário sócio demográficos (filha); Guião de Entrevista para adultos(mãe), semi-estruturada; Entrevista Clínica Semi-Estruturada (SCICA);A Escala de Sinalização do Ambiente Natural Infantil (S.A.N.I.); O teste projectivo Pata Negra de Corman (filha).

Participantes: R de 12 anos de idade, sexo feminino, caucasiana, possui o 9º ano de escolaridade

Resultados: Verificou-se que R tem uma boa capacidade de *coping* e resolução de problemas, indo do encontro referido por alguns autores nos meus estudos, sendo que noutros não se enquadra no perfil defendido pela literatura.

Referindo segundo o DSM-5, R apresenta alguma sintomatologia clínica como a ansiedade de separação, revelando insegurança e medo da perda dos afetos por parte dos progenitores.

Conclusão: : Concluiu-se ainda que alguns estudos referem que nem todas as crianças expostas à violência intrafamiliar responderão negativamente, uma vez que a presença de fatores de proteção têm um papel fundamental. Entre estes, o ambiente escolar, o relacionamento com a vizinhança e o suporte advindo de demais membros familiares, entre outros (Sani, 2008).

Palavras-chave: Família, violência doméstica, crianças maltratadas, impacto da vitimação na criança.

ABSTRACT

Violence as social and family phenomenon, is not a current problem has always been present, and their exposure has different intensities at different times of their evolution. As a global phenomenon, come all cultures, ethnic groups, types of economies and political regimes (Sagim , 2003).

The purpose of this research is domestic violence perceived by a minor in the family context and its psychosocial consequences: a case study .

Method: The chosen methodology is qualitative and is called naturalistic. The method used was the case study and data collection was the interview (semi-structured) and made to decode this through content analysis, organized into several categories.

Instruments: Demographic questionnaire partner (daughter); Interview Guide for adults (mother), semi-structured; Clinical Interview Semi-Structured (SCICA); The Children's Natural Environment Signs Scale (S.A.N.I.); The projective test Pata Negra Corman (daughter).

Participants: R 12 years old, Caucasian, female, has the 9th grade

Results: It was found that R has a good capacity for coping and solving problems; going to the meeting referred by some authors in my studies, and other does not fit the profile defended by the literature.

Referring DSM-5, R presents some clinical symptoms such as separation anxiety, revealing insecurity and fear of loss of affection on the part of parents.

Conclusion: It was also concluded that some studies indicate not all childrens exposed to family violence will respond negatively, since the presence of protective factors play a key role. Among these, the school environment, the relationship with the neighborhood and support arising from other family members, among others (Sani, 2008).

Keywords: family; domestic violence; maltreated children, impact of victimization on children

*Quando um corpo feminino é violentado brutalmente
É certeza que falta humanidade numa sociedade
Viciada, hipócrita e que se safa impunemente
Homens que representam a podridão
O descaso, o desrespeito, o esvaziamento
Porque se sentem no direito de machucar
Denegrir, ofender e humilhar
Seres desprezíveis que caminham livremente
Assediam, "brincam", diminuem, batem
E consideram normal, porque são homens
São miseráveis escrotos, débeis criaturas
Habitando um corpo racionalizado
Agindo como bicho irracional
Não é o que vestimos, dizemos, fazemos
Não é o meu comportamento que dá permissão
O NÃO é imperativo sempre
O que uma mulher é
Homem nenhum tira
Mesmo machucada, humilhada
Consegue ser muito mais forte
Do que qualquer homem
Talvez por isso estejam despertando
Tanto medo e insegurança
Em uma grande parcela masculina
Que ao não reconhecer seu empoderamento
Buscam através da crueldade seu desmerecimento
É preciso viver bem na diversidade
Não existe melhor ou pior, existe o diferente
Homens e mulheres, juntos, com direitos iguais
Livres para serem o que desejarem
Para ir e vir como quiserem
Não há perdão para a desrazão
Uma sociedade humana e decente
Só se fará através da educação
Jacqueline Batista*

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar, a todas as pessoas que me ajudaram na realização deste trabalho.

Agradeço a todos, os meus amigos, por estarem presentes em todos os momentos, sobretudo nos mais difíceis. Pelo apoio constante, incentivo e motivação.

O meu muito obrigado ao meu orientador, Professor Doutor José Soares Martins, por toda ajuda prestada nesta longa caminhada, disponibilidade, apoios contínuos, compreensão, estímulo, críticas e sugestões. Os conhecimentos que possuí nesta área foram uma mais valia, que contribuiu para o crescente interesse e vontade de ir mais além neste tema, no futuro.

Agradeço também à Fernanda, pela presença e disponibilidade que sempre demonstrou ao longo do meu percurso académico. Fica a amizade.

Aos meus pais, irmão, marido, filhas e sogros pela dedicação, pela paciência, esforço, pela motivação que sempre me deram, e por confiar que esta meta seria alcançada. Obrigada, por tudo o que proporcionaram.

Agradeço a todos os professores que tive oportunidade de aprender, por todo o incentivo, atenção, por todas as palavras de coragem e motivação.

E por último, agradeço a Deus, por toda a Força, que me deu ao longo destes cinco anos, e por nunca me ter deixado de desistir.

O meu muito OBRIGADO!!!!

ÍNDICE GERAL

| | |
|--|-----------|
| Introdução Geral | 1 |
| Parte I – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA | 4 |
| I Capítulo. Violência Doméstica, Tipos e Teorias | 5 |
| 1.1. Introdução | 5 |
| 1.2. A violência e a violência doméstica | 6 |
| 1.3. Ciclo de violência conjugal | 7 |
| 1.4. Perfil do agressor | 8 |
| 1.5. Definição de violência conjugal e teorias | 10 |
| 1.5.1. Da invisibilidade à consciencialização social da violência conjugal | 12 |
| 1.5.2. Perspetivas etiológicas dos maus-tratos conjugais | 13 |
| 1.5.3. Perspetivas intra-individuais. | 14 |
| 1.5.4. Perspetivas diádicas familiares | 17 |
| 1.5.5. Perspetivas Sócio-culturais | 18 |
| 1.6. Conclusão | 19 |
| II Capítulo. Os maus-tratos nas crianças: tipos e teorias | 22 |
| 2.1. Introdução | 22 |
| 2.2. Breve descrição histórica sobre o mau-trato na infância | 22 |
| 2.3. Mau-trato na infância em Portugal | 25 |
| 2.4. Definição do conceito de mau-trato | 26 |
| 2.5. Tipos de maus-tratos | 27 |
| 2.5.1. Maus-tratos físicos | 27 |
| 2.5.2. Negligência | 28 |
| 2.5.3. Maus-tratos sexuais. | 28 |
| 2.5.4. Maus-tratos emocionais/psicológicos | 29 |
| 2.5.5. Abandono e rejeição | 29 |
| 2.5.6. Síndrome de Munchausen por procuração | 30 |
| 2.6. Tipologias de violência parental | 31 |
| 2.6.1. Violência física | 31 |
| 2.6.2. Violência emocional e psicológica | 32 |
| 2.6.3. Negligência | 32 |
| 2.6.4. Violência física e emocional/psicológica observada | 33 |
| 2.7. Características do agressor da criança maltratada | 34 |
| 2.8. Características das crianças maltratadas | 35 |
| 2.9. Mau-trato no seio familiar | 37 |
| 2.10. Direitos da criança em contexto violência doméstica | 39 |
| 2.11. Perspetiva teórica da violência interparental das crianças | 41 |
| 2.12. Modelos de aprendizagem | 41 |
| 2.12.1. Hipótese do ciclo de violência | 41 |
| 2.12.2. Hipótese da disrupção familiar | 43 |
| 2.13. O Modelo Cognitivo | 45 |
| 2.13.1. O modelo cognitivo-contextual de Grych e Fincham | 45 |
| 2.14. Modelos emocionais | 47 |
| 2.14.1. Modelo da segurança Emocional de Cummings e Davies (1994) | 47 |
| 2.15. Modelos de Stress | 49 |
| 2.15.1. Teoria do stress pós traumático de Silverman e Kaersvang | 49 |
| 2.15.2. Teoria do stress e coping de Jaffe, Wolfe e Wilson | 50 |
| 2.16. Conclusão | 51 |

| | |
|---|----|
| III Capítulo. Impacto da violência nas crianças | 53 |
| 3.1. Introdução | 53 |
| 3.2. Exposição à violência interpaparental | 54 |
| 3.2.1. Determinantes da exposição ao crime e a experiência de violência | 56 |
| 3.3. Impacto da violência interpaparental nas crianças | 57 |
| 3.3.1. Efeitos diretos | 59 |
| 3.3.2. Efeitos indiretos | 61 |
| 3.4. Fatores mediadores do impacto da violência interpaparental | 61 |
| 3.4.1. Características individuais | 63 |
| 3.4.2. Características situacionais | 64 |
| 3.4.3. Características contextuais | 65 |
| 3.5. Conclusão | 65 |
| Parte II – CONTRIBUIÇÃO EMPÍRICA | 66 |
| IV Capítulo. Estudo Empírico | 67 |
| 4.1. Introdução | 67 |
| 4.2. Justificação do estudo | 67 |
| 4.3. Objectivo geral | 67 |
| 4.4. Método | 68 |
| 4.4.1. Método qualitativo | 68 |
| 4.5. Participantes | 68 |
| 4.6. Instrumentos utilizados | 68 |
| 4.6.1. Questionário Sócio-Demográfico | 68 |
| 4.6.2. A Escala de sinalização do ambiente natural infantil (S.A.N.I.)(Sani, 2003) e a Entrevista de avaliação-Intervenção para situações de vitimação infantil (Sani, 2002) | 69 |
| 4.6.3. O Teste projetivo Pata Negra | 70 |
| 4.6.4. Entrevistas | 71 |
| 4.7. Procedimentos | 72 |
| V Capítulo. Apresentação dos resultados | 73 |
| 5.1. Descrição e análise de conteúdo dos resultados qualitativos | 73 |
| 5.1.1. Descrição dos resultados referentes às Entrevistas, Escala e ao teste Pata Negra | 73 |
| 5.1.1.1. Descrição dos resultados da CBCL | 73 |
| 5.1.1.2. Descrição dos resultados da SICA | 74 |
| 5.1.1.3. Descrição dos resultados da Entrevista de avaliação- Intervenção para situações de vitimação infantil (Sani, 2002) e a Escala de Sinalização do Ambiente Natural Infantil (S.A.N.I.)(Sani, 2003) | 75 |
| 5.1.1.4. Descrição dos resultados teste do Pata Negra | 77 |
| VI Capítulo. Discussão e análise dos resultados | 78 |
| Conclusão Geral | 82 |
| Referências Bibliográficas | 85 |
| Anexos | |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1: Modelo Cognitivo-contextual (Grych & Fincham, 1990; Grych & Cardoza-Fernandes, 2001)..... | 53 |
| Figura 2: Modelo teórico sobre o papel mediador na segurança emocional na relação entre o funcionamento marital e o ajustamento psicológico da criança (Davies & Cummings, 1998)..... | 55 |

Introdução Geral

A família é considerada um agente primário na socialização, a partir da qual é possível moldar comportamentos, personalidades e transmissão de valores. Perante esta perspectiva, não podemos deixar de referir como ocorre a socialização das crianças nesse ambiente. Para que a criança tenha um desenvolvimento saudável terá que viver num contexto familiar que lhe possibilite, crescer de forma acolhedora e afetiva (Gomes, Dinis, Araújo, & Coelho, 2007).

Estes fatores são importantes, quer na formação da sua personalidade quer na sua auto-imagem perante os outros e do mundo que a rodeia. Com base neste pressuposto, a educação e o modelo de relacionamento da criança com a família são essenciais para o desenvolvimento desta. (Gomes, Dinis, Araujo & Coelho, 2007).

No entanto existem vários modelos familiares. Estes podem apresentar-se de variadas formas, quer no modo como as pessoas se relacionam, quer no modo como o casal interage com os filhos, o próprio núcleo familiar, a relação de um pai ou uma mãe com os filhos, assim como em casos onde os casais se uniram novamente após separação, agregando filhos de outros casamentos, em situações de famílias reconstituídas, e muito recentemente, em modelos familiares homossexuais com filhos adotivos (Alarcão, 2006; Sagim, 2008).

A violência como fenómeno social e familiar, não é um problema atual, desde sempre esteve presente, sendo que a sua exposição apresenta diferentes intensidades em diferentes momentos da sua evolução. Como fenómeno mundial, percorreu todas as culturas, etnias, tipos de economia e regimes políticos (Sagim, 2003).

Atualmente, verifica-se um aumento da visibilidade das denúncias, situação que deriva quer da gratuitidade de execução destas, quer pela sua presença em diversos grupos sociais. Essencialmente estes dados devem-se a questões relacionadas com implicação direta dos confrontos dos direitos da pessoa, estando associada a estas a humilhação e o risco de perda de vida como consequência. (Schraiber & D'Oliveira, 1999; Schraiber, D'Oliveira, Portella, & Menicucci, 2009).

Os autores, Azevedo e Guerra (1995/98) e Sagim (2008) definem a violência contra a criança e o adolescente com sendo todo o ato ou omissão praticado pelos pais, parentes ou responsáveis o qual conduz a danos físicos, sexuais e/ou psicológicos à vítima. Desta forma podemos também acrescentar, que se por um lado, temos uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto, por outro verificamos uma negação do direito que as crianças e adolescentes têm de serem tratadas como sujeitos e pessoas para o seu normal desenvolvimento.

Este trabalho tem, como objetivo alertar para a gravidade e a implicação em termos gerais da violência em contexto familiar, e em particular a problemática de vitimação e maus tratos que as crianças sofrem direta ou indiretamente.

Estas crianças e adolescentes apesar de estarem expostas, continuam a testemunhar e a ser envolvidas em contextos de vitimação, situações que poderão ter repercussões negativas no seu crescimento, desenvolvimento, saúde, bem-estar, segurança autonomia, dignidade, e também originar sequelas físicas e neurológicas (Sagim, 2008).

Com a crescente consciencialização e reconhecimento destes maus tratos, foi elaborada nova legislação, com o objetivo de identificar, proteger e salvaguardar o desenvolvimento e bem-estar da criança (Azevedo & Maia, 2006; Canha, 2003; Magalhães, 2005).

Os Hospitais, os lares, as casas de acolhimento para crianças vítimas de maus tratos ou abandonadas deram também um importante contributo (Canha, 2003).

Na segunda metade do Século XX graças aos estudos radiológicos de Silverman (1953) foi possível visualizar e registar empiricamente as agressões infligidas aos menores (Canha, 2003).

Como afirmam Canha (2003); Magalhães (2005) em função da grande diversidade e complexidade dos maus tratos, atualmente temos a oportunidade de poder contar com a colaboração da medicina, da psicologia, da sociologia, e da componente jurídica

O presente trabalho divide-se em duas partes. Na primeira parte, realizamos uma revisão bibliográfica, em que o I Capítulo abordará as definições de Violência, Violência doméstica e Violência conjugal, e ainda as teorias da violência conjugal, as dinâmicas; a Perspetiva histórica; os Modelos teóricos de abordagem á etiologia dos maus tratos

conjugais; as Perspetivas intra-individuais; as perspetivas diádicas familiares, e as Perspetivas Socioculturais.

Enquanto que o II Capítulo, falará das crianças maltratadas, tipos e teorias, entre as quais, falar-se-á de uma breve descrição histórica sobre o mau trato na infância, e a visão do mau trato em Portugal, bem como o conceito de maltrato, tipos de maus- tratos e tipologias, das características do agressor e de igual modo da criança maltratada, também faremos referência ao mau trato no seio familiar e os direitos da criança, abordaremos ainda a perspectiva teorica da violência interparental nas crianças através de três modelos, o da aprendizagem, o emocional e o do stress em que destacamos a Hipotese do ciclo de violência, Hipotese da disrupção familiar, o modelo cognitivo contextual de Grych e Fincham, o modelo de Segurança Emocional do Cummmings e Davies, do stress pós-traumático de Silverman e Kaersvang e a Teoria do Stress e Coping de Jaffe, Wolfe, e Wilson.

O III Capítulo fará referência ao impato da violência nas crianças na exposição à violência interparental, determinantes da exposição ao crime e a experiência da violência, impacto da violência interparental nas crianças, os efeitos diretos, indiretos e os fatores mediadores: características individuais, situacionais e contextuais.

A segunda parte integra a contribuição empírica deste estudo, expondo os seus objetivos, a caracterização da amostra, os instrumentos utilizados, e o procedimento empregue na recolha da informação.

Ainda, nesta parte, propomos apresentar os resultados, através da análise de conteúdo das diversas entrevistas. E ainda se fará a discussão de resultados.

Terminamos o presente trabalho com uma conclusão geral, na qual serão refletidos os aspetos mais importantes, em que se alerta para a gravidade e a implicação em termos gerais da violência, em contexto familiar, e em particular para a problemática de vitimação e maus tratos, que as crianças sofrem direta, ou indiretamente, assim como as limitações inerentes do estudo.

PARTE I : Revisão Bibliográfica

I CAPÍTULO. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, TIPOS E TEORIAS

*A violência, seja qual for a maneira como ela
manifesta é sempre uma derrota.*
Jean Paul Sartre

1.1. Introdução

A Organização Mundial de Saúde (OMS) em 2003, considerou a violência doméstica como um grave problema de saúde pública e que as consequências a ela associadas eram devastadoras para a saúde e para o bem-estar de quem sofre comprometendo o desenvolvimento da criança, da família, da comunidade e da sociedade em geral. (Diário da República, 2010).

A percepção de violência doméstica, não é homogênea, nas vertentes jurídicas, legais e policiais e na óptica das diferentes instituições, que lidam direta ou indiretamente com ela (Dias, 2004; Machado & Gonçalves, 2002; Magalhães, 2005; Rareza, Cerci & Falcke, 2014).

Existem algumas dificuldades na percepção e coerência dos fenómenos relacionados com a violência doméstica, dado que as instâncias legais, judiciárias, policiais e administrativas, não a divulgam (Dias, 2004; Machado & Gonçalves, 2002; Magalhães, 2005; Rareza, Cerci & Falcke, 2014).

A violência em crianças e mulheres em contexto doméstico, nem sempre é vista numa forma conjunta, variando a formalidade das instâncias em função dos meios que dispõem (Machado & Gonçalves, 2002; Magalhães, 2005; Rareza, Cerci & Falcke, 2014).

A violência doméstica constitui atualmente um problema, que afeta a qualidade de vida, a saúde pública e a paz social, o que conduziu a uma iniciativa da União Europeia apelando aos estados membros um reforço especial, tanto na prevenção quanto na repressão, para uma atuação mais eficaz nestas situações (Machado & Gonçalves, 2002; Rareza, Cerci & Falcke, 2014; Schraiber et.al., 2002, 2009).

1.2. A Violência e Violência doméstica

(Dahlberg & Krug, 2002, p.279) referem que a Organização Mundial da Saúde (OMS) define violência como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. Por outro, lado como o afirmam Manita, Ribeiro, e Peixoto (2009) a violência é qualquer forma de uso intencional de força, coacção, intimidação contra terceiros ou toda a família, de acção intencional que de algum modo, lese a integridade, direitos, liberdade e as necessidades dessas pessoas.

Há um consenso geral de que a violência doméstica é específica nas mulheres. No entanto existem diversos grupos específicos que sofrem igualmente este tipo de violência, tais como, crianças, idosos, deficientes e dependentes (Machado & Gonçalves, 2002).

Entendemos o fenómeno da violência doméstica como qualquer ato, conduta ou omissão, que serve para punir intensa e consecutivamente sofrimentos, físicos, sexuais, mentais ou económicos de forma direta ou indireta (ameaças, enganos, coacção, ou qualquer outro meio), quer no mesmo seio familiar (crianças, jovens, mulheres adultas, homens adultos ou idosos), quer fora do seio familiar, quer seja cônjuge ou companheiro matrimonial, ex-cônjuge ou ex-companheiro matrimonial (Machado & Gonçalves, 2002; Schraiber et al., 2002).

Como o afirmam Manita (2005) e Manita, Ribeiro, e Peixoto (2009), a violência doméstica é um comportamento violento continuado ou um padrão de controlo coercivo, exercido direta ou indiretamente sobre qualquer pessoa que habite no mesmo agregado familiar, (cônjuge, filho/a, pai; mãe, companheiro/a, avô, avó), ou que, mesmo não coabitando, seja companheiro, ex-companheiro ou familiar. Este tipo de comportamento violento, quando reiterado, provoca danos físicos, sexuais, emocionais e/ou psicológicos. O agressor impõe o isolamento social da vítima, bem como a sua privação e autonomia económica, tendo em vista a sua dominação, submissão de forma a que a vítima se sinta incompetente e sem valor.

O fenómeno de violência doméstica, tem sido, visto tanto a nível internacional, como nacional como um crime público, que põe em causa os direitos e a qualidade de vida de várias pessoas e comunidades, sendo que não deve ser analisado a nível particular e privado. Alberga crimes variados dos quais resultam vítimas na sua maior parte mulheres, crianças e pessoas idosas e ou dependentes (Machado & Gonçalves, 2002).

Daqui resultam sofrimentos físicos e psicológicos. Este sofrimento deriva da vitimação e consequências sociais, conduzindo á desestruturação da sua conduta normal (Machado & Gonçalves, 2002)

1.3. Ciclo de violência conjugal

As mulheres vitimas de violência conjugal, nem sempre poderão ser objeto constante de agressão, no entanto podem permanecer como reféns de um determinado ciclo de violência Walker (1999, cit.in Rareza, Cerci & Falcke, 2014); (Salari & Baldwin, 2002).

Neste sentido, as agressões e maus tratos aumentam de intensidade e frequência com o decorrer do tempo, conduzindo a mulher vítima a sentimentos de impotência face á situação (Salari & Baldwin, 2002).

Também Falcke, D'Oliveira, Rosa, e Bentancur (2009) consideram a violência no casal como um processo cíclico, progressivo e relacional (Alarcão, 2006).

As dinâmicas da relação no casal serão constituídas por três fases neste contexto do ciclo da violência (APAV, 2010; Manita, Ribeiro, & Peixoto 2009; Walker, 2006; Walker (1999, cit.in Rareza, Cerci & Falcke, 2014)).

Fase do aumento da tensão ou seja as tensões quotidianas acumuladas pelo ofensor, tais como, injúrias, ameaças, que criam na vítima, uma sensação e ambiente de perigo eminente para esta, culpabilizando-a sob qualquer pretexto. O ofensor tende a expulsar todas as suas tensões sobre a mulher vitima, podendo estas ser potenciadas pelo uso de substâncias aditivas entre outros fatores de risco (APAV 2010; Manita, Ribeiro, & Peixoto 2009; Walker, 2006; Walker (1999, cit.in Rareza, Cerci & Falcke, 2014)).

Fase de ataque violento, o ofensor maltrata física e psicologicamente a mulher vitima. Esta defende-se passivamente na esperança de que o ofensor pare com os atos violentos. Estas agressões podem conduzir a situações graves por parte da vítima, havendo, neste

casos, necessidade de tratamento médico e ou intervenção psicológica (APAV, 2010; Manita, Ribeiro & Peixoto 2009; Walker, 2006; Walker (2009, cit.in Rareza, Cerci & Falcke, 2014)).

Fase do apaziguamento ou da lua-de-mel. O agressor/a, após agressão sobre a vítima, manifesta arrependimento e concretiza promessas de pacificidade. Recorre a verbalização de desculpas atribuindo a responsabilidade dos seus actos violentos a fatores externos ao seu controlo. Socorre-se de tentativas de sedução e arrependimento. (APAV, 2010; Manita, Ribeiro, & Peixoto 2009; Walker, 2006; Walker (2009, cit.in Rareza, Cerci & Falcke, 2014).

Este ciclo é vivenciado pela vítima, numa fase de constante medo, esperança e amor. Medo, em virtude da violência de que é alvo: Esperança, porque acredita no arrependimento e nos pedidos de desculpa que têm lugar depois da violência; amor porque apesar da violência podem existir momentos positivos no relacionamento (APAV, 2010).

O ciclo da violência é caracterizado pela sua continuidade no tempo, isto é, pela repetição sucessiva ao longo de meses ou anos, podendo ser cada vez menores as fases de tensão e do apaziguamento e cada vez maior e mais intensa a fase do ataque violento. Em situações limite, o fecho destes episódios poderá ser em alguns casos o homicídio (APAV, 2010; Manita, Ribeiro & Peixoto, 2009).

1.4. Perfil do agressor

Tanto os homens como as mulheres, são considerados potenciais agressores domésticos, em relações maritais ou equiparadas. Vários estudos vêm demonstrando que a violência por parte dos homens sobre as mulheres tem por norma consequências mais graves, podendo causar danos físicos severos e também motivar sintomatologia depressiva Holtzworth-Munroe, Smutzler & Sandin (1997, cit.in Holtzworth-Munroe, 2000).

Grande parte das investigações tradicionais sobre este tema, referem que o perfil do agressor conjugal masculino, é apresentado com uma certa homogeneidade, sendo feita a comparação-base entre “agressores violentos” e amostras de homens não violentos (Holtzworth-Munroe, 2000).

Segundo Holtzworth-Munroe (2000) pesquisas recentes revelaram que os agressores conjugais masculinos são um grupo heterogêneo. Neste sentido, a heterogeneidade das tipologias de agressores conjugais masculinos, sugere que para uma compreensão da violência doméstica conjugal, teremos que proceder ao estudo das diferenças entre os agressores, sendo necessário elaborar uma comparação entre subtipos ou subcategorias de homens violentos, onde é aferida a forma como cada tipo difere de homens não violentos. Na perspectiva deste autor o estudo destas diferenças poderá possibilitar aos investigadores identificar quais os processos subjacentes que podem redundar em violência.

Na literatura atual podemos encontrar múltiplos estudos tipológicos, realizados nas diferentes perspectivas que, em geral, tendem a coincidir (Amor et al., 2009).

Holtzworth-Munroe e Stuart (1994) e Manita (2005) elaboraram uma classificação que tem como referência a gravidade e a extensão da violência, assim como as características psicológicas e psicopatológicas.

Estes autores consideram que existem três tipos de homens violentos para com as mulheres, violentos limitados ao âmbito familiar, *disfóricos/borderline* e violentos em geral/antissociais (Manita, 2005).

Relativamente aos violentos limitados ao âmbito familiar, são sujeitos violentos fundamentalmente dentro do ambiente familiar. Maltratam psicologicamente, como um reflexo das suas características pessoais. A sua violência é de menor frequência e gravidade que os restantes tipos Holtzworth-Munroe e Stuart (1994).

Este grupo representa 45% a 50% dos agressores (Holtzworth-Munroe & Stuart, 1994; Monson & Rohling, 1998) em que revelam transtornos de personalidade, mais concretamente passiva, dependente e obsessiva (Hamberger & Hastings, 1986) também as psicopatologias são frequentes neste tipo de agressores (Hamberger, Lohr, Bonge, & Tolin, 1996; Holtzworth-Munroe & Stuart, 1994).

Muitos destes agressores sofreram agressões de nível moderado ou baixo na família de origem. São indivíduos que tendem a arrepender-se depois de um episódio violento e reprovam o uso da violência. Segundo Cavanaugh e Gelles (2005), em função destas

características, este tipo de agressores é considerado de baixo risco e geralmente tem menos problemas legais que outros tipos.

Os indivíduos deste grupo Disfóricos/*borderline* são violentos, com níveis de intensidade que variam entre a moderada e a alta. Praticam violência física, psicológica e sexual. A violência é habitualmente dirigida para a sua companheira e os restantes membros da família, podendo também, por vezes, comportar-se de forma violenta fora do ambiente familiar. Representam 25% dos agressores (Holtzworth-Munroe & Stuart, 1994; Monson & Rohling, 1998).

1.5. Definição de violência conjugal e teorias

Em meados dos anos 70 deram-se os primeiros passos na investigação no que concerne à violência familiar O'Brien, Straus e Gelles (1971, 1973, 1974, cit.in Machado & Gonçalves, 2002).

Decorridos trinta anos, revela-se a importância que esta investigação trouxe para a compreensão e intervenção na problemática das agressões conjugais (Monteiro & Sousa 2007; Machado & Gonçalves, 2002).

O conceito de maus tratos é abordado analogamente ao “Síndrome da criança batida”, este surgiu nos anos 60 quando Kempe alertava o mundo para os maus tratos dos pais às crianças. Outra designação foi então adotada, “Síndrome da mulher batida (S.M.B.), situações em que as mulheres eram sistematicamente agredidas pelos seus maridos (Alexander, 1993; Dias, 2004; Machado & Gonçalves, 2002; Manita, 2004).

Várias tentativas têm sido feitas no intuito de definir o conceito de maus tratos, Alexander (1993) refere como sendo uma situação em que o marido, companheiro ou coabitante inflige deliberadamente qualquer dano físico, ou emocional sobre a esposa ou companheira. Esta designação é abrangente, pois inclui uma variedade de relações desde o casamento, união de facto ou simplesmente coabitação (Matos, 2002).

Enquanto Walker (1994 cit in. Machado & Gonçalves, 2002, p.84) apresenta uma definição mais alargada de maus tratos, referindo que “*os maus tratos são uma forma de controlo coercivo, envolvendo uma vertente de poder e de domínio num relacionamento íntimo, a intenção é sempre dominar e subjugar o outro, através da sua subordinação,*

incompetência e medo. Os episódios de violência podem manifestar-se de uma forma esporádica, ou crónica, num determinado período de tempo ou durante décadas”.

No entanto, outros autores Schiffrin e Waldron (1992, cit.in Machado & Gonçalves, 2002, p.84) *”criam uma distinção entre os conceitos de violência doméstica e maus tratos à mulher. Qualquer membro da família pode ser alvo do agressor, sem discriminação, estando por isso todos os membros expostos à vitimação por atos de maus tratos, no entanto verifica-se que 75% das vítimas são mulheres” Corsi, 1995 (cit in Alarcão, 2006), “situação esta que resulta da resposta em contexto de auto-defesa por parte destas, à respetiva violência dos maridos” (Ravazola, 1997, p.84).*

Contudo esta resposta de auto- defesa da vítima, assume contornos simétricos em relação às agressões perpetradas pelo agressor, tanto a nível físico como psicológico (Alarcão, 2006).

A violência sobre o companheiro(a) compreende várias dinâmicas. Se por um lado se pode utilizar a força intencionalmente ou intimação contra outrem, coagindo-o na sua ação ou causando-lhe dano físico, por outro devemos ter em atenção as agressões não físicas mas igualmente violentas, designadas como violência emocional e psicológica (Alarcão, 2006; Manita, Ribeiro & Peixoto, 2009).

Os maus tratos infligidos á mulher podem ocorrer isoladamente ou em associação, podendo incluir maus tratos físicos (pontapear, esbofetear, atirar objetos); isolamento social (restrição ao contacto com familiares, e amigos, proibição de acesso ao telefone, negar acesso aos cuidados de saúde); intimidação (ações, palavras e olhares);maus tratos emocionais, verbais e psicológicos (ações e afirmações que afetam a auto-estima); recurso ao privilégio masculino (recusa do maltratante em reconhecer a sua companheira como igual); violência sexual (submeter a sua companheira a práticas sexuais contra a sua vontade); controlo económico (negar o acesso ao dinheiro ou a outros recursos básicos), sendo desta forma que os agressores maltratam, controlando e intimidando a mulher, deixando transparecer um clima de antecipação de violência futura (Antunes, 2002; Manita et al, 2009; Matos, 2002).

As manifestações de comportamento violento, dentro do casamento, desenvolvem-se com frequência, de uma forma contínua e arbitrária, podendo qualquer situação desencadear episódios de maus tratos (Machado & Gonçalves, 2002; Matos, 2002).

No entanto é sempre difícil prever quando estes acontecerão, assim como não é possível determinar a sua periodicidade (Manita et al., 2009; Matos, 2002).

As vítimas ficam vulneráveis, apresentando sentimentos de ineficácia e impotência, devido a débeis condenações sociais de violência Matos (2000, cit.in Machado & Gonçalves, 2002).

1.5.1. Da invisibilidade à consencionalização social da violência conjugal

Atualmente continua a debater-se a natureza das questões familiares. A visibilidade dos fenómenos de violência na família é hoje maior, sendo mais valorizadas estas questões contrariamente ao passado, onde se assistia ao domínio sobre a mulher na qual a submissão era vista como normativa, a sua limitação ao espaço doméstico uma realidade e o homem como possuidor de todo o poder (Dias, 2004; Machado & Gonçalves, 2002; Ritt, Cagliari & Costa, 2008).

Através de estudos referentes à história das sociedades, antes de se reconhecerem os maus tratos conjugais, como uma questão pública e social, a privacidade deveria permanecer no seio do casamento “dentro de portas” (Dias, 2004; Machado & Gonçalves, 2002).

Os sociólogos destacam o estatuto das mulheres, enquanto “*vítimas apropriadas da violência na família e sublinham a importância deste reconhecimento, para perceberem a situação atual da violência conjugal, pois as portas que outrora guardavam em segredo episódios de maus tratos, começam gradualmente a desvendar o conhecimento da família, como um espaço de dualidades e de contradições afetivas*” (Machado & Gonçalves, 2002, p.86).

Com o avançar do tempo chegamos ao ponto em que não podemos mais ignorar as raízes sociais e os valores patriarcais que sustentaram o desenvolvimento do género e da conjugalidade (Machado & Gonçalves, 2002; Manita, 2004).

Segundo Gelles (1995, cit.in Dias, 2004) estes conflitos domésticos foram gradualmente expostos á opinião pública e só na década de 80 se procedeu ao reconhecimento social da violência doméstica contra a mulher. Facto que é considerado um dos maiores riscos da saúde pública (APAV, 2010).

Devido a este reconhecimento, foi possível desde então fomentar o crescimento da investigação nesta área, em resposta á consciencialização e percepção pública como um problema complexo e extenso, quer na sua dimensão quer nas suas implicações (Matos & Machado (1999, cit.in Machado & Gonçalves, 2002).

Para que este fenómeno pudesse ter maior visibilidade, foram feitas algumas alterações tais como, mudanças na lei, emancipação económica das mulheres, redefinição do seu papel na família e na sociedade, garantia de direitos individuais, debates públicos sobre os direitos das mulheres. Neste particular, os movimentos feministas tiveram um papel decisivo, pois trouxeram para a praça pública os problemas diários vividos por muitas mulheres em silêncio até então (APAV, 2010; Matos & Machado (1999, cit.in Machado & Gonçalves, 2002)).

No entanto, mau grado estas ações e progressos, não ocorreram os efeitos imediatos desejáveis nem os maus tratos se transformaram numa coisa do passado, pois para muitos a violência conjugal apenas diz respeito aos casal, encarado também por outros como atos vulgares do dia a dia, considerados como comportamentos banais, não lhes sendo atribuída grande importância. No fundo, continua a existir uma tolerância excessiva para com o agressor Matos e Machado (1999, cit.in Machado & Gonçalves, 2002).

Estes comportamentos e cumplicidade ao longo de gerações, ocorriam em silêncio, o que limitava a sua denúncia . Quando as vítimas solicitavam ajuda quase sempre não se faziam ouvir. Sem apoio e receosas, sentiam-se envergonhadas, convertendo o ato em causa num crime dúbio (Machado & Gonçalves, 2002)

1.5.2. Perspectivas etiologicas dos maus tratos conjugais

Neste ponto pretende-se abordar a violência conjugal vivida por mulheres, que se encontram numa situação de conjugalidade. Falaremos das teorias explicativas da violência doméstica.

Devido à complexidade deste fenómeno da violência doméstica, desenvolveram-se teorias direccionadas na tentativa de conseguir uma explicação para as suas causas .

De acordo com Matos (2002) e Manita (2004) através da exploração e compreensão de diversas perspectivas desta realidade, chegou-se á conclusão de que os maus tratos á

mulher e a violência conjugal e doméstica são um problema complexo, multidimensional e multicontextual, e que requerem explicações complexas e multidimensionais .

Neste ponto, faremos ainda referência às várias perspectivas (intra-individuais, diádicas familiares e socio-culturais) (Matos, 2002).

1.5.3. Perspetivas intra-individuais

Estas teorias concentram-se nas características do maltratante, dando menor relevância às características da vítima. No entanto, também estudam as características psicológicas das mulheres que continuam nestas relações abusivas. Os defensores destas teorias tentam perceber e compreender, através da exploração do conhecimento, uma explicação para os comportamentos do agressor e sobretudo a motivação que os leva a agredir (APAV, 2010; Hydén, 1995; Matos, 2002).

Focalizam a sua atenção na determinação de características do agente agressor Cullberg, Faulk, Gondolf, Hamberger e Hastings (1984; 1974; 1985; 1986, cit.in Machado & Gonçalves, 2002) assim como no estudo da personalidade da vítima. Os que sustentam esta argumentação, tentam compreender as ações do ofensor.

Nesta perspectiva, os comportamentos do maltratante, são explicados através de abordagens psicopatológicas, uma vez que estão associados a uma variedade de questões individuais, como causa desses actos violentos (APAV, 2010; Hydén, 1995; Matos, 2002).

As causas que poderiam explicar o comportamento do agressor, podem incluir, perturbações psicológicas (psicopatia e depressão), stress, baixa-autoestima, empatia, dificuldades na comunicação e controlo, bem como pobres competências sociais (Manita, 2005; Matos, 2002).

Nas primeiras formulações teóricas, sobre a violência conjugal, estas fundamentavam-se em opiniões generalizadas de que o agressor era uma pessoa doente ou perturbada devido à irritabilidade, à personalidade agressiva e hostil, a situações de *borderline*, de ansiedade, depressão e de queixas somáticas. Nestas estava sempre implícito que a violência conjugal seria um assunto privado e nunca alvo de discussão fora do casamento, até porque eram também considerados incidentes isolados (APAV,

2010; Dutton, Gleberman, Gottman et al.,; Heyman, O'Leary e Shupe (1988, 1988, 1995, 1993, 1987, cit.in Matos, 2002).

Outras abordagens, nestas investigações sobre a violência conjugal, relacionavam os maus tratos com os indivíduos que consumiam drogas e álcool. Apesar destes estudos, ainda não existem dados definitivos que demonstrem essa causalidade, embora alguns estudos refiram que mais de metade dos agressores bebem em excesso (APAV, 2010; (Matos, 2002).

O alcoolismo e a violência conjugal tendem a coexistir, embora o álcool pareça mais ser um sintoma dos homens com tendência para usar a violência do que propriamente um factor causal directo (APAV, 2010; Doerner & Lab (1995, cit.in Matos, 2002)).

As mulheres mal tratadas (60%) referem que, quando agredidas, os maridos estariam intoxicados. Também nos casos de homicídio, cerca de 80% dos casos estavam relacionados com o uso excessivo de álcool Doerner e Lab (1995, cit.in Matos, 2002).

Perante estes estudos, podemos concluir, que com a utilização do uso de álcool (por parte do agressor), podemos também avaliar o risco e a perigosidade das agressões perpetradas pelo agressor à vítima, e relacionar o uso deste à severidade e aos danos causados à vítima (Machado & Gonçalves, 2002).

Segundo Machado e Gonçalves, (2002) estes estudos confirmam que os episódios de violência mais frequentes ocorrem após ingestão de álcool, provocando danos mais severos do que a violência perpetrada pelos agressores que não ingerem bebidas alcoólicas.

Perante a análise destes dados, e apesar do binómio álcool- violência afigurar-se-nos como demasiado linear, não se pode afirmar de uma forma simples e ligeira que o consumo desta substância e a violência conjugal estejam intimamente ligadas (APAV, 2010; Barnett & Fagan, 1993).

Há por isso que estudar estes dois fenómenos em separado, como problemáticas distintas, mas que na prática tendem a coexistir ainda que a sua relação permaneça controversa (APAV, 2010; Barnett & Fagan, 1993).

O álcool não será uma tendência para a prática da violência, mas sim uma desculpabilização usada pelos agressores (APAV, 2010; Barnett & Fagan, 1993).

O álcool e a sua influência, surge como um mediador de múltiplos fatores; fisiológicos, psicológicos, sociais, culturais (APAV, 2010; Machado & Gonçalves, 2002).

Mesmo tentando provar esta relação causal, a sociedade tem a tendência para conceber maus tratos como um comportamento desviante e individual e não como um problema social transversal a todo o tipo de famílias, o autor também afirma que o crack, a cocaína, as anfetaminas e a heroína são substâncias muito associadas á violência (APAV, 2010; Schiffrin & Waldron (1992, cit.in Matos, 2002)).

Esta acontece com mais frequência quando o agressor está sobre o seu efeito. Embora possamos relacionar o consumo de substâncias aditivas aos comportamentos de violência, não nos podemos esquecer que também ela existe quando estes químicos estão ausentes Campbell e Landenburger (1995, cit in. Matos, 2002).

Na abordagem intraindividual, geralmente invoca-se outro argumento para legitimar as agressões. Tais como a manifestação da frustração e raiva sentidas pelo agressor para com outras pessoas ou em situações em que não consegue lidar diretamente com a agressividade (incapacidade de gerir o stress causado pelo patrão, dada a sua incapacidade de confrontação com este, recorrendo a alguém com fracos recursos, especificamente no seio familiar, para assim exhibir a sua violência) (Machado & Gonçalves, 2002).

E ainda segundo o mesmo autor, uma vez atribuída a violência a condições psicológicas do agressor, existem defensores a afirmar que mulheres que toleram estes tipos de comportamentos, também são elas próprias patológicas (Machado & Gonçalves 2002).

Alexander (1993) rotula como frágeis as mulheres maltratadas, sendo este o factor que contribuiria para a sua vitimação. Apesar do entendimento da vítima para estas problemáticas, o agressor entende que a mulher que continua a permanecer nestas situações continua a amar o seu marido.

Os autores referem que as mulheres não aceitam os abusos perpetrados pelo agressor, e que a grande maioria delas já procuraram ajuda. No entanto nada nas suas vidas se alterou. A explicação desta situação, poderá estar na sua permanência dentro da relação,

porque esta tem mais pontos positivos do que negativos e apesar de existirem outras opções, a maioria das vítimas não as considera (Machado & Gonçalves, 2002).

Relativamente aos agressores, parece que o papel da psicopatologia e dos traços de personalidade é diminuto, pois apenas 10% dos incidentes abusivos são atribuídos à doença mental. Desta forma, a grande parte dos agressores, não se enquadra em nenhuma categoria da atual desordem mental Walker (1994, cit.in Matos, 2002).

Campbell e Landerburger (1995, cit.in Matos, 2002) sustentam no entanto, que à medida que o nível de agressão aumenta, maior é a probabilidade de esta estar associada a um estilo de personalidade ou de perturbação psicopatológica.

1.5.4. Perspectivas diádicas familiares

Segundo Hydén (1995), os investigadores que se referem às explicações diádicas sustentem-nas nas teorias sócio-psicológicas como a teoria da frustração-agressão, a teoria da interação simbólica, a teoria da troca e a teoria das atribuições. Contudo a maior ênfase é dada à teoria intergeracional da violência que defende que a experiência da vitimação na infância favorece a sua perpetuação Gelles e Straus (1979, cit.in Matos, 2002).

Esta perspectiva tem como função postular o conceito de que o comportamento do indivíduo é condicionado pela aprendizagem social, pelo seu ambiente e também pelos seus familiares através de mecanismos de reforço, modelagem ou coação. A família surge como uma entidade que pode alterar, ensinar e determinar comportamentos por modelação/imitação e comportamentos violentos, que uma vez postos em prática, o processo de os condicionar, será através de instrumentos de reforço ou punição. Assim as pessoas poderão distinguir e aprender não só, estratégias maltratantes, como também valores morais Gelles (1997, cit.in Matos, 2002).

Vários autores relacionam a intergeracionalidade da violência com os indivíduos que foram vítimas de abuso ou testemunhas de violência em criança. Uma grande parte destes crescem e tornam-se também violentos (maltratantes) (Machado & Gonçalves, 2002). Outros autores, postulam que as mulheres que são maltratadas pelos seus pais, mais facilmente aceitarão um companheiro predisposto à utilização de violência (Machado & Gonçalves, 2002).

Referem que a violência familiar em criança, aumenta o risco de vitimização da mulher quando adulta, pois esta exposição conduz a uma baixa auto-estima. Tenderá também a aceitar mais facilmente que o amor poderá gerar violência por parte do seu companheiro Straus e Kantor (1994, cit.in Matos, 2002).

Estas teorias são concludentes em relação aos homens, estes tendem ser mais maltratantes do que as mulheres. Não há registos contrários consistentes para contrariar estas tendências. No entanto, relativamente ao comportamento dos homens, este não é linear, pois este pode ser sujeito a fatores de mediação (convívio com modelos masculinos não violentos) (Machado & Gonçalves, 2002).

Em termos etiológicos, é de extrema importância incrementar debates no sentido de refletir e esclarecer se a aprendizagem social e a transmissão intergeracional podem ter um efeito preventivo, para que à posteriori não tenhamos que correr riscos de “descriminalização” social do agressor (Machado & Gonçalves, 2002).

1.5.5. Perspetivas Socio-Culturais

Segundo APAV (2010) e Matos (2002) nas abordagens socio-culturais, os maus tratos perpetrados à mulher, historicamente foram sempre atribuídos a uma sociedade patriarcal.

Estudos antropológicos, referem que quando ambos os géneros são tratados da mesma forma, a incidência de maus tratos dos homens em relação às mulheres tende a diminuir (Machado & Gonçalves, 2002).

Perante a matriz patriarcal, a violência é sustentada pela ideia de que os homens cientes do seu poder exercem autoridade sobre as mulheres. A força e o seu uso é o instrumento através do qual este domínio se mantém Sugarman e Franke (1996, cit.in Machado & Gonçalves, 2002).

Este movimento critica frequentemente o conceito de “família tradicional, uma vez que a família assume um papel de grande importância na sociedade. A teoria feminista defende que a família atual, tem inevitavelmente que ser repensada, ou seja, devemos excluir o conceito de família estritamente patriarcal. Há que equacionar e elevar o papel da mulher na família, dando lugar a práticas de complementaridade. Também devemos analisar o seu papel e lugar na sociedade (APAV, 2010); Segal (1999, cit.in Machado & Gonçalves, 2002).

Para as feministas, as mulheres vítimas de maus tratos continuam ignoradas e desprezadas pelo sistema de justiça criminal e social, onde o domínio continua a ser predominantemente masculino. Este último, continua a utilizar a violência para manter o seu estatuto e protagonismo familiar e social (APAV, 2010).

Através do mau trato o indivíduo nunca põe em causa a sua eventual perda de poder e sabe que é um instrumento que está disponível para o seu uso em situação de eventuais perdas de poder. Quando o ofensor utiliza a violência e a agressão contra a mulher, como forma de controlo e domínio, está a cometer um crime (APAV, 2010).

Estes maus tratos perpetrados às mulheres são o resultado de um processo normativo de socialização masculina. As feministas acusam os maltratantes de que se trata de pessoas que valorizam as características masculinas (domínio e sucesso), mas uma vez frustrados com a ameaça de perda de poder e controlo, no seu ambiente familiar, recorrem à violência em sua própria casa Margolin et.al. (1988, cit.in Machado & Gonçalves, 2002).

A ideia de que “entre marido e mulher, ninguém mete a colher” acabou, deixou de ser um problema de domínio privado para ser público. A violência conjugal não é só um problema individual e residual, mas social e político (APAV, 2010; Manita, Ribeiro & Peixoto, 2009; Matos, 2002).

Graças à perspectiva feminista e o seu contributo, temos percebido melhor a natureza da violência conjugal, o que nos tem garantido algum sucesso na identificação e recuperação das mulheres vítimas de maus tratos, dando voz às vítimas intervindo com medidas que promovem alternativas ao uso da violência tais como, construção de refúgios, criação de grupos de auto-ajuda Margolin et al. (1988, cit.in Machado & Gonçalves, 2002).

1.6. Conclusão

A família é o local privilegiado onde a criança, nos seus primeiros anos de vida pode encontrar recursos e condições materiais para a sua aprendizagem e desenvolvimento social, mediante as suas necessidades. Esta vivência pode vir a influenciar o comportamento da criança no futuro (Biasoli-Alves & Bazon, 2003).

Podemos pois afirmar que os episódios de violência doméstica, tem sido sempre atribuídos a casos e situações específicas de violência predominantemente no que toca às mulheres, embora esta problemática, também se estenda a outros grupos específicos de vítimas de violência, crianças, deficientes, pessoas idosas e dependentes (Machado & Gonçalves, 2002; Schraiber et al., 2009).

A violência doméstica é hoje um problema universal que afeta a qualidade de saúde pública e de paz social. Neste sentido a UE (União Europeia) tem alertado os estados membros numa tentativa de prevenir e reprimir estas práticas, não sendo considerado apenas uma questão de carácter legal ou criminal (Machado & Gonçalves, 2003; Minayo, 2006)

Grande parte das crianças e adolescentes inseridos nas famílias em que ocorre esta violência são muitas vezes vítimas invisíveis, sofrendo em silêncio, comprometendo a curto e a longo prazo a sua saúde mental, o seu desenvolvimento e o seu futuro (Manita, 2004).

Apesar da violência doméstica afetar cerca de 75% das mulheres, os episódios de violência sobre o sexo masculino são diminutos e correspondem à agressão em legítima defesa e resposta às agressões, embora todos os elementos que coabitem no mesmo espaço tenham a mesma probabilidade de serem vítimas ou agressores (Ravazola, 1997; Silva, 2001).

Numa sociedade marcadamente patriarcal, não podemos ignorar as raízes sociais que outrora guardavam em segredo episódios de maus tratos. Pouco a pouco começou-se a desvendar a condição do homem como possuidor de todo o poder, esta situação fez com que fosse reconhecido o estatuto da mulher como “vítima apropriada de violência em contexto familiar” (Machado & Gonçalves, 2002 p.86).

Face a estes desenlaces, houve a necessidade de consciencializar a opinião pública no sentido de serem executadas alterações legislativas, a emancipação da mulher, redefinição do seu papel social, trazendo para a praça pública, problemas vividos pelas mulheres em silêncio. No entanto, não se conseguiu ainda limitar a tolerância excessiva que ainda vai possuindo o agressor (Manita, 2004).

As preocupações sobre o fenómeno de violência doméstica, tem assumido grande importância quer a nível nacional quer internacional, numa vertente verdadeiramente pública, porque põe em causa os direitos, liberdades, garantias das pessoas e das comunidades, bem como a sua qualidade de vida, não mais devendo ser tratada como uma questão particular e por isso privada (Machado & Gonçalves, 2003).

II CAPÍTULO. OS MAUS TRATOS NAS CRIANÇAS: TIPOS E TEORIAS

2.1. Introdução

A problemática de crianças maltratadas, tem sido objeto de estudo ao longo do tempo, mas só recentemente foi reconhecida de uma forma mais abrangente pela humanidade (Machado & Gonçalves, 2003).

Segundo Alarcão (2006), este reconhecimento começou a ser considerado como um grave problema social, assim como Dias (2004) refere que em Portugal esta realidade começou a ser alvo de atenção de alguns profissionais (médicos, juristas). Este fenómeno abrange todas as sociedades, não sendo tratado de uma forma homogénea variando de cultura para cultura.

Os maus tratos intrafamiliares em contexto familiar, podem não ocorrer apenas no seio deste, mas também podem advir de algumas características da sociedade em que estão inseridos, podendo potenciar a ocorrência de violência na família, não sendo fácil estabelecer fronteiras exatas entre a violência extrafamiliar e intrafamiliar (Azevedo & Maia, 2006).

Os maus-tratos surgem em todas as camadas sociais, económicas e culturais, tendencialmente em famílias de recursos económicos mais desfavorecidos, com mais baixo nível de instrução e cultura, mais desorganizadas e disfuncionais, em condições habitacionais precárias e sobrelotação. No entanto estas famílias carenciadas conseguem ser por vezes mais afectuosas e cuidadoras do que famílias que pertencem às classes sociais mais elevadas, podendo estas também maltratar os seus filhos de uma forma menos visível, sem marcas aparentes, exercendo mais o tipo de mau trato psicológico do que o físico (Machado & Gonçalves, 2003).

2.2. Breve descrição histórica sobre o mau trato na infância

Desde sempre perdurou o mau trato na infância, pois segundo Machado e Gonçalves (2002) a violência exercida sobre a criança foi sempre uma realidade; desde a antiguidade

até aos dias de hoje. Quanto mais recuamos na história mais dados o confirmam, podemos assim verificar elevadas taxas de abandono e infanticídio.

Segundo Machado e Gonçalves (2002) afirmam que a criança desde há muitos séculos foi sempre sujeita ao abandono, vendida como escrava, sendo explorada sexualmente ou pelo trabalho desempenhado, praticamente subordinada à mendicidade. Para Canha (2003) no século XVIII as crianças abandonadas, eram colocadas à entrada das misericórdias, igrejas e conventos, estas situações segundo Magalhães (2005) caracterizava-as como crianças com deficiências, prematuras, ou fruto de relações ilegítimas. No entanto, esta medida foi tomada, devido à abundância de infanticídios efectuados como forma de recolha dos filhos indesejados. Como referem Azevedo e Maia (2006) esta medida foi tomada para diminuir a abundância de infanticídios.

Magalhães (2005) afirma que só após a Revolução Industrial as questões relativas à problemática da protecção na infância foi decisivamente encarada, relativamente à exploração infantil no trabalho e simultaneamente o infanticídio em descendentes ilegítimos. Apesar desta evolução Canha (2003) sugere-nos uma outra perspectiva do mau trato, a mendicidade na qual as crianças são usadas com o intuito de apelar à misericórdia pública, para proveito dos responsáveis (pais)adquirindo maiores lucros.

Relativamente às abordagens de Azevedo e Maia (2006) somente no século XX surgiram investigadores interessados na problemática do mau trato na infância, trata-se de Philippe Ariès e Loyd De Mause. Apesar das diferentes perspectivas, ambos se interessaram pela evolução da criança, a qual deixou de ser tratada com indiferença pelos progenitores/responsáveis, para questionar a relação de cuidar e educar os filhos, originando uma nova fase do ser e estar da criança no seio familiar. Estes tem como ponto de partida a abrangência do apoio que foi dado à criança nestes últimos séculos. Gallardo (1994, cit.in Azevedo & Maia, 2006) refere que entre o fim do século XIX e parte do século XX, tendencialmente, os progenitores/responsáveis pela criança, vão-se tornar mais responsáveis e conscientes, transportando-a ao hospital sempre que fosse necessário, no entanto contornando e ocultando informação aos médicos perante as situações ocorridas.

Algumas dúvidas começam a surgir, com o aparecimento das radiografias, instrumento fundamental para o diagnóstico dos médicos. A partir de 1946 Caffey (cit.in

Canha, 2003, p.23), realiza uma investigação em que descreve a relação de hematomas subdurais com múltiplas fracturas ósseas em diferentes situações em seis crianças, referindo como causa desta relação *um traumatismo de origem desconhecida*, presumindo que eram vítimas de agressão intensional, omitindo tal dedução devido às implicações legais que lhe poderia trazer. Nas décadas seguintes, incentivados pelo trabalho de Caffey, pediatras e radiologistas desenvolveram e aprofundaram novos conhecimentos para a compreensão desta problemática, como Silverman, Wolley e Evans.

Silverman, em 1953, médico radiologista considerou que os traumatismos poderiam ser provocados pelos pais, sendo estes também responsáveis por negligência, descuido e agressões deliberadas, outros radiologistas verificaram que as lesões cicatrizavam com o afastamento desta no seio familiar. Magalhães (2005, p.29) relata que em 1960, Altman e Smith, dão uma relevância extrema “ *à prevenção e controlo da criança espancada*”, seguidamente em 1961 Henry kempe usa a expressão “*battered child*”, juntamente com os seus colaboradores, definindo esta situação como um síndrome clínico, em que solicita intervenção interdisciplinar, e distanciamento dos pais temporariamente.

Kempe posteriormente consegue que seja decretada uma lei, com objectivo de denúncia em qualquer suspeita de maus tratos, para protecção das mesmas. Esta medida teve um enorme impacto na opinião pública e comunidade técnico- científica, sendo de imediato fundada uma instituição designada como National Center on Child and Neglect.

Ainda Magalhães (2005, p.29) refere que em 1963 Fontana insere o termo “*criança maltratada*”, que não abrange apenas a violência física proposta por Kempe, mas também a violência emocional e a negligência.

Posteriormente, seguindo o mesmo autor, a partir do ano 1965, atribuiu uma nova designação de “*criança abusada*”, este novo conceito abrangia os maus tratos físicos, emocionais, incluindo também vítimas de abandono, negligência ou de abuso sexual.

Assim foi importante a investigação na área do mau trato em 1969 por Gil Gallardo, em que define o mau trato na infância “*como qualquer acto deliberado, por omissão ou negligência, praticado não somente no seio familiar por pessoas, mas também em instituições ou na sociedade com quem a criança está inserida, que priva a criança dos seus direitos e liberdades ou que interfira com o seu desenvolvimento*” (Gallardo, 1994 cit.in Canha, 2003, p.26).

2.3. Mau trato na infância em Portugal

Em Portugal, essencialmente nos anos 80, o fenómeno dos maus-tratos infantis, especificamente a menores, tornou-se alvo de preocupação e de atenção. Posteriormente, aumentou a divulgação e discussão desta problemática, de onde têm vindo a emergir diversos organismos e instituições de apoio à criança e à família, onde podemos destacar, as Comissões de Protecção de Menores (Azevedo & Maia, 2006; Canha, 2003; Martins, 2002).

A atual Lei 147/99 de 1 Setembro aproveitou o trabalho da CPCJ (Comissão de protecção de crianças e jovens), feito nos 10 anos anteriores no Decreto Lei 189/91 de 23 de Novembro, no sentido de prevenir e tratar as crianças em situações de perigo, instituindo a princípio da subsidiariedade, fazendo com que a sua intervenção fosse efectuada através das seguintes instituições, CPCJ (Comissão de protecção de crianças e jovens), ECMIJ (Entidades com competência em matéria de infância e juventude) e os próprios tribunais, para a protecção dos menores (Magalhães, 2005).

Este sistema tem como objectivo “*dar respostas às crianças e jovens, que por motivos sócio familiares particulares, não vêem reconhecidos os seus direitos, carecem do imprescindível para o seu desenvolvimento, e sofrem de situações de maus tratos*”(Magalhães, 2005, p.68).

Nas situações de execução da intervenção tutelar de protecção que visa prevenir situações de delinquência, é da competência dos sistemas da segurança social, enquanto que os de execução da intervenção tutelar das situações criminais dos menores, entre os 12 e os 16 anos, é da competência da reinserção social (Magalhães, 2005).

Em Portugal nos anos 90, existiam cerca de 15000 crianças sem estrutura familiar (Machado & Gonçalves, 2003).

Estas crianças estavam inseridas no sistema de segurança social do governo. Mais crianças se juntariam a estas ao abrigo de protocolos com o Ministério da Justiça e de outras entidades públicas e privadas de apoio (Machado & Gonçalves, 2003).

A violência que recai sobre as pessoas, define-se como interpessoal, não é visível. Uma vez escondidos, os maus tratos, como as violências psicológica e física não revelam

actos de coerção, actos extremos e agressões de ameaças própria vida, o que torna difícil a sua detecção e intervenção (Moreira, 2012; Sani, 2006; Sarmiento, 2005).

A vivência das crianças em meios familiares violentos e conflituosos, provoca uma interpretação distorcida da realidade, proporcionando a interiorização de modelos de vida deturpados responsáveis por perturbações relacionais entre pais e filhos, bem como transmissões de maus tratos às gerações seguintes (Machado & Gonçalves, 2003; Sani, 2011a).

Os autores Azevedo e Maia, (2006) explicam que existem pais e educadores responsáveis pela criança, que ainda estão enraizados a costumes e culturas do passado, continuam com uma visão tradicionalista, da forma como educar, usando os mesmos processos de severidade. Embora existam outro tipo de pais, que actuam de forma diferente, são pais educadores, supostamente modernos, demitem-se das suas próprias responsabilidades perante a criança, invertendo desta forma a relação hierárquica familiar, não demonstrando à criança um modelo firme e coerente. Ainda existe outro tipo de pais responsáveis pela criança, “vítimas da sua própria ignorância, da história, ou contextos de vida” negando as suas responsabilidades, ignorando ou desprezando, de uma forma intencional ou não o seu papel como cuidadores. Para qualquer dos casos referidos, independentemente das razões que os motivam, a criança maltratada é a principal vítima, destas formas de educar.

São problemas que nos preocupam, não só pela sua recorrência, mas pelas consequências gravosas que se repercutirão no futuro (crescimento e desenvolvimento) (Machado & Gonçalves, 2003).

2.4. Definição do conceito de mau trato

Desde o final dos anos 60 e início dos anos 70, foram desenvolvidos os principais modelos sobre a temática dos maus tratos, em que as primeiras teorias foram elaboradas por Kempe e colaboradores, para desenvolver este conceito (Azevedo & Maia, 2006).

No entanto Magalhães (2005, p.33) refere que os maus tratos infantis podem manifestar-se através de “*comportamentos activos (físicos, emocionais ou sexuais) ou passivos (omissão ou negligência nos cuidados ou afectos)*”,

A problemática dos maus-tratos infantis “*ao apresentar uma multiplicidade de categorias, torna muito difícil a formulação de uma definição adequada*”, (Azevedo & Maia, 2006, p.21), esta definição não abrange apenas a compreensão do problema, como também o respectivo tratamento e prevenção.

Alberto (2010) considera mau trato infantil, como uma forma particular de violência ainda pouco clarificada devido às diferenças socioculturais e dos próprios referenciais pessoais. Para uns indivíduos e grupos socioculturais representam formas de educação e disciplina, para outros podem ser identificados como formas de mau trato e vice-versa.

Define-se maus-tratos em crianças e jovens, qualquer acção, ou omissão não accidental, perpetrada pelos pais, outros familiares, cuidadores, ou outras pessoas, que ameacem o bem-estar, a segurança, a dignidade e o desenvolvimento biopsicossocial e afectivo das vítimas, que não lhe assegure os seus direitos e liberdade Barudy (1988, cit. in Azevedo & Maia, 2006; (DGS, 2011; Ferreira, Cysne, Pires, Medeiros & Valença, 2007)).

2.5.Tipos de Maus Tratos

Podemos classificar os maus tratos infantis em diferentes tipos: físico, a negligência, o abuso sexual, o psicológico, o abandono, a rejeição, a síndrome de Munchausen por procuração, a prática de mendicância, a exploração pelo trabalho e a prostituição infantil (Azevedo & Maia, 2006; Canha, 2003; DGS, 2011; Martins, 2002; Ricas & Danoso, 2006).

2.5.1. Maus-tratos físicos

De acordo com Cantón e Cortéz (1977, cit.in Azevedo & Maia, 2006), o mau trato físico inclui todas as agressões físicas perpetradas à criança pelos pais biológicos ou outros educadores, responsáveis pela criança, que possa colocar em risco a sua vida, o seu desenvolvimento físico, social ou emocional.

O mau trato físico (criança batida), inclui a criança abandonada, as queimaduras, as fraturas, os traumatismos cranioencefálicos, as lesões abdominais, a sufocação, o afogamento e as intoxicações (Canha, 2003).

Na maior parte das vezes, este tipo de violência, deixa marcas, sendo por isso, de maior visibilidade o que facilita o diagnóstico (Marmo, Davoli & Ogido, 1995).

Inicialmente, considerava-se como critério necessário para o diagnóstico de abuso físico, a existência de marcas visíveis. Actualmente este conceito, alterou-se, referindo que as evidências físicas têm vindo a constituir critério acessório, em que, na maior parte das vezes, não há lesões nem sinais externos (Casas, 1998).

2.5.2. Negligência

A negligência refere-se á incapacidade de proporcionar a satisfação das necessidades básicas da criança, no contexto dentro e fora da família, em relação á higiene, alimentação, afeto, saúde e vigilância, indispensáveis ao crescimento e desenvolvimento normal (Azevedo & Maia, 2006; Canha, 2003; DGS, 2011; Machado & Gonçalves, 2002; Magalhães, 2005; Martins, 2002; Ricas & Danoso, 2006).

A negligência é um mau trato muito frequente na infância, em que os pais deixam de se relacionar com os filhos (negativamente e positivamente), ignorando-os totalmente, e em que a criança cresce por si só (Alberto, 2010).

Muitos autores defendem que negligência física, diz respeito ao desleixo, isto é, a incapacidade dos pais proporcionarem cuidados físicos adequados. Deveremos ter em conta os seguintes, alimentação, higiene, saúde, vestuário, essenciais para o seu bem estar (Papalia et.al. 2001).

Também Azevedo e Maia (2006, p.33), referem que a negligência pode suceder de forma consciente por parte dos maltratantes, assim como realizar-se através de uma *“manifestação de ignorância, falta de informação ou formação, pobreza ou incapacidade parental para proteger e cuidar das crianças”*.

2.5.3. Maus-tratos sexuais

O abuso sexual reporta-se ao envolvimento da criança ou adolescente em determinadas práticas com o objetivo de proporcionar a satisfação sexual de um adulto ou de outra pessoa. Alberto (2010), revela que essa experiência sexual, como qualquer outra, pode ser forçada ou não. Nesta definição, estão incluídas participações das crianças em atividades de exibicionismo, fotografias, filmes pornográficos, contactos com órgãos

sexuais, penetração anal e vaginal ou práticas sexuais aberrantes. Convém salientar que apesar da criança ser abusada sexualmente, esta pode não apresentar lesões físicas, nomeadamente ao nível dos órgãos genitais (Azevedo & Maia, 2006; Canha, 2003; DGS, 2011; Machado e Gonçalves, 2002; Ricas & Danoso, 2006).

Como afirma Araújo (1997, cit.in Azevedo e Maia, 2006) a mãe normalmente é cúmplice na situação, ou seja, vai aguardando que a situação termine, ou a aceita, com fatalismo. a repetição dos maus tratos que ela própria experienciou na sua infância. Grande parte das vezes as crianças remetem-se ao silêncio, com medo de serem castigadas, maltratadas, não serem defendidas, acreditadas ao descreverem os maus tratos que lhe foram infligidos.

2.5.4. Maus-tratos emocionais /psicológicos

Papalia et.al (2001), concluíram que tanto os maus tratos emocionais como os psicológicos, são formas de agressões verbais ou qualquer outra forma não física, que consiga prejudicar o funcionamento global da criança(comportamental, cognitivo, emocional ou físico), incluindo a rejeição, aterrorizar, isolar, explorar, depreciar ou ridicularizar.

Por mau trato psicológico, entendemos a incapacidade de proporcionar á criança um ambiente de tranquilidade, bem estar emocional e afetivo. Incluímos neste tipo de ausência de afeto, as recriminações e humilhações verbais frequentes, as situações de grande violência e conflito familiar que originem um clima de terror e medo (Azevedo & Maia, 2006; Canha, 2003; DGS, 2011; Martins, 2002; Ricas & Danoso, 2006).

Burnett (1993, cit.in Figueiredo, 1998) considera 10 situações, que podem ser maus-tratos psicológicos, tais como: limitar os movimentos; encorajar à delinquência; não possibilitar o crescimento social e emocional; exibir um comportamento imoral; humilhar em público; não providenciar um lar seguro; obrigá-la a realizar tarefas desagradáveis; recusar o tratamento psicológico, quando necessário; punir fisicamente ou abandonar; agredir verbal e severamente a criança.

2.5.5. Abandono e Rejeição

Quanto ao abandono, referimo-nos a crianças abandonadas nas maternidades, hospitais ou outras instituições, situações que também ocorrem, quando as crianças são

fechadas em casa, deixadas na rua, sem alimentação e vigilância (DGS, 2011; Marmo, 1995).

A rejeição subentende-se como o não reconhecimento da criança como membro integrante da família por parte de um, ou de ambos os progenitores, ausência de ligação afetiva e emocional (DGS, 2011).

2.5.6. Síndrome de Munchausen por procuração

O termo “Síndrome de Munchausen surge pela primeira vez em 1997, através de um pediatra britânico (Meadow) que o define como sendo uma indução, ou produção de sintomas físicos e/ou psicológicos e sinais de doenças nas crianças, por parte dos principais cuidadores, com a finalidade que estas recebam cuidados médicos e hospitalares (Alberto, 2010; Canha, 2003).

O síndrome de Munchausen acontece quando os pais ou responsáveis, principalmente a mãe, provocam ou simulam na criança, geralmente com idade inferior a seis anos, sinais e sintomas de várias doenças com falsificação dos exames laboratoriais, administração de medicamentos ou substâncias que causam sonolência ou convulsões. Na sequência destas simulações, a criança é submetida a avaliações desnecessárias, o que provoca sofrimento físico (eg: colheita de exames desnecessários e uso forçado de medicamentos) , psicológico (eg: inúmeras consultas e internamentos desnecessários). O diagnóstico clínico é difícil de fazer dado que os profissionais de saúde ao avaliarem a criança e ao fazerem os exames complementares que são pedidos, não confirmam o diagnóstico. A doença é persistente apresentando sintomas raros, queixas dramáticas e idênticas, sendo constantemente trazidas pelo mesmo responsável, o que conduz à realização persistente de uma variedade de exames complementares (Palácios, Moreno & Jimenez, 1995).

O síndrome de Munchausen por procuração, tem como base simulações de sinais e sintomas por parte de um elemento da família, com a intenção de *criar doenças na criança* levando-a a sucessivos internamentos e investigações (Alberto, 2010; Canha, 2003; DGS, 2011).

Estes tipos de maus tratos anteriormente referidos, podem ser exercidos isoladamente, no entanto é mais frequente, surgirem casos de associações de vários tipos de agressões, na mesma criança agravando as suas repercussões (Canha, 2003; DGS, 2011).

Dos relatos das experiências analisadas, o diagnóstico diz-nos que cada criança está sempre associada a mais que um tipo de maus tratos, havendo uma forte relação entre o abuso sexual e o mau trato físico e o mau trato psicológico. Também a negligência o abandono e a rejeição estão associados á elevada percentagem dos maus tratos físicos (Canha, 2003; DGS, 2011).

2.6. Tipologias de violência parental

Podemos explicar actos violentos, de diversas formas, devido a existir uma grande variedade, que se pode classificar como violento e inapropriado. Existindo diferentes tipos de violência, nomeadamente atos físicos (bater, empurrar, pontapear), atos psicológicos (isolamento, estabelecimento e controlo da execução de determinadas tarefas ou papéis), verbalizações insultuosas, controlo e domínio por ameaça de dano a si próprio ou a outros, intimidar e ciúme. Ainda poderemos considerar a violência sexual (e.g actos não consentidos, toques não desejados, e acusações sexuais) (Azevedo & Maia, 2006; Canha 2003; Magalhães, 2005).

Em relação aos tipos de violência, existentes em crianças e adolescentes, destacamos os seguintes, violência física, emocional, psicológica, negligência, violência física observada, violência emocional e psicológica observada (Magalhães, 2010).

2.6.1. Violência física

A violência física, é entendida como qualquer ato que provoque dor física, na criança ou jovem, seja este uma simples bofetada ou um espancamento fatal. A utilização do castigo físico exercido pelos pais contra a criança ou adolescente, tem sido visto como uma estratégia de imposição de força (Ricas & Danoso, 2006).

Esta prática tem conseguido regular os problemas mas a curto prazo, porque a criança ou jovem irá controlar as suas atitudes perante a posição dos pais. No entanto, estas punições podem fazer surgir sentimentos de raiva, medo, ansiedade, fatores que poderão diminuir a compreensão destas ações. Existem estudos que comprovam também que estas práticas podem despoletar comportamentos agressivos e delinquentes, hiperatividade entre outros (Carmo & Harada, 2006).

2.6.2. Violência emocional e psicológica

São todas as ações ou omissões que tem como função causar danos á auto-estima, à identidade e desenvolvimento da pessoa (Day et al., 2003).

Define-se como abuso emocional, um comportamento parental hostil ou indiferente que quando severo ou persistente, prejudica a auto-estima da criança, degrada o sentido de realização, diminui o sentimento de pertença e impede o desenvolvimento saudável e vigoroso (Magalhães, 2010).

O abuso emocional interfere na vida emocional da criança ou jovem condicionando o seu desenvolvimento; enquanto o abuso psicológico afecta a parte da vida mental impedindo também o seu desenvolvimento (Magalhães, 2010)

Existem algumas crianças, que contactam directa ou indirectamente com a violência psicológica e emocional parental. Os adultos não os elogiam, humilhando-os, mesmo quando agem correctamente, não são estimulados para os desafios que precisam enfrentar (Magalhães, 2010).

Verifica-se que os adolescentes, que sofreram maus tratos, são mais vulneráveis a episódios de violência na escola e transgridem as normas sociais. O que leva a que haja alguns sentimentos de exclusão em relação a estes (Azevedo & Guerra, 1995).

Os autores referem que os adolescentes que sofreram maus-tratos psicológicos e emocionais por parte dos familiares, mais tarde sofrem de episódios de violência na escola, vivenciam mais agressões na comunidade e transgridem mais as normas sociais, terminando assim um círculo de violência. Também têm menos apoio social, menor capacidade de resiliência e baixíssima auto-estima (Azevedo & Guerra, 1995).

Podemos concluir que, quanto mais os rapazes são expostos a violência emocional por parte da mãe, maior será a violência, a agressividade e a o risco de delinquência por parte deste (Fergusson & Horwood, 1998).

2.6.3. Negligência

A Negligência por parte do pai e da mãe, é tida como um ato de omissão no que concerne as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente. Verifica-

se quando os pais ou responsáveis não satisfazem as necessidades básicas tais como a alimentação ou vestuário adequado para os seus filhos. Na própria habitação em que os pais negligenciam severamente os filhos observa-se, de um modo geral, que os alimentos nunca estão disponíveis, para as crianças, não existindo roupas limpas higiene pessoal. O ambiente físico é degradado e sujo, muitas das vezes com lixo espalhado por toda a casa. Com alguma frequência as crianças são deixadas sozinhas, chegando por vezes a morrer em consequência de acidentes domésticos (Magalhães 2005; Strauss & Kantor, 2005).

Também os factores sócio-económicos, segundo Alberto (2010), são relevantes, devido haver uma discrepância entre as classes económicas desfavorecidas e as mais favorecidas. Se por um lado, as classes sociais desfavorecidas, com dificuldades económicas, baixo nível de instrução, se caracterizam, pela incapacidade de fornecer à criança cuidados médicos, alimentação, materiais escolares e frequência escolar, por outro as classes sócias mais favorecidas dão os materiais, mas esquecem-se frequentemente de interagir com as crianças, têm brinquedos, livros, roupas, alimentação, mas falta-lhes a atenção, o afecto e o colo.

Zingraff, Leiter, Johnsen & Myers (1993) concluíram que os jovens vítimas de negligência tem maiores índices de comportamentos anti-normativos.

2.6.4. Violência física e emocional/psicológica observada

No início da década de 70, desenvolveram-se vários estudos sobre uma realidade até então pouco valorizada, sendo estas, a violência observada, física, emocional e psicológica. No entanto, estes estudos forneceram-nos informações, para uma nova visão acerca das consequências destes actos, que apesar de poderem não afetar directamente a criança, têm nela um impacto muito negativo (Kitzman et al., 2003).

Verifica-se uma probabilidade, das crianças e adolescentes sofrerem de problemas sociais e comportamentais, sendo muitas vezes designadas por vítimas “escondidas”, “esquecidas” ou “silenciosas” (Holden, 1998; Osofsky, 1998; Sani, 1999). Estas crianças continuam esquecidas, visto a vitimação indireta não ser visível, a não ser que e a violência que existe entre os pais, também seja exercida sobre as crianças (Holden, 1998; Moreira, 2012; Osofsky, 1998; Sani, 2006).

No que se refere à violência conjugal observada, isto é, quando a criança assiste e observa violência no seu ambiente familiar ou no seu lar. As crianças que testemunham a violência, não têm que a presenciar, basta ouvir, ou visualizar marcas dessa violência, o que pode ocorrer somente no dia seguinte à agressão ou perceber um ambiente estranho entre os pais (Alberto, 2010).

Os menores não necessitam de experienciar a violência directamente para serem afectados por ela, logo a violência emocional observada, pode ter efeitos tão negativos e nefastos como a violência experimentada por eles (Sani, 1999).

A violência emocional observada tem um maior impacto sobre as raparigas, tendo por consequência os comportamentos anti-normativos, neste caso com mais implicações focadas na internalização, consumo de álcool e drogas (Forsstrom & Rosenbaum, 1985).

De acordo com os autores Bogat-DeJonghe, Levendosky, Davidson & Von Eye; Graham-Bermann, Howell, Habarth, Krishnan, Loree & Berman; Wolfe, Crooks, Lee, McIntyre-Smith & Jaffe (2006, 2008, 2003, cit.in Alberto, 2010) as consequências desta exposição, traduzem-se em problemas de comportamento, baixa auto-estima, sintomatologia depressiva e perturbações de ansiedade.

Vários autores, referem que a violência é uma questão que exige um aumento do número de medidas anti-crime, apelar à consciência das pessoas, inoculação, sendo que todos deveríamos participar na resolução desta problemática (Sani, 2002).

Para Sani (2002), esta abordagem não pode ser encarada individualmente, pois não resolverá o problema, a melhor forma de o ultrapassar será abordá-lo a nível social e cultural.

2.7. Característica do agressor da criança maltratada

A agressão, na grande maioria dos casos, é provocada no seio familiar, geralmente pelo elemento que cuida da criança, a mãe, pai ,companheiro/a de um dos progenitores, ama, ou outros. São mais frequentes os agressores do sexo feminino, embora os agressores do sexo masculino agredam geralmente com mais violência, provocando lesões e sequelas mais graves. Nos casos de abusos sexuais, estes são na maioria dos casos perpetrados por elementos do sexo masculino, pessoas do agregado familiar, conhecidas ou de confiança da criança e da família (Canha, 2003; Machado & Gonçalves, 2003).

Normalmente o agressor tende a ser o pai, ou a mãe, o padrasto, o companheiro ou a ama (mais de 90% ocorrem em violência intra familiar). A idade do agressor, encontra-se, entre os 20 e 40 anos; possui hábitos alcoólicos; carências financeiras; insere-se num baixo nível socioeconómico e profissional; pertence a agregados familiares numerosos, e, muitas vezes com antecedentes de violência conjugal. Também são mães jovens e com antecedentes de maus-tratos (Pinto da Costa, 2010)

Registos e diagnósticos efetuados em ambiente hospitalar pediátrico, referem que os agressores mais frequentes são as mães e os pais ou ambos, seguidamente os padrastos as madrastras ou amas. Já nos abusos sexuais os agressores mais frequentes da criança são o pai, irmãos, tios, avós ou os conhecidos da criança. Apenas uma minoria reporta as agressões provocadas por estranhos (Canha, 2003; Pinto da Costa, 2010).

Segundo Alberto (2010, p.39) os pais maltratantes, estes também foram crianças maltratadas, que tiveram um modelo de pais que lhes promoveram dúvidas, angústias, incertezas e medos, em que as relações com os pais não foram estabelecidas com amor, e suporte, mas sim com ansiedade, agressividade e submissão, perante este facto, estes pais de crianças maltratadas, não conseguem responder de forma adequada às necessidades do seu filho. Os pais “perdem a percepção da dimensão parental de cuidar das crianças”.

Adianta também referir que os progenitores que foram maltratados pelos seus pais, enquanto crianças, são mais propensos a maltratar os seus filhos (Alberto, 2010).

Barudy (1988, cit.in Azevedo & Maia, 2006, p.59) defendem que os pais que não estabeleceram uma relação de vinculação com a mãe na sua infância, causado pela ausência da mesma, poderão usar os seus próprios filhos como “objecto de reparação”, tentando realizarem-se afectivamente através destes. Estes pais esperam que os filhos lhes dêem amor, carinho, respeito, que cuidem deles e até que lhes aprovelem todas as atitudes que os mesmos tomam, os filhos é que desempenham o papel de pais, o que eles próprios não tiveram na infância.

2.8. Características das crianças maltratadas

Os maus-tratos atinge crianças de todas as faixas etárias, como defendem Machado e Gonçalves (2002, p.20) sendo praticados com maior frequência em crianças que têm

menos que três anos, período de maior dependência e indefesas. É nesta faixa etária da infância que “existe o maior risco de morte”, principalmente no primeiro ano de vida

De acordo com Figueiredo (1998, cit.in Azevedo e Maia, 2006, p.95) referem que em vários estudos sobre crianças maltratadas, estas “revelam grandes dificuldades no relacionamento com os seus pares, mas também com o adulto”. Também revelam falta de empatia pelos outros, e reagem de forma agressiva e negativa ao seu sofrimento, o mesmo não se verifica com crianças não maltratadas, que demonstram preocupação perante a tristeza e mal estar dos amigos. Ainda relatam que mediante a observação de investigadores, que no comportamento interpessoal das crianças maltratadas verifica-se uma maior dificuldade de interacção com os adultos do que com outras crianças.

Segundo Azevedo e Maia (2006), se compararmos as crianças deprimidas com outras emocionalmente saudáveis, estas apresentam dificuldades de socialização no relacionamento com outras crianças. A depressão interfere na capacidade de concentração e de memória, tendo como consequência baixo rendimento escolar.

No que se refere a criança depressiva Azevedo e Maia (2006, p.99) afirma que esta manifesta pouca autonomia nas suas actividades diárias básicas (higiene pessoal e vestuário), evidenciando-se perturbações de ordem somática (dificuldades em dormir, pesadelos, sonolência diurna, perturbações do apetite). A par destas dificuldades, a criança apresenta extrema sensibilidade em relação às separações, “manifestando uma grande e contínua vontade de «agradar», o que dificulta a sua autonomia” .

De acordo com Cantón e Cortés (1997 cit.in Azevedo & Maia, 2006, p.102) nas condutas dos delinquentes, a mais frequente seria o furto ,observado em crianças maltratadas, as quais apresentam “problemas de externalização” (comportamento agressivo e anti-social) e “problemas de internalização” (medo e introversão).

Quanto à criança abandonada ou negligenciada (física, emocional e psíquica), os autores Azevedo e Maia (2006) referem que normalmente esta sente-se obrigada a utilizar diferentes mecanismos de defesa, ou comportamentos de sobrevivência, para lidar com as relações interpessoais (pares), devido à sua ambiguidade, quer seja por proximidade (dependência) ou afastamento (desconfiança), por um lado sente necessidade de chamar atenção para conseguir carinho e cuidados, por outro para se proteger de uma nova frustração e sofrimento.

Segundo estes autores Burrington (1999, cit.in Machado & Gonçalves, 2002, p.102) as crianças vítimas de maus-tratos, a nível emocional é usual revelarem reacções de “*evitamento, medo, agressividade, culpa, vergonha, tristeza, ansiedade, insegurança e confusão*”. Também NCFV (1996, cit.in Machado & Gonçalves, 2002, p.102) referem que todas estas atitudes vão desenvolver uma ambivalência de sentimentos entre o ofensor e a vítima promover uma ambivalência entre o agressor e a vítima, ou seja, tanto existe a vontade de estar com o agressor, da preocupação com o seu bem-estar como o medo que “sente” dele. Em relação à vítima, normalmente (mãe), pode sentir simpatia e suporte, embora ressentida e desrespeitar as opiniões e escolhas desta. Por sua vez Sudermann e Jaffe (1999, cit.in Machado & Gonçalves, 2002) afirmam que a maior parte dos problemas emocionais destas crianças, ocorrem pela preocupação do que os outros poderão pensar, dizer ou fazer.

2.9. Mau trato no seio familiar

De acordo com Alarcão (2006) habitualmente a família surge-nos como um lugar que regista um longo percurso desde o nascimento, o crescimento até á morte.

A família é um lugar privilegiado que permite a elaboração e aprendizagem de dimensões significativas de interacção, nomeadamente a forma como comunicamos, expressamos e as relações interpessoais que estabelecemos. É um lugar distinto de amor, afectividade e fraternidade Alarcão (2006)

Por sua vez Barudy (1998, cit.in Azevedo & Maia, 2006) a família tem capacidade de se adaptar e interagir entre os elementos que a constitui (casal, irmãos, avós, adultos, crianças, entre outras) de uma forma equilibrada, acompanhando as alterações da estrutura familiar, sem perder a sua identidade.

Todo este processo necessita de uma “plasticidade estrutural”. Desenvolver capacidades para se adaptar a todas as mudanças que surgirem na dinâmica interna da família e nas interacções com meio que este estabelece. Uma vez posta em causa as dificuldades de adaptação às mudanças/perturbações, poderão originar situações de crise, que poderá pôr em causa a sua organização familiar. Não sendo possível preservar a estrutura familiar como um todo estruturado, e não se conseguindo compensar este desequilíbrio, poderá ocorrer um ponto de ruptura tanto na estrutura como na própria

organização familiar, situação que poderá desencadear intervenção externa Barudy (1998, cit. in Azevedo & Maia, 2006, p.63).

Segundo Azevedo e Maia (2006) a organização familiar é ponto fulcral para que a família cresça e se desenvolva adaptando-se às possíveis vicissitudes que ocorrem diariamente. Contrariamente a esta situação uma família desestruturada e desorganizada, torna-se mais vulnerável às pressões e perturbações do meio, podendo experienciar mais facilmente situações de maus tratos, entre estes o infantil.

Os maus tratos no seio familiar, de acordo com Magalhães (2005), são uma situação que pode acarretar consequências mais graves e marcantes para as criança e jovens, pois é no seio familiar que esta encontram a segurança e a confiança dos membros que constituem o núcleo familiar. Ao existir maus-tratos entre pais e filhos, a criança perde a confiança e segurança dos mesmos podendo afetar o seu desenvolvimento global. Barudy (1998, cit.in Azevedo & Maia, 2006, p.65) alerta para a importância da manutenção de uma família hierarquicamente organizada, referindo que uma família sendo saudável será aquela que consiga garantir o bem estar de todos os seus membros, disponibilizando todos os recursos materiais, psicológicos e sociais suficientes às suas necessidades.

Segundo o mesmo autor, as crianças inseridas em famílias caóticas e excessivamente abertas carecem de protecção e segurança essenciais perante os pais,correndo o risco de serem vítimas de maus-tratos, tanto dentro como fora do núcleo familiar, no entanto nas famílias fechadas e rígidas, as crianças estão impedidas de interagir e de enriquecer com influências externas bem como conhecer e distinguir outras formas de socializar.

Segundo estes autores Cantón e Cortés (1977, cit.in Azevedo & Maia, 2006) o mau funcionamento familiar, parte de determinados fatores relacionadas com o meio cultural, valores e costumes culturais e sociais alterados pelo stress diário, que influencia as alterações do comportamento entre os diferentes membros do núcleo familiar, tendo como consequência a prática dos maus tratos infantis. É importante salientar que a violência pode ser uma forma de resolução de conflitos, num determinado sistema social, sendo comum nestas situações o abuso do poder dos pais sobre os filhos, terminando a relação pais e filhos em abusos de várias formas.

Alarcão (2002, p.28) considera à partida a família, um sistema “*auto-organizado que aceita um conjunto finito de transformações estruturais*”, preservando-a como um espaço seguro, onde existem relações afectivas intensas, podendo surgir dificuldades nas famílias sempre que exista uma crise, em que esta se sinta ameaçada.

Também Alarcão (2002, p.48) a família “*enquanto sistema é um todo*”. Esta é parte de outros sistemas, dependendo da forma como se relaciona com a comunidade ou a sociedade.

De acordo com Magalhães (2005, p.33) podemos considerar os maus tratos “*como físicos*”, *emocionais, psicológicos, sexuais, negligentes nos cuidados e ou afectos*”. Estes comportamentos devem ter em conta a época, a cultura e a sociedade em que estão inseridos. Podemos assistir a este tipo de agressões em diferentes contextos, nomeadamente no familiar, social e o institucional. Os maus tratos podem ser perpetrados por um dos pais, ambos, pelo cuidador, irmão ou outro familiar, por um estranho ou pessoa conhecida.

Os maus-tratos no seio familiar, segundo Magalhães (2005, p.63) “*são aqueles que mais graves consequências têm para as crianças e jovens*”, como se verificou em estudos anteriores, verificando-se uma perda de segurança e confiança no seio familiar, podendo comprometer o seu desenvolvimento.

Como afirmam Machado e Gonçalves (2002, p.17) esta aquisição de modelos deturpados para a criança, ou seja, a “*convivência diária com um meio familiar violento e conflituoso*” vai implicar uma obtenção de determinadas formas, atitudes e relações violentas entre pais e filhos, tendo estas crianças propensão para se tornarem vítimas ou indivíduos violentos, pela transmissão dos maus tratos às gerações seguintes.

2.10. Direitos da criança em contexto violência doméstica

Lamentavelmente muitas situações de violência, maus tratos infantis e do adolescente não são ainda reveladas e denunciadas, ficando-se pelo sigilo, anonimato, incoerência, também por vezes pela incapacidade dos técnicos e pessoas que tendencialmente preferem crer que estas situações de vitimação resolver-se-ão com o passar do tempo (Machado & Gonçalves; 2003).

Apesar da pouca divulgação e consciencialização deste problema, é sem dúvida uma trágica realidade. Os maus tratos sobre a criança para além de recorrentes tendem a ser progressivos. A criança é frequentemente vítima de maus tratos com a agravante da severidades das lesões, provocando por vezes a morte, principalmente no primeiro ano de vida. Em alguns casos podem provocar lesões cerebrais que resultam em défices neurológicos irreversíveis, causando outras sequelas a curto médio e longo prazo (défices motores, hemiplegias, crises epilépticas, défices visuais ou auditivos podendo provocar cegueira e surdez total (Machado & Gonçalves; 2003).

Deslocações ás urgências, atendimentos em consulta, hospitalizações sucessivas, umas mais prolongadas que outras, disponibilização de técnicos especializados, monitorização que é feita pelas mais variadas entidades, fazem com que os custos com estes processos disparem e sejam imputados á comunidade, á segurança social e ao país (Machado & Gonçalves; 2003).

A Sociedade Americana de Psiquiatria (1996, cit.in Sani, 2002), refere que o grau de acontecimentos descritos sobre a incidência de crimes de violência é superior às experiências humanas habituais, sendo preocupante e relevante na vida de qualquer pessoa. Sendo assim, perante a lei penal, estes dependem do grau e da forma como são exercidos sobre o indivíduo, particularmente crianças, vítimas directas desses acontecimentos ou testemunhas.

Bastos (2008) afirma que, actualmente, a infância continua a ser vivida, de forma heterogénea. Existe um número significativo de crianças, cujos direitos fundamentais e necessidades básicas não são observados, activando, desta maneira, os processos de empobrecimento e exclusão social.

Uma vez reconhecidos os direitos das crianças, as suas capacidades e as condições para o seu desenvolvimento na sociedade contemporânea, esta evolução muito embora contida, permitiu compreender e identificar as situações que dificultam e põem em causa os factores que violam estes princípios e direitos adquiridos. No entanto, apesar de todos os esforços que têm sido feitos, nomeadamente a extinção de mitos e tabus, ainda nos falta percorrer um longo trajeto (Machado & Gonçalves, 2003).

2.11. Perspetiva teórica da violência interpaparental nas crianças

De entre as teorias explicativas do comportamento das crianças expostas á violência familiar, surgidas nos últimos anos, podemos destacar as teorias comportamentais e cognitivo-comportamentais, que focam o processamento cognitivo e modelos de déficit; teorias relacionadas com o conceito e significado do trauma, com orientações sistémicas familiares e relacionais que discutem o significado da violência nas representações do *self* e do mundo e teorias que abordam fatores genéticos (Rossman et.al., 2000). Contudo não podendo ser abordadas todas as teorias neste trabalho iremos abordar aquelas que consideramos mais pertinentes para o nosso objetivo de estudo. Assim, as teorias apresentadas encontram-se divididas por três grupos: modelos de aprendizagem, modelo cognitivo, o modelo de cariz emocional e modelos de stress pós traumático.

2.12. Modelos de aprendizagem

2.12.1. Hipótese do ciclo de violência

Para Bandura (1963, cit.in Gracia, Mesa & Vila, 2013) e Bandura (1973, cit.in Martins 2005), as teorias de aprendizagem social, podem ajudar a compreender a origem da violência. Esta violência é determinada, em grande medida, por fatores culturais e educacionais, através da transmissão intergeracional. Sendo que, o comportamento humano é aprendido com base em determinados modelos. Este conhecimento que advém de outros, permite que tenhamos ideias para novos comportamentos, já que são essas observações codificadas que servem-nos de guia para as nossas próprias ações.

A teoria da hipótese do ciclo da violência assenta na crença de que a violência gera violência (Jaffe et.al., 1990). Esta teoria deriva da teoria da aprendizagem social (Hines & Saudino, 2002; O'Keefe, 1998; Rosen, Bartle-Harins & Stith 2001) referindo que a violência entre parceiros íntimos é promulgada por pessoas que na sua família de origem testemunham a violência (Black et.al., 2010). Enfantizando três conceitos: observação, imitação e modelagem (Osofsky, 1998).

Bandura (1986), criador da teoria da aprendizagem, afirma que a maioria do comportamento humano é aprendido pela observação através de um processo denominado de modelagem. Defendendo que é através deste processo que se dá a codificação (do que foi observado) tornando-se assim numa espécie de guia para eventos

futuros. De acordo com esta perspectiva o comportamento violento é algo frequentemente assimilado e reproduzido (Graham-Bermann, 1998; Vuong et.al., 2009).

Existem evidências empíricas consistentes no que respeita à transmissão intergeracional da violência (Black et.al., 2010; Kalmuss & Seltzer, 1989) tendo sido esta hipótese proposta com a realização dos primeiros trabalhos de investigação dedicados a este tema na década de 60 (Cedr s & Méndez, 2000). Esta hipótese assenta nos pressupostos da teoria da aprendizagem social que sugere que a criança que testemunha em casa violência vai aprender estes mesmos padrões violentos, tendo uma maior probabilidade (comparativamente a crianças não expostas   violência interp rental) de no futuro adoptar comportamentos semelhantes nos seus relacionamentos (Jaffe et.al., 1990; Kashani & Allan, 1998; Lichter & McCloskey, 2004).

As crianças aprendem a definir-se a si próprias e ao mundo que as rodeia, e relacionando-se com ele a partir do que observam no seu contexto mais próximo (Gracia, Mesa+ & Vila, 2013).

Os filhos e filhas de mulheres agredidas, ficam expostos não somente   influência dos fatores socioculturais, mas também   experiência de sofrerem violência dentro da família. As crianças que crescem em ambientes violentos, internalizam um conjunto de crenças e valores negativos legitimando o uso da violência como meio de resolução de conflitos, tornando-a como base do seu comportamento futuro nos relacionamentos. A tendência futura no caso das meninas é que se identifiquem com o papel materno, adotando comportamentos de submissão, sujeição, passividade e obediência; e os rapazes com o papel paterno, assumindo posições de poder e privilégio (Gracia, Mesa & Vila, 2013). Estas crianças e jovens aprendem, por experiência, que a violência é um meio privilegiado para a resolução de conflitos, que são inevitáveis no seio das relações familiares, e em que muitas vezes os agressores ficam impunes e em que o recurso   violência constitui uma maneira rápida e eficaz de controlar outras pessoas Osofsky (1995 cit.in Gracia, Mesa & Vila, 2013). Assim as crianças expostas   violência na família ou na comunidade apresentam um maior risco de se tornarem elas próprias autoras de violência Bell (1995 cit.in Gracia, Mesa & Vila, 2013).

Um estudo realizado por Black, Sussman e Unger (2010) com 223 estudantes universitários identificou nesta amostra uma percentagem significativa de jovens

estudantes que se encontravam expostos à violência por parte de um parceiro íntimo, sendo que para além destes resultados, este estudo corroborou a ideia da transmissão intergeracional da violência.

Segundo Rosen, Bartle-Harins e Stith (2001) os indivíduos que em criança para além de testemunharem a violência interparental são paralelamente vítimas directas (violência exercida pelo pai em relação ao filho) são mais susceptíveis de se tornarem perpetradores de violência nas suas relações de namoro. Isto demonstra que as relações de namoro podem ser fortemente influenciadas pelas experiências do sujeito na sua família de origem (Rosen et al., 2001).

De acordo com a perspectiva da teoria da aprendizagem social os filhos imitam os comportamentos dos seus pais quando estes estão em conflito, desenvolvendo assim atitudes positivas face ao uso da violência para resolver problemas conjugais (Cedr s & Méndez, 2000) resultando numa maior probabilidade de no futuro as crianças expostas   violência interparental se tornarem vítimas de mau trato ou agressores (Casique & Furegato, 2006). Podemos assim concluir que segundo esta teoria, as crianças expostas   violência familiar, para além de fazerem uso da violência no futuro, também a percebem, em adultos, como algo adequado, normativo para resolver um problema.

São apontadas algumas críticas   hipótese do ciclo da violência, nomeadamente o seu caracter simplista, uma vez que a transmissão da violência não é algo inteiramente relacionado com a teoria da aprendizagem social (Hines & Saudino, 2002).

Segundo Kaufman e Zigler's (1987, cit.in Margolin & Gordis, 2004) cerca de 70% das crianças expostas   violência interparental não se tornam adultos abusivos.

Widon (1989, cit.in Hines & Saudino, 2002) refere que a maior parte das crianças que experienciam o abuso na sua família de origem não se tornam perpetradores nas suas relações de intimidade futuras, enquanto algumas pessoas que na sua infância não vivenciaram situações de violência, tornam-se em adultos perpetradores de violência nas suas relações íntimas.

2.12.2. Hipótese da disrupção familiar

Sendo a família uma unidade social que enfrenta uma série de tarefas, funciona como uma matriz de desenvolvimento psicossocial dos seus membros. Assim sendo a família

não é mais do que um sistema que funciona através de padrões transacionais, isto é, segundo regras oriundas das interações repetidas entre os indivíduos (Minuchin, 1990).

A hipótese da disrupção familiar salienta que a criança exposta à violência interparental, faz sucessivos esforços para lidar do modo mais adequado com as alterações no seio familiar resultantes do conflito entre os pais (Jaffe et.al., 1990).

A hipótese da disrupção (ruptura) familiar deriva das teorias referentes à aprendizagem social, bem como das teorias familiares sistémicas (Jaffe et.al., 1990). As teorias sistémicas explicam a psicopatologia enquanto reflexo dos processos familiares, isto é o conflito marital funciona como um fator de risco para a criança, pois é acompanhado por uma intensificação da intimidade e/ou rejeição em termos de relação pais-criança, assim como pela presença de comportamentos sintomáticos no menor (Margolin et.al., 2001).

De acordo com Margolin, Oliver e Medina (2001) o conflito marital é um factor de risco na medida em que é acompanhado de uma intensificação da intimidade e/ou rejeição na relação/interacção pais-criança tal como pelo desenvolvimento de comportamentos sintomáticos por parte da criança. As famílias desestruturadas são igualmente caracterizadas como famílias desorganizadas, sendo as suas relações com uma estrutura funcional algo inconsistente, indiferenciada e com pouca flexibilidade (Rossman et.al., 2000).

Na perspetiva desta hipótese, podemos afirmar que os eventos negativos familiares como a violência familiar, vão fazer com que a criança que os assiste tenha de enfrentar a ameaça de perigo iminente, o medo, obrigando-a a aprender a lidar com o conflito em si mesmo como com tudo que a ele está relacionado (Jaffe et.al., 1990).

A hipótese da disrupção familiar representa as dificuldades de ajustamento dos filhos de mulheres vítimas de violência, devido às suas excessivas tentativas para lidar com as profundas alterações que ocorrem no seu seio familiar como consequência da violência (Jaffe et.al., 1990). Segundo Dutton (2000), estes agregados tendem ainda a apresentar falhas relativamente à vinculação, apego seguro, havendo nestas famílias uma maior probabilidade de ocorrer abuso físico, tal como psicológico/emocional dirigido à criança

2.13. O modelo cognitivo

2.13.1. O modelo cognitivo-contextual de Grych e Fincham

O modelo cognitivo-contextual de Grych e Fincham (1990) é um modelo que tem desempenhado um importante papel no que respeita à orientação e investigação sobre a relação existente entre o conflito conjugal e o ajustamento da criança que a ele assiste (Dadds, Atinkson, Turner, Blums, Lendich, 1999).

Este modelo tem por base real a apreciação que a criança tem relativamente aos conflitos maritais, manifestando-se através do seu comportamento. Sugerindo que a criança processa determinadas avaliações relativas ao significado do stressor, para o seu bem-estar, com base em dois pressupostos, o cognitivo e o emocional (afeto) (Sani, 2003). Ambos estes pressupostos, tem um relacionamento dinâmico e recíproco neste processo de apreciação, ou seja, as percepções e interpretações do conflito interparental influenciam e modulam a resposta afetiva inicial (Sani, 2003).

Na perspetiva deste modelo as crianças quando observam o conflito intraparental, avaliam em que medida esta situação afeta o seu bem-estar e o da sua família, procurando determinar se elas são ou não responsáveis pelo conflito ou se poderão contribuir para a sua resolução (McDonald & Grych, 2006). Quando a criança acredita ser responsável pelo conflito entre os progenitores poderá sentir-se culpada, envergonhada, atribuir a raiva sentida a um dos pais ou a ambos (Benetti, 2006), deprimida, com baixa auto-estima, ansiosa e incapaz de lidar de forma adequada com o conflito (Grych & Fincham, 1990).

Estas avaliações baseiam-se na cognição e no afeto (Dadds et.al., 1999) que se relacionam de forma dinâmica e recíproca (Grych & Cardoza-Fernandes, 2001). Assim sendo, a percepção e a interpretação realizada pela criança sobre o conflito é que vai ajustar a sua resposta afetiva/emocional, sendo que, também as suas emoções irão influenciar a interpretação que faz das suas interações (Grych & Cardoza-Fernandes, 2001).

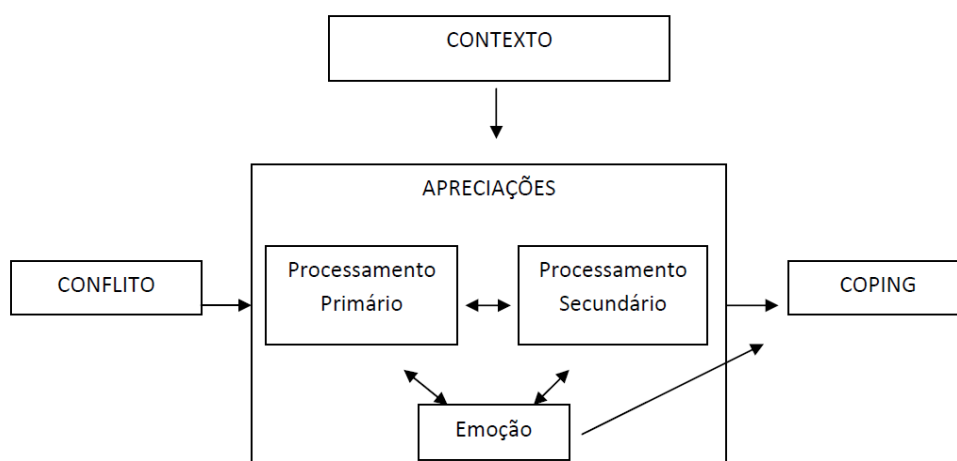
A exposição da criança ao conflito desenvolve todo um processo (Fig.1), em que numa fase inicial, processo primário, a criança avalia se o conflito constitui uma ameaça para si para, posteriormente, no processamento secundário, tentar compreender o porquê de o conflito ter ocorrido (Grych & Fincham, 1990). Depois destes dois processamentos, a

criança decide como responder ao conflito (estratégias de coping) (Grych & Fincham, 1990).

Para este modelo, certas representações da criança acerca dos conflitos interpARENTAIS, são importantíssimos fatores para a compreensão do impacto na criança destes incidentes (Grych, Seid & Fincham, 1992, cit.in Sani, 2003).

Compreender e perceber as causas e consequências dos conflitos particularmente significativos ou seja, aqueles que são ameaçadores e aversivos, é um processo adaptativo, porque aumenta a capacidade do indivíduo para responder efectivamente, antecipar o comportamento do outro e prever outros eventuais conflitos determinando o foco das estratégias de coping.

Figura 1. Modelo Cognitivo-contextual (Grych & Fincham, 1990; Grych & Cardoza-Fernandes, 2001, p.160)



Contudo, algumas atribuições podem incrementar o stress causado pelo conflito. Desta forma o sentimento de responsabilização por parte da criança, quanto á ocorrência dos eventos, poderá estar na origem dos sentimentos depressivos, da baixa auto-estima, sentindo-se ameaçada e incapaz de se confrontar activamente com a situação, o que aumenta ainda mais a sua ansiedade (Grych, Seid & Fincham,1992).

Por outro lado, uma expressão e resolução construtiva dos conflitos, poderá ser interpretada pela criança de uma outra forma, ou seja, para a criança poderá ser uma experiência positiva porque poderá promover a expectativa de que os conflitos

interpessoais podem ser satisfatoriamente resolvidos Grych (1998, cit.in Sani, 2003). Podemos então concluir, que os conflitos maritais não tem que ser necessariamente negativos para a criança.

Goodman, Barfoot, Frye e Belli (1999, cit.in Sani, 2003) partilham desta ideia, pois consideram que os pais envolvidos em conflitos menos recorrentes, mais construtivos e na maioria dos casos bem resolvidos, podem modelar formas adaptativas de resolver problemas sociais, promover um ambiente seguro e de suporte emocional em casa, facilitando o desenvolvimento na criança na capacidade de regular seu comportamento e a as suas emoções.

Grych e Fincham (1990) defendem que as apreciações que a criança faz dos conflitos interparentais são uma função das propriedades do conflito (eg. frequência, intensidade, conteúdo) e dos factores contextuais (eg., a experiência prévia de conflito na família, o contexto de ocorrência, a qualidade dos relacionamentos da criança). Relativamente às propriedades do conflito, o nível de hostilidade ou agressão exibidos pelos pais, e a qualidade de resolução do conflito, parecem ser influências particularmente importantes na resposta da criança ao conflito. Para Cummings e Davies; Grych (1994, 1998, cit.in Sani, 2003) os conflitos mais hostis geram mais afecto negativo, uma maior percepção de ameaça e baixa eficácia no coping, mas não tendem a afectar as atribuições da criança pela existência da violência.

Concluindo, o modelo cognitivo-contextual de Grych e Fincham (1990), sugere que é fundamental para a compreensão dos problemas comportamentais e emocionais da criança, não só a frequência com que acontece o conflito, mas também a própria natureza do conflito (Grych, et al., 1992).

2.14. Modelos emocionais

2.14.1. Modelo da segurança Emocional de Cummings e Davies (1994)

Outro modelo explicativo para a possível relação entre a violência intraparental e os problemas de ajustamento das crianças é o da segurança emocional de Cummings e Davies (1994).

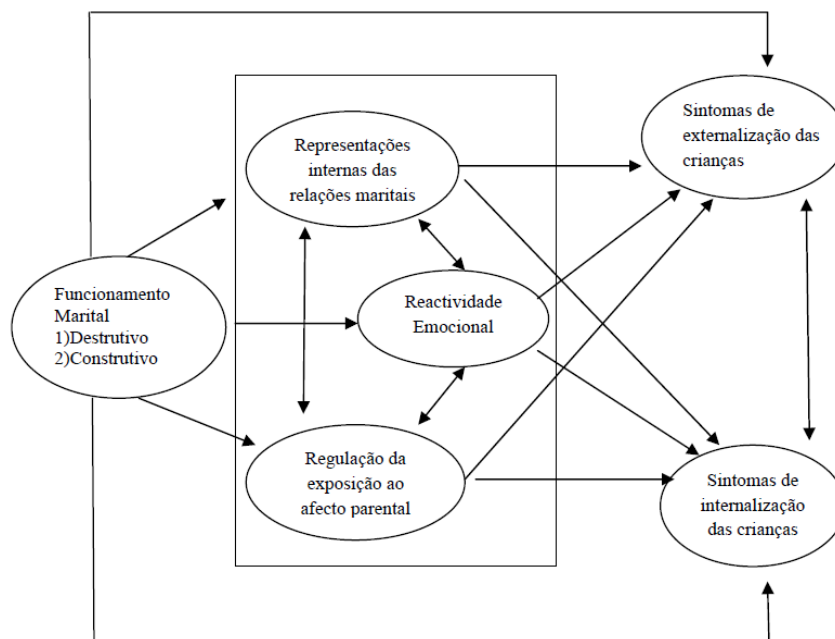
De acordo com Benneti (2006) este modelo desenvolve-se a partir das representações de apego que a criança estabelece com as figuras de suporte, em momentos onde

predominam aspectos como afecto, compreensão, suporte emocional, sendo a experiência da segurança emocional mais tarde determinada especificamente pela qualidade da relação parental.

Segundo Davies e Cummings (1998) as emoções funcionam como um sistema de monitorização e guia na representação dos eventos e motivação do comportamento. Assim sendo, esta perspectiva teórica refere que preservar e promover o sentido de segurança emocional constitui-se como o primeiro objetivo da criança, motivador das suas ações e reacções.

A segurança emocional poderá ser obtida a partir do contexto da relação intraparental assim como dos relacionamentos pessoais que mantem com os pais, logo os conflitos familiares comprometem o ajustamento da criança, na medida, em que ameaçam o seu sentido de segurança emocional (Davies & Cummings, 1998).

Figura 2 – Modelo teórico sobre o papel mediador na segurança emocional na relação entre o funcionamento marital e o ajustamento psicológico da criança (Davies & Cummings, 1998)



Face à violência interparental, a criança pode desenvolver sinais de insegurança que se traduzem essencialmente em três aspectos (Cox, Paley & Harter, 2001; Davies & Cummings, 1994; Davies & Forman, 2002; Davies et al., 2002): maior reactividade

emocional (eg: emoções e sentimentos intensos, prolongados e desregulados); excessiva regulação de exposição ao afecto parental (eg: postura de evitamento e envolvimento face aos problemas parentais); e representações internas hostis relacionadas com as consequências que o conflito interparental tem para o bem-estar da própria crianças bem como para a família (Figura 2).

Para Davies e Cummings (1994) a segurança emocional infantil é influenciada pela qualidade das relações entre pais e filhos, especialmente pela qualidade da vinculação pai-filho, sendo que se esta vinculação for caracterizada por afectividade, responsividade e estabilidade irá promover um desenvolvimento seguro (de vinculação) entre pais e filhos. Os autores referem ainda que formas menores de conflito poderão não ter impacto negativo na segurança emocional da criança.

Esta perspectiva defende ainda que as crianças sentem-se emocionalmente seguras quando percebem que, apesar dos conflitos que existem entre os pais, estes se mantêm psicologicamente e fisicamente disponíveis (Crockenberg & Langrock, 2001). A criança emocionalmente segura, consegue lidar com o conflito de forma mais eficaz a nível emocional e comportamental, enquanto uma criança emocionalmente insegura tem uma maior probabilidade de apresentar desregulação emocional e comportamental (Cummings, Kouros & Papp, 2007).

Para este modelo, a questão da segurança emocional é de extrema importância, sendo defendido por Cummings e Davies (1994) que crianças seguras expostas à ruptura familiar, poderão desenvolver vinculações inseguras, enquanto, crianças inseguras expostas a uma baixo nível de conflito familiar, poderão desenvolver vinculações mais seguras.

2.15. Modelos de stress

2.15.1. Teoria do stress pós traumático de Silverman e Kaersvang

Silverman e Kaersvang (1989) consideram que a observação da violência interparental é por si só um evento traumático, uma vez que o trauma pode resultar da percepção de perigo, mesmo que este não preveja dano físico (Sani, 2004), podendo desencadear sintomatologia de stress pós- traumático Humphreys (1993, cit.in Sani, 2004).

Segundo esta teoria perante uma percepção de perigo, resultante da observação de uma situação de violência interparental, a criança não é capaz de compreender o evento e entender as suas próprias emoções. Não estando apta para elaborar essa experiência, integrando-a como um trauma passado, a criança vai experienciar imagens fragmentadas e não interpretadas, desenvolvendo-se um self fragmentado (Sani, 2004).

Segundo Sani (2004) esta teoria apesar de ser um contributo importante para a compreensão do impacto que o testemunho de violência interparental pode ter nas crianças, a autora considera-a um pouco simplista não estando voltada especificamente para a explicação da violência continuada testemunhada pela criança, mas sim para os traumas imediatos e os processos patogénicos.

2.15.2. Teoria do stress e coping de Jaffe, Wolfe e Wilson

Jaffe, Wolfe e Wilson (1990) referem que durante muitas décadas as crianças testemunhas de violência interparental foram desconsideradas, contudo inúmeros estudos sugerem que as crianças expostas a este tipo de violência estão mais propensas a desenvolver e manifestar problemas de ajustamento, a curto ou longo prazo (Wolfe, Jaffe, Wilson & Zak, 1985).

Esta associação, entre a violência familiar e o desenvolvimento da criança foi estabelecido por descrições publicadas, acerca de crianças que se encontravam em abrigos com as suas mães, a fim de escapar da violência em casa. Segundo essas publicações, existia uma percentagem significativa dessas crianças que apresentavam desordens, tais como problemas de saúde física, problemas de comportamento, baixa auto-estima, medo, ansiedade e isolamento social (Brancalhone & Williams, 2003).

Jaffe, Wolfe, & Wilson (1990) procuram estabelecer uma inter-relação entre a designação de abuso da mulher e as respostas de stress e coping (confronto) exibidas pela mãe, e as reacções de stress e coping manifestados pela criança. O abuso da mulher gera stress na criança, produzindo nesta, tentativas de confronto (coping), que se expressam em evidências comportamentais e emocionais intensas.

O ajustamento da mãe e o nível de acontecimentos de vida stressantes, são factores que podem igualmente afectar o comportamento infantil Sameroff, Seifer e Zax (1982, cit.in Wolf et.al., 1985), uma vez que as mulheres batidas são vulneráveis ao

desenvolvimento de desordens físicas e emocionais, e têm uma maior probabilidade de se exporem a outros stressores, o que consequentemente vai lesar a sua eficácia maternal Walker (1979, cit.in. Wolfe et al., 1985).

Neste sentido, e porque o stress maternal crónico, assim como o funcionamento psicológico da figura materna, podem influenciar as interações pais-criança, a criança vai manifestar desordens comportamentais, no âmbito de uma atenção e suporte, inconsistentes e inapropriados, por parte dos cuidadores primários. De facto, os estudos de Wolfe et.al. (1985), relatam existir uma relação entre o comportamento infantil e factores associados ao stress maternal, assim, o impacto da violência interparental pode ser, em parte, consequência do grau de prejuízo da mãe, e concomitantemente, resultando na típica ruptura e incerteza que a criança enfrenta Rutter (1979, cit.in Wolfe et.al., 1985).

Para além da criança, a própria mãe pode em resultado do abuso exibir aspetos e sintomas físicos e psicológicos intensos, condicionando a sua eficácia no seu desempenho de cuidar dos seus filhos, e consequentemente agravando a capacidade de confronto da criança com eventos familiares adversos. Jaffe, Wolfe e Wilson (1990, cit. in Sani, 2003)

Para estes autores as crianças são diretamente afetadas pela violência que observam, sendo na sua maioria dirigida às suas mães, sustentando uma explicação sobre a transmissão entre gerações, formulando a hipótese de que as famílias violentas potenciam uma modelagem agressiva para as crianças. Consideram ainda, que a criança é afetada indiretamente pelo testemunho do abuso materno, através das mudanças que ocorrem no ambiente educativo familiar, sendo esta uma interpretação baseada na disrupção familiar Humphreys (1993, cit.in Sani, 2003)

2.16. Conclusão

A vitimação das crianças em contexto familiar ainda hoje é pouco discutida, apesar da gravidade e das condições que as afetam. Grande parte dos maus tratos, abusos sexuais, e violação, ocorrem com grande intensidade e com curta duração, salvo as relações incestuosas (Sani, 2002).

As crianças vítimas destes crimes, podem apresentar vários níveis de stress e sintomas de difícil recuperação.

Estudos comprovam que quando a criança é exposta aos conflitos interparentais, são mais permeáveis a efeitos negativos no seu desenvolvimento cognitivo, comportamental emocional e social.

Estes atos de maus tratos quanto mais precoces tiverem lugar, maiores lesões poderão causar, sobretudo as cerebrais com consequências a nível neurológico correndo o risco de irreversibilidade em alguns casos.

A vivência das crianças nestes ambientes violentos e conflituosos, pode provocar um entendimento distorcido por parte destas, proporcionando a interiorização de modelos de vida erróneos, uma vez que poderão ser transmitidos às gerações seguintes, comprometendo o seu crescimento e desenvolvimento futuros.

No entanto a experiência da criança sobre vitimação, pode ser de forma direta quando está exposta e indireta quando testemunha o caso, ambas as situações acabam por ter impactos negativos na perceção e compreensão do problema.

Parece então, haver um paralelismo em relação ao modo como a criança experiencia (poderá ser futuro agressor) ou testemunha (poderá ser futura vítima), daí a necessidade de se estudar o impacto de ambas as situações.

CAPÍTULO III. Impacto da violência nas crianças

3.1.Introdução

A violência interpaparental na vida das crianças é um fenómeno preocupante uma vez que ameaça seriamente a saúde e bem-estar das crianças que a testemunham (Fantuzzo, De Paola, Lambert, Martino, Anderson & Sutton, 1991; Sudermann & Jaffe, 1999).

Osofsky (1995) refere que durante muito tempo as crianças expostas à violência interpaparental eram consideradas como invisíveis, contudo a existência de crianças expostas a violência interpaparental não se trata de facto de um fenómeno novo mas sim algo recente no que respeita ao estudo desta problemática por parte da comunidade científica (Sani, 2002). Contudo não existe na comunidade científica um consenso relativamente aos conceitos, definições e terminologias relacionadas com a exposição de crianças à violência interpaparental o que se traduz num entrave à realização de estudos sobre esta problemática (Graham-Bermann, 1998). Em Portugal os estudos são escassos, havendo um longo caminho a percorrer no que respeita à vitimização infantil, especificamente à vitimização indirecta, como é o caso das crianças expostas à violência interpaparental, sendo contudo importante salientar os trabalhos realizados por Sani (2002; 2003; 2006; 2007) que tem dedicado a sua carreira ao estudo desta problemática e ao impacto que a mesma tem nas crianças que a experienciam.

Vários estudos Pynoos, Osofsky, (1993, 1995, 1997 cit.in Sani, 2011a), referem que crianças em idade escolar que presenciaram atos de violência, futuramente irão apresentar problemas de externalização (agressividade e delinquência) e internalização (isolamento e ansiedade) em relação às crianças que não presenciaram.

Sani (2006) e Moreira (2012) relatam que em muitas crianças que enfrentam e vivenciam situações de violência no seio familiar, o risco tanto a nível físico como psicológico aumentou, comparativamente às mesmas em famílias não violentas. Também se considerou que crianças com este tipo de maltrato são vítimas indirectas, que promovem nestas sintomas persistentes, disruptivos, patológicos e traumáticos (Costa & Sani, 2007).

Este tipo de violência que ocorre no seio familiar, nomeadamente o abuso psicológico/emocional praticado por um membro da família em relação a outro, tem sido

alvo de uma maior atenção nos últimos anos, contudo, ainda insuficiente tendo em conta o impacto que tais actos abusivos têm sobre a criança (Kashani & Allan, 1998).

Assim sendo, pretendemos com este capítulo abordar o impacto que a violência interpaparental tem nas crianças.

3.2. Exposição à violência interpaparental

Coutinho, Sani, e Fantuzzo, et al., (2008; 2000) referem que as crianças expostas à violência interpaparental são consideradas vítimas indirectas, igualmente vulneráveis. Esta designação esta relacionada com o fato de as crianças serem frequentemente consideradas “testemunhas”, o que permite a ideia de que assumem um papel passivo (Cunningham & Baker, 2004). Contudo esta passividade pode facilmente ser colocada em causa na medida em que as crianças que convivem diariamente com a violência são obrigadas a interpretar, prever e avaliar em que medida são causadoras de violência,. Assim, sentem-se forçadas a preocuparem-se com as consequências dessa mesma violência e a tomarem medidas para assim se protegerem física e emocionalmente (Cunningham & Baker, 2004) tentando muitas vezes proteger e defender o progenitor que é vítima.

Durante muito tempo foi difícil enquadrar as crianças como vítimas de maus tratos, uma vez que eram consideradas vítimas invisíveis, contudo nos dias de hoje, considerando que as crianças podem ser abusadas emocionalmente (Cunningham & Baker, 2007) já se considera que uma criança exposta à violência interpaparental é uma vítima de mau trato emocional/psicológico. Canha (2008) define mau trato emocional/psicológico como a incapacidade de proporcionar à criança um ambiente familiar harmonioso, tranquilo, onde predomine o bem-estar emocional e afectivo sendo facilmente perceptível que este ambiente é algo grande parte característico de lares onde se vivenciam situações de violência doméstica. Ainda nesta falta de harmonia e tranquilidade, podem encontrar-se diversos comportamentos dos pais relativamente aos filhos: ausência de afecto, atitudes recriminatórias, humilhações verbais constantes (Canha, 2003), ignorar, rejeitar, ameaçar, insultar, atribuição excessiva de responsabilidades à criança Nesbit e Karagianis (1987, cit.in Kashani & Allan, 1998) e outros tipos de situações de violência e conflito que promovem um ambiente de medo e terror (Canha, 2003).

É fácil perceber que uma criança exposta à violência interpaparental, sinta frequentemente medo, por exemplo, em relação aquilo que lhe poderá acontecer bem como ao progenitor que é alvo de mau trato por parte do outro progenitor.

Quando se abordam fenómenos como o da exposição à violência interpaparental é importante referir que por vezes, as mães vítimas de violência doméstica podem ver comprometido o desenvolvimento saudável de uma relação com o (s) seu (s) filho (s) (Sani, 2008). Em alguns casos, estas mães podem estar emocionalmente menos disponíveis e sensíveis para responder às necessidades dos seus filhos, porque, ao estarem tão preocupadas com a sua segurança e a dos seus filhos tornam-se por vezes menos conscientes dessas mesmas necessidades (Osofsky, 1998).

Matos (2002) refere ainda que metade dos homens que agredem fisicamente as mulheres, também o fazem com os filhos, tornando perceptível que a violência contra as crianças surge muitas vezes associada com relações conjugais violentas.

Este fenómeno de violência entre conjugues, continua a ser mais frequente em casa, um espaço no qual a criança normalmente deveria ter como seguro e protegido (Sani, 2011a).

Para além disso quer a vítima directa quer o ofensor são pessoas com as quais a criança se identifica, tendo como referências figuras de suporte (Sani,1999).

Este aspecto é deveras importante, uma vez que o clima de violência entre o casal pode causar desleixo na satisfação das necessidades básicas da criança Margolin (1998, cit.in Sani, 2011a).

Ao testemunhar a violência interpaparental, a criança sente a necessidade de dar significado à experiência, sendo esta a única realidade que a criança conhece, tornando-se parte integrante da sua vida, do seu dia-a-dia (Eisikovits, Winstok & Enosh, 1998).

Sendo esta uma experiência insuportável exigindo da criança a difícil tarefa de reconstruir o significado da sua realidade, para que se torne assim mais tolerável, aceitável, habitável. O dar um significado à experiência, faz com que a criança consiga “afastar-se” um pouco da sua realidade o que a leva a uma certa “domesticação” da violência (Eisikovits et al.,1998).

A exposição à violência interparental influencia fortemente a forma como a criança que a testemunha percebe a realidade (Eisikovits et al., 1998). Tendo uma visão de que o mundo não é um local seguro ou de que elas não são dignas de protecção poderá leva-las a sentirem-se desamparadas e em consequência disso desenvolverem auto-percepções negativas (Margolin & Gordis, 2004) chegando a olhar para o mundo como um lugar hostil, comparativamente a crianças provenientes de famílias onde não predomina a violência (Jaycox & Repetti, 1993). A grande exposição e (por vezes) envolvimento em interacções agressivas retiram à criança oportunidades de aprendizagens para saberem lidar com a raiva e o stress (Jaycox & Repetti, 1993)

3.2.1. Determinantes da exposição ao crime e a experiência de violência

A vitimação criminal, ainda hoje é pouco discutida. De referir o tipo de experiências graves e condições que afectam demasiadamente as crianças, tais como maus tratos, abuso sexual, violação, entre outros eventos graves. A maior parte são consideradas de grande intensidade, e curta duração, salvo relações incestuosas, violência entre casais presenciada pelos filhos (Sani, 2002).

As reacções ao mau trato podem ser variadas dependendo das diferenças individuais na resposta à vitimação criminal. As vítimas de crime apresentam vários níveis de stress e sintomas. A diversidade da recuperação vai depender da característica e predisposição dessa (Sani, 2002).

Nem todas as pessoas são afectadas da mesma forma, estas diferenças de predisposição poderão estar relacionadas com as características individuais de cada um (Sani, 2002).

Relativamente ao nível de risco de vitimação, este pode estar associado a questões do género, uma vez que os rapazes são mais susceptíveis ao risco do que as raparigas, quando lidam com pais particularmente mais agressivos Englander (1997, cit.in Sani, 2002).

Fitzátrick e Boldizar (1993, cit.in Jenkins & Bell, 1997) afirmam que através do género é possível perceber o tipo de exposição e experiencição da violência, ou do crime, no entanto, as raparigas evidenciam mais sintomas do que os rapazes. Confrontando com o coping, as raparigas evidenciam a internalização como resposta à violência, enquanto que, os rapazes respondem externalizando (Osofsky, 1997; Sani, 2002).

Quanto à exposição direta ou indireta existe a convicção de que os rapazes são mais afetados pela vitimação do que as raparigas, no entanto, estas testemunham mais os incidentes (Jenkins & Bell, 1997; Sani, 2002).

No entanto têm surgido algumas dúvidas em função das apreciações, quanto ao tipo de crime no contexto de ocorrência (Jenkins & Bell, 1997; Sani, 2002).

3.3. Impacto da violência interparental nas crianças

A exposição a determinados tipos de conflito pode ter um impacto positivo no sentido em que poderá promover na criança o desenvolvimento da capacidade de resolução de um problema (Benetti, 2006) bem como o desenvolvimento de estratégias de coping (Grych & Fincham, 1990). Contudo são inúmeros os estudos consistentes que demonstram a existência de uma relação entre o conflito conjugal e problemas de ajustamento por parte das crianças que assistem ao conflito (Katz, 2001) sendo várias as sequelas da violência doméstica para as crianças descritas na literatura (Silva et al., 2007).

A violência afecta as crianças mesmo que estas não sejam vítimas directas mas tenham uma estreita relação com a vítima (Margolin & Gordis, 2004).

Contudo, se a criança para além de observar (vítima indirecta) a violência interparental é vítima directa do abuso, o dano experienciado aumenta (Gewirtz & Edleson, 2004).

Mesmo quando as crianças não são o alvo directo da agressão, o facto de estarem expostas à violência interparental poderá em muitos casos levar a exibição de sintomas semelhantes às crianças abusadas e negligenciadas (Stephens, 1999; Sudermann & Jaffe, 1999).

Diversos estudos sugerem que crianças expostas à violência interparental tornam-se mais propensas a desenvolver, a curto ou longo prazo, dificuldades de adaptação (Wolfe et al., 1985).

Um estudo realizado por Fantuzzo, DePaola, Lambert, Martino, Anderson e Sutton (1991) com um grupo de crianças em idade pré-escolar sugere a existência de uma relação directa entre o conflito interparental e problemas de adaptação por parte das crianças que testemunham violência interparental.

As crianças/jovens que vivem num ambiente de violência doméstica possuem sentimentos de angústia e medo, pois as principais pessoas que deveriam ser as figuras de referência e carinho, encarregues de proporcionar segurança, bem-estar e afecto, provocam insegurança, infelicidade, instabilidade, um ambiente tenso e conflituoso, desempenhando assim resultados prejudiciais no desenvolvimento integral (Rousseaux et al., 2002). Contribui para o seu desajustamento global em diferentes níveis (fisiológico, emocional, cognitivo, comportamental) (Sani et al, 2011b) e fomenta nestas crianças sintomas de ansiedade e agressividade.

A exposição continuada à violência interpaparental afecta directamente a criança. Estes episódios podem não deixar marcas físicas, mas podem provocar problemas emocionais, cognitivos, e comportamentais severos nas crianças e adolescentes (Emery,1989).

Estudos confirmam, que as crianças que testemunham episódios de violência na família apresentam significativamente mais problemas de ajustamento do que as crianças de famílias não violentas Peled e Davis (1995, cit.in Sani, 2011a).

Destacam-se alguns problemas que possam surgir, os défices ao nível da competência social (dificuldade em interpretar situações sociais e relações interpessoais, capacidade de empatia debilitada), menor capacidade na resolução de problemas, agressividade, temperamento difícil e baixos níveis de realização académica, entre outros (Sani, 1999).

Em relação aos efeitos na criança em testemunhar a violência interpaparental, existem vários sintomas e sem descurar a interdependência de todos eles, poderíamos classificá-los em termos gerais, fisiológicos, comportamentais, emocionais e cognitivos (Sani, 1999). Estes impedem a restituição antecipada do equilíbrio homeostático do organismo, originando sinais e sintomas graves, persistentes e disruptivos ao nível patológico (Costa & Sani, 2007).

Quanto aos fisiológicos, são demonstrados naturalmente nas crianças perante os conflitos parentais, através dos seguintes sintomas: o aumento do batimento cardíaco, pressão sanguínea, alterações na actividade eléctrica da pele e outras reacções físicas, como apertos no estômago, dores de cabeça, problemas de sono, e alimentares Cummings (1998, cit.in Sani, 2011b).

Normalmente estas crianças, a nível emocional, demonstram reacções de evitamento, medo, agressividade, culpa, vergonha, tristeza, ansiedade, insegurança, e confusão (Caprichoso, 2010).

Existe uma ambivalência de sentimentos, quer em relação ao ofensor e à vítima, que diariamente é vivida por estas crianças. Por um lado podem sentir a falta deste (pai) e preocupação pelo seu bem-estar, por outro medo dele ao mesmo tempo. No que se relaciona à vítima, a mãe por um lado pode sentir simpatia e suporte, embora por outro sente-se ressentida e desobedece às opiniões e escolhas por ela feitas (Caprichoso, 2010).

Salienta-se ainda que muitos dos problemas emocionais destas crianças surgem devido aos comentários dos outros, o que poderão pensar, dizer ou fazer. Relaciona-se muito com a privacidade de cada um, implícita ou explicitamente o que alerta que o abuso não pode ser divulgado a pessoas exteriores à família (Sudermann & Jaffe, 1999).

Podemos caracterizar os impactos nas crianças da violência interparental como efeitos diretos e indiretos.

3.3.1. Efeitos diretos

Os estudos apontam que o impacto imediato nas crianças relativo aos conflitos entre adultos, pressupõe uma maior preocupação a nível do funcionamento emocional, em relação à gravidade da ordem psicológica (Sani, 2002).

A exposição aos eventos abusivos encontra-se significativamente associada a auto-relatos de depressão (Spacarelli, Sandler & Roosa, 1994; Sternberg et al., 2006); a uma incidência significativamente maior de sintomatologia de Perturbação de Stress Pós Traumático (PTSD) (Costa & Sani, 2007; Kubeka, 2008; Saltzman, Holden & Holahan, 2005); a problemas de internalização e externalização (Coutinho & Sani, 2008; Cummings, Schermerhorn, Goeke-Morey, Cumming & Davies, 2006; Hazen, Connelly, Kelleher, Barth, & Landsverk, 2006; Herrenkohl & Herrenkohl, 2007; McDonald et al., 2000; O'Brien, Bahadur, Gee, Balto, & Erber, 1997; Sternberg et al., 2006) e baixa auto-estima (O'Brien et al., 1997).

Em relação à vertente comportamental, alguns autores (Baldry, 2002; Hotton, 2003; Kernic, Wolf, Holt, McKnight, Huebner, & Rivara, 2003; Moretti, Obsuth, Odgers, &

Reebye, 2006) consideram que a experiência de exposição a condutas violentas resulta em problemas de conduta nas crianças.

Baldry (2002) afirma que conduz a elevados problemas de bullying e Kernic, Holt, Wolf, McKnight, Huebner e Rivara (2002) referem uma maior probabilidade de serem suspensas da escola por comportamentos disruptivos ou delinquentes.

Segundo a teoria da aprendizagem social, uma vez a criança exposta a condutas de violência e agressividade podem numa fase jovem/adulto mais facilmente se manifestarem significativamente mais agressivas com os seus amigos (Moretti et al., 2006).

Estas crianças podem apresentar problemas de externalização (raiva, agressividade, fugas de casa) que foram referidos anteriormente e também problemas de internalização (ansiedade, depressão e medos), desta forma podem afecta-las na sua empatia com os outros, interpretações de situações sociais, na realização académica e nas suas competências e integração social, o sono, as relações com os pares e de namoro (Cummings & Davies, 2010).

Por outro lado, os efeitos de exposição á violência interparental, podem ser acompanhadas de reacções comportamentais de stress, sendo as mais comuns o choro, as demonstrações de frieza, as expressões faciais de tristeza, os movimentos corporais tensos, os pedidos para pararem, as verbalizações de desconforto, ansiedade e preocupação Cummings e Davies, Cummings (1994,1998, cit.in Sani, 2011b).

Do ponto de vista cognitivo, a repetida exposição das crianças a elevados níveis de violência interparental, conduz a um menor funcionamento verbal (Ybarra, Wilkens, & Lieberman, 2007) e a um maior atraso escolar (Kernic et.al., 2002). O funcionamento intelectual da criança, traduzido no valor de QI (quociente de inteligência), encontra-se igualmente afectado pela sua exposição à violência. Como se pode comprovar no estudo levado a cabo por Koenen, Moffitt, Caspi, Taylor e Purcell (2003) com gémeos mono e dizigóticos, em que os gémeos expostos a elevados níveis de violência interparental apresentavam um valor de QI 8 pontos abaixo quando comparados com aqueles cujas mães não reportaram episódios de violência. Representando uma variação de 4% no QI da criança após terem sido controladas as influências genéticas.

As dificuldades ao nível do relacionamento interpessoal são também consequência da exposição à violência marital. Onde as oportunidades de contacto social encontram-se limitadas pela relutância que estas crianças sentem em levar os amigos para o local onde os incidentes violentos ocorrem de forma imprevisível. Estas crianças evitam estabelecer amizades de forma a não quebrar o segredo da família ou então vêem-se proibidas pelo agressor de frequentar locais de convívio social Pepler, Catallo, e Moore (2000, cit.in Coutinho & Sani, 2008, p.198).

3.3.2. Efeitos indirectos

Não só os efeitos da exposição ao fenómeno de violência são somente directos como também podem preconizar actos de omissão nas necessidades biológicas e psicológicas da criança.

De acordo com o modelo de segurança emocional proposto por Cummings e Davies (1994), a vulnerabilidade relativa à capacidade de regulação emocional da criança pode ser agravada pelas práticas parentais disfuncionais, dando origem a problemas de comportamento Davies et al. (2002; cit.in Johnson & Lieberman, 2007, p.297).

Assim sendo, os efeitos da violência não se limitam aos actos violentos mas também aos actos de omissão parental. Onde os pais vítimas de violência têm dificuldades em estar emocionalmente disponíveis para responder às necessidades dos seus filhos (Osofsky, 2003). Devido à tensão que os actos violentos trazem para o seu funcionamento psicológico, os pais vitimizados sentem-se impotentes para parar a situação, facto que conduz a um menor envolvimento e empatia para com os seus filhos, sendo descritos como mais distantes e menos responsivos às necessidades das crianças (Grych & Fincham, 1993). Dando origem a práticas parentais deficientes Casanueva, Martin, Runyan, Barth e Bradley (2008) e, consequentemente resultam em psicopatologia na criança (Davies & Windle, 1997).

3.4. Fatores mediadores do impacto da violência interparental

Procurando desmistificar a situação de que nem todas as crianças expostas á violência familiar apresentam respostas negativas, este assunto e de acordo com a literatura psicológica sobre a resiliência, tem despertado preocupações recentes na identificação de fatores protetores podendo estes se agruparem em três categorias;

Suporte dentro do sistema familiar (uma boa relação com um dos pais ou irmãos), suporte dentro do sistema (bom relacionamento com os colegas e/ou com a comunidade envolvente), atributos da criança (elevado nível de inteligência e auto-estima) (Sani, 2011a).

Machado (2010) e Moreira (2012) consideram resiliência, a capacidade que o indivíduo tem para responder de uma forma satisfatória, a determinados desafios que ocorreram ao longo da sua vida, sem prejudicar a sua saúde mental e desenvolvimento.

Apesar da observação de inconsistências conceptuais observadas nos primeiros estudos sobre violência doméstica, pesquisas recentes confirmaram que se houver estabilidade parental, aconchego no lar, e todo um conjunto de carteristicas de suporte para a criança, o temperamento desta está significaficativamente associado à capacidade de resiliência (Alfolabi, 2014).

Segundo Holt et al., (2008, cit.in Alfolabi, 2014) refere que a exposição precoce à violência doméstica tem um maior impacto em relação às crianças mais velhas, devido às influências negativas que sofreram durante o seu desenvolvimento.

As crianças e jovens para compreenderem situações de violência que vivenciaram e observaram interpretam esses conflitos como uma ameaça, medo e abandono (Sani et.al, 2011b).

Alguns estudos referem que a invulnerabilidade e a resiliência nas crianças e jovens expostos a episódios de violência, respondem mediante os factores de proteção que tiveram, ambiente familiar, a comunidade de cuidadores que estão inseridos e aos seus próprios recursos (Osofsky, 1999).

No que se refere á variável mediadora de género, tanto os rapazes como as raparigas expostos à violência, podem manifestar problemas comportamentais (Lisboa et al, 2002; Rossman et al., 2000).

Lisboa et al. (2002), referem que a agressividade dos rapazes diverge em relação às raparigas, estes tendem a ser mais agressivos, utilizando a força física para a resolução dos conflitos, enquanto as raparigas são menos agressivas, utilizando a forma verbal para expressar indiretamente a sua hostilidade.

Ainda e segundo Kerig (1998) os rapazes expostos a situações de violência tendem a demonstrar problemas de externalização (agressividade, impulsividade), como resposta à percepção de ameaça, originando comportamentos de maior confronto, enquanto que as raparigas tendem a internalizar os problemas desenvolvendo estados de ansiedade e depressão. Ainda no que diz respeito às raparigas, durante situações de violência, estas tendem a assumir a responsabilidade, com o intuito de proteger os irmãos mais novos (Jaffe et al., 1990). Quanto aos rapazes em idade escolar, os comportamentos que observam em casa, tendem a repeti-los fora, desrespeitando os cuidadores, a mulher, e mesmo os seus professores (Sudermann & Jaffe, 1999).

Apesar de tudo ainda se verifica a existência de adolescentes, cujo comportamento é divergente do referido anteriormente, pois os mesmos tornam-se responsáveis, como forma de garantir um melhor entendimento na sua família (Jaffe et al., 1990).

Estas respostas da criança poderão depender do temperamento, desenvolvimento intelectual e qualidades intraindividuais que actuarão como agentes moderadores no grau de ajustamento da criança. Apesar de existirem fatores responsáveis pelo desenvolvimento da criança, a violência não ocorre isolada.

Podemos deste forma sintetizar os fatores mediadores em três categorias; as individuais da criança, as situacionais de violência e as características contextuais de violência (Sani, 2003).

3.4.1. Características individuais

Existem várias características individuais referidas na literatura como factores mediadores no impacto à violência interparental por parte da criança, a idade, o género, o temperamento, a auto-estima, as capacidades cognitivas, estratégias de coping, as percepções e interpretações da própria criança (Sani, 2003).

Vários estudos referem que relativamente às características individuais da criança, os rapazes manifestam frequentemente sintomas de externalização (agressividade), enquanto que as raparigas apresentam sintomas de internalização (ansiedade, depressão) Kerig (1998, cit.in Graham-Bermann & Hughes, 2003); (Cummings, Pepler & Moore, 1999).

Segundo Cumming e Davies; Simpson e Kerig (1994, 1997, cit.in, Sani, 2011a) salientam a importância do factor de percepção culpa, parece estar mais ligada a problemas de ajustamento nas raparigas, enquanto que nos rapazes o nível de ajustamento está mais relacionado com a eficácia de coping e a percepção de ameaça.

Margolin (1998), considera que a exposição à violência interparental, parece ter diferentes significados psicológicos quanto ao género, e em função dos níveis de desenvolvimento. Holden (1998, cit.in Sani, 2002, p,47), referem que outros estudos sugerem que não *“existem dados consistentes no que respeita à relação entre o género e os efeitos da exposição à violência na criança”*.

Sani (2011 a, p.47) considera que *“é incorrecto pensar-se que crianças muito novas não sofrem qualquer impacto com a violência interparental, porque não são capazes de a perceber. Estas podem não compreender o conteúdo do conflito das discussões, mas são sensíveis às emoções, pelo que são também afectadas por esses conflitos”*.

A questão da idade, prende-se com a dificuldade de identificarmos esse conflito, algumas reacções mudam conforme a idade, desde os 6 anos, tendencialmente envolvem-se mais no conflito, e o medo muda com a idade, verifica-se mais em idades pré-escolares, que começam a responder aos conflitos parentais (Cummings & Davies, 1994).

As percepções e interpretações da criança pode ter implicações ao nível do impacto da violência. As diferentes interpretações dos acontecimentos violentos dependem da forma como cada um de nós percebe o mundo e a vida, apoiando-nos na nossa experiência, cultura e sociedade que estamos inseridos (Zulueta, 1996, cit.in,; Sani, 2003), perante estes factores *“a exposição à violência altera a forma como a criança vê o mundo e pode mudar o valor que ela própria atribui à vida”* Groves e Zuckerman (1997, cit.in Sani, 2003, p.43)).

3.4.2. Características situacionais

Relativamente às características situacionais, enquadra-se os factores como a experiência passada, o suporte social e as características dos pais.

Em relação a estes factores, que não são exclusivos da criança e que podem influenciar o impacto da exposição à violência interparental, estes podem encontrar-se associados

ao suporte (estabelecido, efectivo e percebido), ao nível educacional, social e económico da família, à saúde física e mental dos pais, ao estilo educativo e aos relacionamentos com os irmãos Dunn e Davies (2001, cit.in Sani et.al, 2011b).

3.4.3. Características contextuais

Margolin e John (1997, cit.in, Sani & Almeida, 2011) constataam que a violência interpapental transforma o lar num local perigoso e inesperado, provocando na criança um “ambiente confuso, assustador e pouco seguro”.

Finalmente, os factores contextuais mais relacionados com o conflito (o local de ocorrência, frequência, intensidade, duração, conteúdo, resolução do conflito) apoiam a construção que fazem sobre a gravidade dos actos violentos e podem provocar uma instabilidade quanto às reacções das crianças e jovens expostos à violência interpapental Sani (2006, cit.in Sani et.al., 2011a).

Alguns estudos científicos, referem que existem diferenças ao nível do ajustamento da criança em função da exposição da criança a agressões físicas e a agressões verbais. As agressões físicas (comportamentos de exteriorização) tais como agressividade produzirem efeitos mais gravesos para a criança que as agressões verbais (Sani, 2011a).

3.5. Conclusão

Existem já estudos empíricos e bastante informação sobre o impacto que as crianças sofrem em ambientes de violência doméstica afetando-as direta ou indiretamente.

Estes episódios podem não deixar marcas físicas, mas podem provocar problemas emocionais e comportamentais severos, e problemas futuros para a criança. Poderão ser défices ao nível de competência social, relações inter-pessoais alteradas, e capacidade de empatia debilitada, menor capacidade na resolução de problemas, agressividade, temperamento difícil e baixos níveis de realização académica (Sani, 1999).

É para todos nós uma situação preocupante e de difícil entendimento, que em pleno seio familiar, local privilegiado para relações fortes de amizade, tranquilidade confiança, cumplicidade, harmonia e respeito se desenvolvam conflitos e maus tratos na qual nem todas as crianças, nem todos os adultos estão preparados para compreender, aceitar e vivenciar.

PARTE II: Contribuição Empírica

IV CAPÍTULO: ESTUDO EMPÍRICO

4.1. Introdução

O estudo é pertinente, na medida em que nos permite uma elucidação da relação entre a vivência observada e as possíveis alterações psicossociais no menor, embora não seja possível generalizar para todas as situações idênticas.

Poder-nos-á ajudar a conhecer um caso específico, e com isso formar um padrão possível de estar presente na grande maioria das crianças nestas situações.

O objetivo do presente estudo é determinar a percepção que o menor apresenta relativamente ao seu contexto familiar e verificar até que ponto o contexto familiar influencia as competências psicossociais da criança.

Pretende-se ainda fazer uma análise mais específica e pormenorizada centrada no problema vivenciado na família.

4.2. Justificação do estudo

A escolha deste tema, prendeu-se pela nossa preocupação em tentar perceber, até que ponto as crianças que presenciam direta ou indiretamente, episódios de violência doméstica em contexto interparental, poderão comprometer o seu desenvolvimento.

Num determinado contexto familiar, onde frequentemente exista um ambiente de tensão e conflitos permanente, local onde se desenvolvem crianças testemunhas da violência, poderá proporcionar consequências nefastas para as mesmas, desde marcas físicas, privação da satisfação de necessidades básicas (biológicas e psicológicas) e de educação, e aparecimento de problemas fisiológicos, emocionais, cognitivos e comportamentais.

4.3. Objetivo geral

O objectivo da presente investigação é a violência conjugal percebida por um menor em contexto familiar e suas consequências psicossociais: estudo de caso.

4.4. Método

A metodologia escolhida é qualitativa e é designada por naturalista. O método utilizado foi o estudo de caso e a recolha de dados foi a entrevista (semi-estruturada) e fez-se a decodificação desta através da análise de conteúdo, que foi organizada em várias categorias (relações interpessoais: relacionamento com os amigos, relacionamento com a família; qual a razão da procura de ajuda psicológica; informação sobre o ambiente familiar; mudanças sentidas pela R para se adaptar á família, quais os acontecimentos mais importantes e que promoveram a mudança)

4.4.1. Método qualitativo

. A investigação qualitativa tem por objetivo estudar as pessoas nos seus contextos de vida, recolhendo dados que surgem naturalmente (Ribeiro, 2010; Bardin, 2004).

Os dados dos métodos qualitativos provêm do trabalho de campo, em que o investigador é o observador e é o participante (Ribeiro, 2010).

A técnica de recolha de dados nesta investigação foi feita através da entrevista.

A entrevista representa o contacto inicial entre o psicólogo e o indivíduo. Consiste num método de recolha de informação através de uma conversa, ou de questões colocadas diretamente.

A entrevista é um método de recolha de dados, que pode ser feita em grupo, ou individualmente, poderá ser estruturada, ou não (Ribeiro, 2010)-

4.5. Participantes

R de 12 anos de idade, sexo feminino, caucasiana, possui o 9º ano de escolaridade.

4.6. Instrumentos utilizados

4.6.1. Questionário sóciodemográfico (cf. Anexo A)

Este questionário foi preenchido pela adolescente, e pela mãe em que inclui itens como: a idade, o género, etnia, a escolaridade, estado civil e profissão.

4.6.2. A escala de Sinalização do Ambiente Natural Infantil (S.A.N.I.) (Sani, 2003) e a Entrevista de avaliação- Intervenção para situações de vitimação infantil (Sani, 2002) (cf. Anexo B)

Recorremos também à escala S.A.N.I.. Esta foi construída e validada para a população portuguesa por Sani em 2003 .

A escala de Sinalização do Ambiente Natural Infantil (S.A.N.I.), foi construída e validada para a população portuguesa por Sani em 2003; o objectivo seria avaliar o sistema familiar. Esta escala tem como objetivo poder discriminar as famílias violentas das famílias não violentas, assim como, partindo do ponto de vista da criança, identificar que tipo de actos são perpetrados e quem são geralmente as figuras envolvidas. A sua estrutura encontra-se elaborada em torno de quatro factores compostos por diversos itens, nomeadamente abuso físico (seis itens), abuso emocional (nove itens), coerção (sete itens) e controlo (oito itens) (SANI, 2007).

Consideramos uma mais valia empregar este instrumento que permite avaliar e verificar, a partir do ponto de vista da criança e jovem, as suas percepções/noções, consequências e características do seu sistema familiar, bem como o contexto onde ocorrem, ou não situações de violência (SANI, 2007). Decidimos por isso, também utilizar como instrumento a entrevista semi-estruturada.

A entrevista teve como objetivo perceber a forma como R viveu o problema da sua família, sendo um instrumento útil para perceber o fenómeno da vitimização vivenciado na família podendo ainda ser útil como elemento de referencia dos pontos fundamentais para uma possível intervenção. A recolha de informação foi efectuada em quatro fases, em que fomos explorar o ponto de vista da criança adaptando a entrevista ao nível de compreensão, articulação e conhecimento desta. .

Numa primeira fase foi desenvolvido uma relação de confiança e empatia com a criança para que a mesma se sentisse á vontade para responder as questões propostas, na segunda fase caracteriza-se pela “*iniciação do relato livre do acontecimento*” em que a criança relatou por suas palavras as recordações porque vivenciou, o que nos permite determinar a origem e a gravidade do problema, na terceira fase designa-se por “*Recordação e questionamento e indução*” em que elaboramos um conjunto de questões referentes aos temas que pretendemos explorar (eg. reacções emocionais, cognitivas e

comportamentais, atribuições, crenças, estratégias de coping), e por último a quarta fase, em que fazemos referência ao “ sumário e a conclusão da entrevista), esta está direccionada para a reflexão, estabilização do clima emocional que possa ter surgido no decorrer da entrevista e na orientação da criança.

4.6.3. O Teste projectivo Pata Negra (cf. Anexo C)

Este teste foi criado por Louis Corman em 1961 no Centro Médico e Psicológico de Nantes, foi administrado a uma menina de 12 anos, e teve a duração de 90 minutos . Segue um método que aponta para as considerações sobre a estrutura dinâmica da personalidade. Caracteriza-se por ser um teste de preferências e identificações, mostrando que estas podem ser múltiplas em cada sujeito. Também dá igual importância à defesa do EU e aos impulsos instintivos, se pretendermos que este teste projectivo proporcione uma imagem tão fiel e representativa da personalidade do sujeito.

O teste Pata Negra é um teste projectivo temático, tem uma estrutura pictórica que representa vários conflitos para o desenvolvimento psicológico da criança, entre os 6 e os 12 anos.

Este teste explora a organização psíquica da criança, quanto às tendências, aos conflitos e defesas dominantes. É constituído por 19 cartões com situações protagonizadas por uma família de porquinhos em diferentes situações. 17 cartões temáticos, o frontispício e o cartão da fada. A temática dos cartões é constituída pelos seguintes temas: o bebedouro (sadismo uretral), o beijo (edipiano), batalha (sádico oral de rivalidade fraterna), a carroça (sádico com frequente retorno punitivo contra si), a cabra (a mãe adoptiva ou substituta), partida (a separação), hesitação (ambivalência, rivalidade fraterna ou de exclusão), ganso (sádico com retorno punitivo contra si ou de castração), jogos sujos (sádico anal), a noite (edipiano com voyerismo do quarto dos pais), ninhada (nascimento e rivalidade fraterna), sonho com a mãe e sonho com o pai (o ideal do eu ou de amor objectal, consoante se trate de um ou de outro sexo), mamada I (tema oral) e a mamada II (tema oral com rivalidade fraterna), o buraco (solidão, exclusão ou punição), por último a fada (dinâmica da personalidade, realização do eu).

No início da prova é importante referir á criança que se trata de um jogo e como tal não existem respostas certas ou erradas, e que tudo é permitido dizer. Antes da criança começar, recomendou-se à criança que podia falar livremente, sem que fizéssemos

interrupções e perguntas. Também é importante prestarmos atenção às inibições, hesitações, lapsos e confusões de personagens que a criança faz.

Iniciou-se a prova com a apresentação do frontispício, em que se explicou quem era o Pata Negra, e em seguida apontou-se para os outros porcos e perguntou-se quem eles eram, o sexo e a idade. Apresentaram-se todos os cartões, explicando-se de seguida que podia escolher os que quisesse, e a partir daí poderia começar a contar a história do PN. De seguida, recorre-se ao método de preferências e identificações, pedimos a esta que fizesse dois conjuntos, um com os cartões que mais gostasse e outro com os que menos gostasse, depois dos que mais gostasse devia eleger um, e fazer o mesmo para os que menos gostasse e explicar o motivo da sua escolha. No passo seguinte do teste, realizamos as perguntas de síntese referentes a sentimentos (quem é o mais feliz, o menos feliz, o mais simpático, o menos simpático) e atracções afectivas (o pai, a mãe, o PN). No final da prova apresentou-se o cartão fada, para que o PN pedisse quatro desejos à fada.

O teste do Pata Negra foi gravado e posteriormente transcrito na sua totalidade. De seguida fizemos a interpretação do teste e a síntese interpretativa do mesmo.

4.6.4. Entrevistas (cf. Anexo D)

Utilizou-se a Entrevista Clínica Semi-Estruturada (SCICA), aplicável dos 6 aos 18 anos, com o intuito de avaliar o comportamento da menor, para isso recorreu-se ao *Modelo Multiaxial de Achenbach* (Achenbach, 1991; versão portuguesa de Achenbach, T. Dias, P., Ramalho, V., Lima, V. Machado, B., Gonçalves, M., 2014).

O ASEBA caracteriza-se como um modelo de avaliação dimensional de problemas, de competências emocionais e de comportamentos de crianças e adolescentes. Através desta é possível reunir informações relativas aos diferentes contextos, onde a/ou criança/adolescente está inserida. Faz parte deste modelo a entrevista clínica semi-estruturada para crianças e adolescents dos 6 aos 18 anos de idade (SCICA).

Inicialmente, foi esclarecido à utente qual o papel do psicólogo, numa linguagem inteligível e adequada à idade da menor, procurando-se ainda o estabelecimento de empatia e confiança, no sentido de permitir um maior à vontade por parte da mesma para trabalhar as questões que mais a preocupam. Foram debatidos aspetos genéricos,

essencialmente relacionados com os gostos e preferências de R, para que a menor se familiarizasse com a psicóloga e com o ambiente circundante (Sani, 2002).

4.7. Procedimentos

Após a elaboração do projeto de estudo, o mesmo foi submetido à Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa, que deu a sua aprovação.

Posteriormente foi efectuado um pedido de autorização à direcção da APAV, para que fosse exequível a realização das Entrevistas e aplicação do teste Pata Negra, tendo sido aceite.

O pedido para participação da R no estudo, foi efetuado à mãe da criança, visto a mesma ser menor de idade, tendo sido autorizado.

Foi dado a assinar o Consentimento Informado (cf. Anexo E), e explicado todos os tramites do estudo, bem como se detalhou os objetivos e procedimentos, nomeadamente a utilização de gravação audio (usado no teste Pata Negra), explicando-se que a mesma seria destruída no final do estudo. Tendo sido assinado de livre vontade por ambas as partes, participante e investigador. O teste foi gravado e posteriormente transcrito na sua totalidade.

A participação da criança neste estudo foi voluntária, decorreu no mês de Junho e julho de 2016. As entrevistas e o teste do pata negra foram marcados e realizados de acordo com a disponibilidade da criança e da mãe.

Os diferentes procedimentos foram realizados nas instalações da APAV, tendo sido respeitados todos os procedimentos éticos e legais em vigor na UFP, nomeadamente as condições de salubridade, num local calmo e sem interrupções externas.

V CAPÍTULO. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo vamos proceder á descrição dos resultados referentes ao estudo de caso numa criança de 12 anos de idade.

5.1. Descrição e análise de conteúdo dos resultados qualitativos

5.1.1. Descrição dos resultados referentes às Entrevistas, Escala e ao teste Pata Negra

Começamos por fazer uma análise dos resultados qualitativos relativos às entrevistas: CBCL, SICA e Entrevista de avaliação- Intervenção para situações de vitimação infantil (Sani, 2002), para esta, utilizou-se a análise de conteúdo organizada em categorias e por fim fez-se a análise interpretativa dos resultados da Escala de Sinalização do Ambiente Natural Infantil (S.A.N.I.) (Sani, 2003) (cf. Anexo B), e a síntese interpretativa do teste Pata Negra.

5.1.1.1. Descrição dos resultados da CBCL cf. (Anexo F)

A R é uma criança de 12 anos de idade, é a filha mais velha de uma fratria de dois. Vive actualmente com a mãe e uma irmã de 7 anos de idade.

. Em relação à regulação de responsabilidades parentais, estará definida uma guarda partilhada e um regime de visitas em que o progenitor apenas poderá jantar com a menor às “terças e quintas” com o comprometimento de esta regressar a casa da progenitora às 21h.

Frequentou o 9º Ano de escolaridade do ensino Básico. O pai trabalha em serviços(jardinagem), e a mãe é empregada doméstica(limpezas em várias casas).

À mãe foi aplicada a CBCL, dos 6 aos 18 anos (Child Behavior Checklist) e à R foi aplicada a entrevista da SICA (Youth Self Report) dos 6 aos 12 anos.

Através da administração da CBCL, chegamos aos seguintes resultados por síndrome: isolamento (11), queixas somáticas (1), ansiedade/ depressão (12), problemas sociais (4), problemas de pensamentos (1), problemas de atenção (6), comportamentos delinquentes (1), comportamentos agressivos (11).

Na análise por dimensões, internalização e externalização, o nível da internalização (ansiedade, queixas somáticas, ansiedade/depressão) o total é (30) que corresponde a um percentil (77), o nível de externalização (ks delinquentes, ks agressivos) o total é (12) que corresponde a um percentil (9).

O total global é de (53) que corresponde ao percentil (66).

Quanto ao resultado global, os valores encontram-se dentro dos parâmetros clinicamente significativos, a nível da internalização, excepto a externalização e as restantes subescalas, que se encontram nos parâmetros normativos.

Apesar de não se verificar a existência de sintomatologia clinicamente significativa ao nível da externalização, a progenitora salienta a que a menor apresenta alguns problemas de comportamento (e.g: desobediência, confrontação) aquando a ausência da figura paterna.

Donde poderemos concluir que a R se encontra em processo clínico e que será necessário elaborar um processo de intervenção, nas áreas da ansiedade/depressão.

Apesar de se verificar a existência de sintomatologia clinicamente pouco significativa ao nível da internalização, segundo o ponto de vista da mãe.

5.1.1.2. Descrição dos resultados da SICA

Relativamente à SICA, depois de terminada a administração fez-se a análise da entrevista a partir dos formulários de observação.

A partir dos formulários foi possível construir um perfil semelhante aos perfis da CBCL. Para determinar o perfil fez-se através de algumas subescalas diferentes:

Ansiedade/depressão(24), Ktos ansiosos (10), relações familiares (14), isolamento (23), Kts agressivos (11), problemas de atenção (5), K estranho (11), K oposição (24).

O total da escala de R é de 184, que corresponde a um percentil de 99, embora haja um enviesamento do resultado, visto estes valores corresponderam à população americana, e não estar aferida para a população portuguesa, a SICA reporta resultados que se encontram dentro dos valores da normalidade clínica em relação à idade de R, excepto as relações familiares e problemas de ansiedade/ depressão.

Na interação social mais especificamente amigos é boa, apesar de R se isolar com medo da rejeição.

Possui uma relação privilegiada com a figura materna, demonstrando um elevado grau de dependência para com esta, sendo que revela sintomatologia de insegurança pela perda de afetividade materna.

Tem uma relação de proteção com a irmã mais nova, tendo comportamentos de grande maturidade, visto que abdica de algumas atividades que gosta para favorecer a irmã.

Em suma, a rejeição por parte do progenitor teve como consequência, por um lado o isolamento da menor, por outro, irritabilidade e confrontação.

Para além disso, os comportamentos do progenitor contribuíram para uma perceção de si mais negativa que, provavelmente teve origem, não só na rejeição mas também nos discursos desqualificantes veiculados pelo mesmo (“és uma estúpida”, “és uma mal educada” “diz que não presto” sic.). Por outro lado, é explícita a dependência emocional e necessidade de proteção que a menor tem em relação à progenitora.

5.1.1.3.Descrição dos resultados da Entrevista de avaliação- Intervenção para situações de vitimação infantil (Sani, 2002) e a Escala de Sinalização do Ambiente Natural Infantil (S.A.N.I.) (Sani, 2003)

Informações recolhidas através da entrevista e análise de resultados

A- Questões colocadas (Entrevista da S.A.N.I)

A entrevista inicia pela questão A, até à questão E.

A1- Análise das respostas

A: Relações interpessoais: Relacionamento com amigos

Quais os melhores amigos, se pertencem à escola, o que prefere fazer com eles, quais as actividades que tem fora e dentro da escola.

A1- Duas amigas, da escola, gosta de andar de bicicleta, e dança, prefere estar com os amigos do que estar em casa somos uma família

B: Relações interpessoais: Relacionamento com a família

Com quem vive, as suas preferências de convívio familiar, as suas dificuldades e preocupações

B1- Vive com a mãe, e uma irmã de 7 anos de idade, convive com o pai mais ou menos uma vez por semana, sente dificuldades de relacionamento com o paiàs vezes ele deixa-me na rua à espera dele, outras vezes só aparece quando se lembra.....

Alguma carência de afetos nas relações entre os membros da família, sentimentos de exclusão ele nunca quis saber de nós nunca esteve presente, não sente afeto por parte da progenitora.....não gosta de abraços..... relação agressiva com a mãe e não tem um bom relacionamento com o pai, sente insegurança, revolta, tristeza e desamparo.

C: Qual a razão da procura de ajuda do psicólogo

Se R veio de livre vontade, se se encontra à vontade, para responder às nossas questões e outras.

C1- Sim, veio de livre vontade por indicação da mãe, e disse que está á vontade e que necessitava de ser ouvida.

D: Informação sobre o ambiente familiar

O que a preocupa, o que observa, o que a faz sentir mal, e quais os aspectos que reconhece como mais importantes no ambiente familiar. Quais os seus medos, e se já sentiu necessidade de pedir ajuda.

D1- As discussões entre o pai e a mãe berrava muito até os vizinhos ouviam..... o que a faz sentir mal, por razões de desconfiança entre o pai e a mãe.

O mais importante para R era os pais não discutirem. R refere como seu maior medo o de ser rejeitada pelo pai ele nunca quis saber de nós..... um pai ausente.....

Só pede ajuda à amiga Mariana que se encontra numa situação parecida.

E: Mudanças sentidas pela R, para se adaptar à família.

Quais os acontecimentos mais importantes e que promoveram a mudança.

E1- Sente-se mais responsável, menos resmungona, menos agressiva e compreensiva. A sua relação com a mãe é de grande cumplicidade e empatia..... gosto muito de ir passear com a minha mãe..... Sente qual a necessidade de afecto que R tem por sua mãe. Estes sentimentos surgem numa fase de separação dos pais.

Resultados relativos à Escala de Sinalização do Ambiente Natural Infantil (S.A.N.I.) (Sani, 2003)

A partir da avaliação realizada, foi possível verificar que a criança não se encontra em risco, aquando a presença do progenitor. Para além disso, a mesma está consciente acerca dos conflitos conjugais, percebendo-os como uma ameaça ao seu bem-estar e autculpabilizando-se pelos mesmos. Identifica ainda o abuso emocional como o mau trato frequente entre os progenitores (c.f Anexo B).

5.1.1.4. Descrição dos resultados Teste do Pata Negra

Síntese interpretativa do Pata Negra

R indica uma personalidade forte, demonstra alguma tolerância à frustração e com capacidade de elaborar situações de compromisso. Revela alguns indícios de angústia de culpabilidade e ansiedade. Manifesta sintomatologia moderadamente reprimida. No que respeita ao ego manifesta elasticidade e consciência da realidade com alguma censura como mecanismo de defesa. Revela melhor relação com a mãe e demonstra indiferença para com o seu pai. Relativamente à irmã, revela uma relação pacífica e de protecção. Numa dimensão mais projetiva verificam-se alguns conflitos e conduta problemática. Há indícios de alguma nostalgia de uma mãe exclusiva para ela. R demonstra sentimentos de negação para com o pai. Manifesta predominantemente emoções depressivas.

VI CAPÍTULO. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo vamos proceder à descrição da análise dos resultados obtidos nas Entrevistas e no teste “Pata Negra” referentes ao estudo de caso numa criança de 12 anos de idade.

Na análise das respostas nas (relações interpessoais: relacionamento com os amigos, relacionamento com a família; qual a razão da procura de ajuda psicológica; informação sobre o ambiente familiar; mudanças sentidas pela R para se adaptar á família, quais os acontecimentos mais importantes e que promoveram a mudança), encontram-se respostas que vão ao encontro da verificação no teste “Pata Negra” e da SICA.

Nas relações interpessoais, relacionamento com os amigos, R tem alguns amigos com quem se dá bem e a sua relação interpessoal com os mesmos é de qualidade não manifestando problemas de agressão e delinquência. Crianças com idade escolar apesar de presenciarem atos de violência, normalmente apresentam problemas de externalização (agressividade e delinquência)(Sani, et al. 2011a), não se verifica em R o que revela uma forte resiliência ao problema vivido.

Em relação à internalização (isolamento e ansiedade) referido por (Sani et al. 2011a) esta mesma pode ser observada em R, verificada pelos resultados obtidos nos vários processos avaliativos.

Bandura (1973 cit.in Martins 2005) refere que a aceitação e as práticas de agressão no seio da família proporciona aprendizagem de um comportamento violento.

Nas relações interpessoais, relacionamento com a família, R no seu discurso revela sentimentos que lhe provocam insegurança e medo da perda dos afectos por parte dos progenitores, o que vai ao encontro dos resultados obtidos no teste “pata negra”, na SICA e na entrevista SANI em que a análise conclusiva demonstra a existência de alguma resistência a possíveis conflitos que possam existir na sua estrutura familiar.

Contudo Sani (2011a), descreve que o suporte familiar, no caso de R a ligação à sua mãe, provoca na criança melhor auto-estima e melhor adaptação.

Machado (2010) e Moreira (2012), consideram a resiliência uma forma satisfatória para responder aos desafios que ocorrem ao longo da vida.

Todas as respostas encontradas nas entrevistas de R, vão ao encontro dos resultados obtidos com o “pata negra” e com a análise do cartão 4 em que são descritos sentimentos de angústia de separação e agressividade no seio familiar.

Mesmo alguns autores referindo que existe a possibilidade de mais tarde em fase de namoro, podem se tornar susceptíveis a violência no namoro, segundo (Rosen, et al. 2001). Contudo segundo Kaufman e Zigler’s (1987 cit. in Margolin & Gordis, 2004) cerca de 70% das crianças expostas à violência interpaparental não se tornam violentas.

Verifica-se que R desenvolveu um apego com a figura paparental (mãe), segundo Benneti (2006), existem crianças que estabelecem uma relação mais forte com uma das figuras paparentais, onde predominam os aspectos de compreensão e segurança emocional.

Davies e Cummmings (1998), referem que o mau relacionamento paparental ou falta de apego, comprometem o ajustamento da criança , o que não se verifica no caso de R, que estabelece com mãe uma relação de afecto e de segurança, que permite observar uma boa adaptação de R à nova situação.

Para o modelo de Segurança Emocional de Cummings e Davies (1994), a segurança emocional é de extrema importância, pois as crianças podem desenvolver vinculações mais seguras.

As teoria de Stress e Coping de Jaffe, Wolfe e Wilson (1990 cit.in Sani, 2003) referem a existência de stress manifestado pela criança, bem como as características emocionais intensas, observadas em R aquando da avaliação da existência de problemas relacionados com a ansiedade e depressão corroborados através da avaliação efectuada.

No caso de R verificamos que a mesma apresenta sentimentos de culpa e raiva, que segundo Benetti (2006) é um comportamento esperado, pois a criança quando acredita ser responsável pelos conflitos dos pais, poderá sentir-se culpada.

Segundo Grych & Fincham (1990) e Grych & Cardoza- Fernandes (2001), o processo de adaptação para responder ao conflito, processa-se através de estratégias de coping, aumentando a capacidade do individuo para lidar com o problema (Crockenberg & Langrock, 2001) referem que as crianças se encontram emocionalmente seguras apesar dos conflitos dos pais, se estes se encontrarem psicologicamente e fisicamente disponíveis.

A procura de ajuda psicológica surge pela vontade manifestada da mãe e foi bem aceite pela R. Esta necessidade foi manifestada através de problemas de ansiedade e isolamento.

Os problemas de ajustamento referidos por Peled e Davies (1995 cit in. Sani 2011a) evidenciados nestas crianças, justificam a necessidade da procura e ajuda psicológica. Apesar de R evidenciar grande resiliência à situação vivida, as manifestações ansiosas e depressivas, indiciam uma necessidade urgente de ajustamento à nova situação que vive.

O ambiente familiar de R é pautado por discussões constantes entre o casal, a figura paterna é agressiva e violenta, provocando no seio da família instabilidade, medo e insegurança, sendo o progenitor uma figura muito ausente na vida de R.

Sagim (2003) a violência é um fenómeno social e familiar. A sociedade tem uma tendência para conceber maus tratos como comportamentos desviantes e não como um problema social transversal a todo o tipo de famílias (APAV, 2010; Schiffrin & Waldron, (1992 cit in. Matos 2002)).

Margolin (1998 cit in Sani, 2011a) referem que a violência entre o casal pode causar desleixo nas necessidades básicas da criança, enquanto (Emery 1989) reforça que também pode provocar problemas emocionais e comportamentos severos nas criança.

Grych Seid & Fincham (1992) referem ainda que o sentimento de responsabilização sentido pela criança pode estar na origem de sentimentos depressivos, baixa auto-estima e stress. Caprichoso (2010) refere que as crianças vítimas de conflitos parentais demonstram reacções de culpa, vergonha, insegurança, ansiedade e confusão.

No caso de R observa-se uma adaptação mais ou menos necessária e indispensável à mesma, percebida pela mesma como essencial à sua vida quotidiana.

No meu estudo verifica-se que R apresenta uma forte adaptação à nova estrutura familiar Jaffe et al.(1990), salienta que a criança exposta à violência interparental faz sucessivos esforços para lidar com as alterações familiares resultantes dos conflitos parentais.

No que se refere às mudanças sentidas por R, o sentimento de insegurança mantém-se, pelo facto de se verificar que R continua com sentimentos de perda e abandono, este

medo é explicado pelas vivências de R ao longo do processo de vitimização, numa busca constante de aceitação, quanto mais não seja por um dos progenitores, neste caso a mãe.

A análise aos cartões 7 e 8, podemos aferir da existência de ciúme e de possíveis sentimentos de exclusão, que podem estar relacionados com o manifestado por R, aquando das questões colocadas sobre o relacionamento com a família e o medo desta de ser abandonada, situação experienciada aquando da separação dos pais.

O cartão 15, quase que de uma forma sucinta demonstra a riqueza expositiva dos conteúdos já referidos sobre a análise deste estudo, o estabelecimento de laços duradouros, estáveis, que R consciencializou como realidade, os que tem com a sua mãe, tornando evidente a aceitação, de certa forma sofrida da separação de seus pais.

Na questão E, está patente nas respostas de R, uma necessidade constante de aceitação por parte da sua mãe, numa procura de uma estrutura familiar que lhe dê estabilidade.

As respostas obtidas por R em relação ao seu auto-conceito, corroboram os aspetos já referidos, da necessidade de se auto caracterizar de forma positiva. Pretende ter uma vida tranquila, realizar os seus sonhos e ter sempre amigos.

Podemos encontrar explicação conforme o referido por Cumming(1998 cit in Sani 2011) que o sentimento de protecção do seio familiar evidenciado por estas vítimas, possa explicar o comportamento de R na sua adaptação.

R é uma criança que se adaptou, apesar da gravidade de vivências observadas e testemunhadas, de forma bastante equilibrada, criando as suas defesas. Esta característica é deveras interessante pois Sani (1999) refere que podem surgir diferentes défices sociais e relacionais como menor capacidade na resolução de problemas, agressividade, temperamento difícil e baixos níveis de realização académica, entre outros. Não se tendo observado de todo consequências comportamentais e psicológicas tão desestruturadas como as referidas por este autor.

Conclusão Geral

Concluiu-se ainda que alguns estudos referem que nem todas as crianças expostas à violência intrafamiliar responderão negativamente, uma vez que a presença de fatores de proteção têm um papel fundamental. Entre estes, o ambiente escolar, o relacionamento com a vizinhança e o suporte advindo de demais membros familiares, entre outros (Sani, 2008).

O que vai de encontro, ao presente estudo de caso, em que R evidencia uma boa adaptação e ajustamento a toda a problemática familiar experienciada.

Apesar de alguns estudos não corroborarem os resultados para a adaptação à escola, verificamos no caso de R, em que esta manifesta uma boa adaptação à escola, tendo bons resultados. Também se constata que crianças vítimas de maus tratos apresentam pouca resiliência, o que não se verifica no estudo de caso apresentado, contrariando os dados obtidos na literatura, R apresenta uma boa resiliência perante a situação de maus tratos que vivenciou.

Segundo o DSM-5(2013) o problema apresentado por R enquadra-se nas perturbações da ansiedade, especificamente na perturbação de ansiedade de separação, (309.21(F93.0)), preenchendo os seguintes critérios diagnóstico.

A. Medo e ansiedade excessivos e inadequados para o nível de desenvolvimento do indivíduo relativos à separação daqueles a quem está vinculado, que se manifesta pela presença de pelos menos 3 dos seguintes:

1. Mal estar excessivo e recorrente que ocorre ou é antecipado à separação da casa ou das principais figuras de vinculação.
2. Preocupação excessiva e persistente pela possível perda das principais figuras de vinculação ou por possíveis males que possam acontecer a essas pessoas, tais como doenças, lesões, desastres ou morte.
3. Preocupação excessiva e persistente pela possibilidade de que um acontecimento adverso (por exemplo, perder-se, ser raptado, ter um acidente, ficar doente) possa levar à separação de uma importante figura de vinculação.

7. Pesadelos repetidos que envolvem o tema de separação.

B. O medo, ansiedade ou evitamento persistentes, duram pelo menos 4 semanas nas crianças e adolescentes e tipicamente 6 meses ou mais nos adultos.

C. A alteração causa um mal-estar clinicamente significativo ou um déficit social, escolar, ocupacional, ou noutras áreas importantes do funcionamento.

D. A alteração é mais bem explicada por outra perturbação mental, como recusa em sair de casa devido à resistência excessiva à mudança na perturbação do espectro do autismo, delírios ou alucinações envolvendo a temática da separação em perturbações psicóticas; recusa em sair sem a companhia de alguém de confiança na agorafobia; preocupações acerca da saúde ou outros males que possam suceder aos outros na perturbação de ansiedade generalizada; ou preocupações acerca de ter uma doença na perturbação de ansiedade de doença.

Esta foi a sintomatologia com que R chegou aos serviços da APAV, sendo que se encontra em acompanhamento psicológico, apresentando melhorias significativas até à data.

Uma das limitações no nosso estudo, foi a dificuldade em recolher a amostra, visto este ser um grupo de risco em que apresentam dificuldade em divulgar e expor os fatos ocorridos na violência.

O estudo poderia ter os dois tipos de metodologia, a qualitativa e a quantitativa, pelo fato do nosso estudo ser qualitativo, não podendo por isso fazer generalizações.

A maior parte dos estudos efetuados debruçam-se sobre a problemática da exposição à violência interparental, em que explicam e predizem alguns comportamentos na criança, encontrando-se alguma dificuldade e preocupação em compreender como as crianças experienciam os episódios violentos.

Encontram-se algumas limitações em relação à “Vitimação Indireta” que atualmente continua esquecida, pois esta precisa ainda de uma maior visibilidade social e legal.

Para que o estudo tivesse maior credibilidade seria pertinente a utilização de vários informantes (eg: pai), contudo esta foi uma das nossas limitações, uma vez que o progenitor não se mostrou disponível.

Poder-se-ia ter utilizado uma maior variabilidade de faixas etárias, o que levaria a um maior cruzamento de informação. A amostra poder-se-ia ter referido a crianças e a jovens institucionalizados e não institucionalizados e ainda ao género (quem mais percebe a violência, os rapazes ou as raparigas, de que forma a percebem).

Também poderíamos vir a realizar um estudo comparativo com crianças que presenciam ambientes de violência doméstica e crianças que não presenciam.

Em estudos futuros poderíamos fazer estudos longitudinais, em que se pudesse acompanhar as crianças expostas ao longo do tempo, para podermos analisar os efeitos da exposição à violência na infância até à fase adulta e ainda se poderia sugerir a implementação de um programa preventivo e interventivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Achenbach, T.M. (1991). Child Behavior Checklist/4-18. Disponível em: <http://www.iprc.unc.edu/> Alarcão, M. (2006). *Desequilíbrios familiares*. 3ª Ed. Coimbra: Quarteto.
- Alarcão, M. (2006). *Desequilíbrios familiares*. 3ª Ed. Coimbra: Quarteto.
- Alberto, I. (2010). *Maltrato e trauma na infância*. Coimbra: Edições Almeida, SA.
- Alexander, R. (1993). Wife battering: australian perspective. *Journal of family violence*, 8, 29-245.
- Alfolabi, O. E. (2014). Domestic violence, risky violence environment and children: a bio-psychology perspective. *International Journal of psychology and Counselling*, 6(8), 107-118.
- Amor, P.J., Echeburúa, E. & Loinaz, I. (2009). Se puede establecer una clasificación tipológica de los hombres violentos contra su pareja? *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 9, 519-539.
- Antunes, M. (2002). Violência e vítimas em contexto doméstico. In C. Machado & R. A. Gonçalves (coords), *Violência e vítimas de crimes*, Vol. I: Adultos. Coimbra: Quarteto.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) (2010). *Manual Alcipe*. Para o atendimento de mulheres vítimas de violência. 2ª Ed. Revista e atualizada.
- Azevedo, M., & Guerra, V. (1995). *Violência Doméstica na Infância e na Adolescência*. São Paulo: Sp, Robe.
- Azevedo, M., & Guerra, V. (1998). *Violência Doméstica na Infância e na Adolescência*. São Paulo: Sp, Robe.
- Azevedo, A. & Maia, A. (2006) *Maus tratos à criança*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Baldry, A. (2002). Bullying in the schools and exposure to domestic violence. *Child Abuse & Neglect*, 27, 713-732.

- Bardin, L. (2004). *Análise de Conteúdo* (3ª ed.). Lisboa: Edições 70.
- Bandura, A. (1986). *Social Foundations of Thought and Action*. USA: Prentice-Hall.
- Barnett, O. W. & Fagan, R. W. (1993). Alcohol use in male spouse abusers and their female partners. *Journal of Family Violence*, 8, 1-10.
- Bastos, A. et al., (2008), *Um olhar sobre a pobreza infantil: análise das condições de vida das crianças*, Coimbra: Edições Almedina.
- Benetti, S. P. C. (2006). Conflito conjugal: Impacto no desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19 (2), 261-268.
- Biasoli-Alves, Z. M. M.; Bazon, M. R. (2003). Maus tratos na infância e adolescência: discutindo estudos diagnósticos e de intervenção. In: Congresso Interamericano de Psicologia, 29, 13-18.
- Black, D. S., Sussman, S., & Unger, J. B. (2010). A Further Look at the Intergenerational Transmission of Violence: Witnessing Interparental Violence in Emerging Adulthood. *Journal of Interpersonal Violence*, 25 (6), 1022-1042.
- Brancalhone, P. G. & Williams, L. C. A. (2003). Crianças expostas à violência conjugal: Uma revisão de área. In M. C. Marquezine, M. A. Almeida, S. Omote & E. D. O. Tanaka (Eds.). *O papel da família junto ao portador de necessidades especiais*, 123-130. [Versão eletrônica]. Londrina: Eduel.
- Canha, J. (2003). *A criança maltratada: O papel de uma pessoa de referência na sua recuperação – estudo prospectivo de 5 anos*. 2ª Ed. Coimbra: Quarteto Editora.
- Canha, J. (2008). *A criança vítima de violência*. In. C. Machado & R. A. Gonçalves. (cords), *Violência e vítimas de crimes*, Vol. II, 3ª Ed, (p.17-37). Coimbra: Quarteto Editora.
- Caprichoso, D. R. O. (2010). *Percepção de crianças expostas à violência interparental*. Dissertação de Mestrado não publicada. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa.

- Carmo, & Harada, (2006). Violência física como prática educativa. Ver. *Latino Enfermagem*, 14-64.
- Casas, F. (1998). *Infancia: perspectivas psicosociales*. Barcelona: Paidós.
- Casanueva, C.; Martin, S. L.; Runyan, D. K.; Barth, R. P. & Bradley, R. H. (2008). Quality of maternal parenting among intimate-partner violence victims involved with the child welfare system. *Journal of Family Violence*, 23, 413-427.
- Casique, L. C. & Furegato, A. R. F. (2006). Violência contra mulheres: Reflexões Teóricas. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, 14, (6), 137-144.
- Cavanaugh, M.M. & Gelles, R.J. (2005). The utility of male domestic violence offender typologies. *Journal of Interpersonal Violence*, 20, 155-166.
- Cedr s, J. M. Y. & Méndez, R.G. (2000). Correlatos cognitivos associados a la experiência de violência interparental. *Psicothema*, 12 (1), 41-48.
- Costa, V. & Sani, A. (2007). Sintomatologia de p s-stress traumático em crianças expostas   violência interparental. *Revista da Faculdade de Ciências da Saúde*, 4, 284-290.
- Coutinho, M. J. & Sani, A. I. (2008). Evidência empírica na abordagem sobre as consequências da exposição   violência interparental. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Fernando Pessoa*, 5, 284-293.
- Cox, M. J., Paley, B. & Harter, C. (2001). Interparental conflict and parent child relationships. In J. H. Grych and F. D. Fincham (Eds.), *Interparental conflict and child development*, (p.249-272). Cambridge: Cambridge Press.
- Crockenberg, S. & Langrock, A. (2001). The role of emotion and emotional regulations in children's responses to interparental conflict. In J. H. Grych and F. D. Fincham (Eds.), *Interparental conflict and child development*, 129-156. Cambridge: Cambridge Press.

- Cummingham, A. & Baker, L. (2004). *What about me! Seeking to understand the child's view of violence in the family*. London, ON: Centre for Children and Families in the Justice System.
- Cunningham, A. & Baker, L. (2007). *Little eyes, little ears- How violence against a mother shapes children as they grow*. London, ON: Centre for Children and Families in the Justice System.
- Cummings, E. M. & Davies, P. (1994). *Children and Marital Conflict. The impact of Family Dispute and Resolution*. New York: The Guilford Press.
- Cummings, E. & Davies, P. (2010). *Marital conflict and children: An Emotional security perspective*. New York: Guilford Press.
- Cummings, E. M., Kouros, C. D. & Papp, L. M. (2007). Marital aggression and children's responses to everyday interparental conflict. *European Psychologist*, 12 (1), 17-28.
- Cummings, J. G.; Pepler, D. J., & Moore, T. E. (1999). Behavior Problems in Children Exposed to Wife Abuse: Gender Differences. *Journal of Family Violence*, 14, 2, 133-156.
- Cummings, E., Schermerhorn, A., Goeke-Morey, M., Cumming, J., & Davies, P. (2006). Interparental discord and child adjustment: prospective investigations of emotional security as an explanatory mechanism. *Child Development*, 77, (1), 132-152.
- Dadds, M. R., Atinkson, E., Turner, C., Blums, G. J. & Lendich, B. (1999). Family Conflict and Child Adjustment: Evidence for a Cognitive-Contextual Model of Intergenerational Transmission. *Journal of Family Psychology*, 13 (2), 194-208.
- Dahlberg, L. L. & Krug, E. G. (2002). Violence a global public health problem. Centers for Disease Control and Prevention, WHO. Atlanta GA.

- Davies, P. T. & Cummings, E. M. (1994). Marital conflict and child adjustment: an emotional security hypothesis. *Psychological Bulletin*, 116, 387-411.
- Davies, P. T. & Cummings, E. M. (1998). Exploring Children's Emotional Security as Mediator of the Link Between Marital Relations and Child Adjustment. *Child Development*, 69 (1), 124-139.
- Davies, P. T. & Forman, E. M. (2002). Children's Patterns of Preserving Emotional Security in the Interparental Subsystem. *Child Development*, 73 (6), 1880-1903.
- Davies, P. T., Forman, E. M., Rasi, J. A. & Stevens, K. I. (2002). Assessing Children's Emotional Security in the Interparental Relationship: The Security in the Interparental Subsystem Scales. *Child Development*, 73 (2), 544-562.
- Davies, P. T. & Windle, M. (1997). Gender-specific pathways between maternal depressive symptoms, family discord and adolescent adjustment. *Development Psychology*, 33(4), 657-668.
- Day, P.; Telles, L.; Zoratto, P.; Azambuja, M.; Machado, D., & Silveira, M. (2003). Violência doméstica e suas manifestações. *Revista de Psiquiatria. Rio Grande do Sul*, 25, 1, 9-21.
- Diário da República (DR) 1ª Série nº 243 17 de Dezembro de 2010
- Dias, I. (2004). *Violência na Família. Abordagem sociológica*. Porto edições Afrontamento.
- Direção Geral da Saúde (DGS) (2011). Maus tratos em Crianças e Jovens: Intervenção da Saúde. Direcção Geral da Saúde (DGS) (Grupo de Trabalho).
- Dutton, D. G. (2000). Witnessing parental violence as traumatic experience shaping the abusive personality. In R. A. Geffner, P. G. Jaffe & M. Sudermann (Eds.), *Children exposed to domestic violence. Current issues in research, intervention, prevention and policy development*, 59-67. New York: The Haworth & Trauma Press.

- Eisikovits, Z.; Winstok, Z. & Enosh, G. (1998). Children`s experience of interparental violence: a heuristic model. *Children and Youth Services Review*, 20, (6), 547-568.
- Emery, R. E. (1989). Family Violence. *American Psicologist (AP)*, 44, 2, 321-328.
- Falcke, D` Oliveira, D. Z.; Rosa, L. W. & Bentancur, M. (2009). Violência conjugal: um fenômeno interacional. *Contextos Clínicos*, 2, 2, São Leopoldo.
- Fantuzzo, J. W.; De Paola, L.M.; Lambert, L.; Martino, T.; Anderson, G. & Sutton, S. (1991). Effects of interparental violence on the psychology adjustment and competencies of young children. *Journal of Consulting and Clínica Psychology*, 59 (2), 258-265.
- Fantuzzo, J. W.; Mohr, W. K. & Noone, M. L. (2000). Making invisible victims of violence against womam visible through. University Community partnerships. In R. A. Geffner, P. G. Jaffe & M. Sudermann (Eds.), *Children exposed to domestic violence. Current issues in research, intervention, prevention and policy development*, (p. 9-23). New York: The Haworth Maltreatment & Trauma Press.
- Fergusson, M., & Horwood, J. (1998). Exposure to interparental violence in childhood and psychosocial adjustment in young adulthood. *Child Abuse Negligence*, 5, 339-357.
- Ferreira, J.; Cysne, S.; Pires, L.; Medeiros, L., & Valença, A. (2007). Maus-tratos infantis: estudo nos conselhos tutelares do município de João Pessoa no período de 2004 a 2005. *Revista de Odontologia da UNESP*, 36, 237-241.
- Figueiredo, B. (1998). Maus tratos da criança e do adolescente: Situações enquadramento da problemática. *Psicologia: Teoria, investigação e prática*, 3, 5-20.
- Forsstrom-Rosenbaum, B. & Rosenbaum, A. (1985). The effects of parental marital violence on young adults: An exploratory investigation. *Journal of Marriage and Family*, 47(2), 467-480.

- Gewirtz, A. & Edleson, J. L. (2004). Young Children's Exposure to Adult Domestic Violence: Toward a Developmental Risk and Resilience Framework for Research and Intervention. Paper #6 in the Series. *Early Childhood, Domestic Violence, and Poverty: Helping Young Children and Their Families*.
- Gomes, N. P.; Dinis, M. F.; Araújo, A. J. de S. & Coelho, T. M. F. (2007). Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. *Acta Paul Enferm* 20(4), 504-08.
- Gracia, J.; Mesa, C., & Vila, D. (2013). A intervenção com crianças vítimas de violência doméstica interpaparental em Aragão (Espanha): resposta judicial e assistência social integrada. *E-Cadernos CES*. 20, 105-136.
- Graham-Bermann, S. A. (1998). The impact of women abuse on children's social development: Research and theoretical. In G. W. Holden, R. Geffner & E. N. Jouriles (Eds.), *Children exposed to marital violence. Theory, research and applied issues*, 21-54. Washington: American Psychological Association.
- Graham-Bermann, S. A. & Hughes, H. M. (2003). Intervention for Children Exposed to Interparental Violence (IPV): *Assessment of Needs and Research Priorities*. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 6 (3), September, 189-204.
- Grych, J. H. & Cardoza-Fernandes, S. (2001). Understanding the impact of interparental conflict on children. In J. H. Grych and F. D. Fincham (Eds.), *Interparental conflict and child development*, 157-187. Cambridge: Cambridge Press.
- Grych, J. H. & Fincham, F. D. (1990). Marital Conflict and Children's Adjustment: A Cognitive-Contextual Framework. *Psychological Bulletin*, 108 (2), 267-290.
- Grych, J. H., Seid, M. & Fincham, F. D. (1992). Assessing marital conflict from child's perspective: the children's perceptions of interparental conflict scale. *Child Development*, 63, 558-572.
- Grych, J. H., & Fincham, F. D. (1993). Children's appraisals of marital conflict: Initial investigations of the cognitive-contextual framework. *Child Development*, 64, 215-230.

- Hamberger, L.K. & Hastings, J.E. (1986). Personality correlates of men who abuse their partners: A cross-validation study. *Journal of Family Violence*, 1, 323-341.
- Hamberger, L.K., Lohr, J.M., Bonge, D. & Tolin, D.F. (1996). A large sample empirical typology of male spouse abusers and its relationship to dimensions of abuse. *Violence and Victims*, 11, 277-292.
- Hazen, A., Connelly, C., Kelleher, K., Barth, R., & Landsverk, J. (2006). Female Caregivers' experiences with intimate partner violence and behavior problems in children investigated as victims of maltreatment. *Pediatrics*, 117, 99-109.
- Herrenkohl, T. & Herrenkohl, C. (2007). Examining the overlap and prediction of multiple forms of child maltreatment, stressors, and socioeconomic status: a longitudinal analysis of youth outcomes. *Journal of Family Psychology*, 22, 553-562.
- Hildyard, L. & Wolf, A. (2002). Child Neglect: developmental issues outcomes. *Child Abuse & Neglect*, 26, 679-695.
- Hines, D. A. & Saudino, K. J. (2002). Intergenerational Transmission of Intimate Partner Violence: A Behavioral Genetic Perspective. *Trauma, Violence & Abuse*, 3 (3), 210-225.
- Holden, W. (1998). The development of research into another consequence of family violence. In: Holden, G. W., Geffner, R. & Jouriles, E. N. (Ed.). *Children exposed to marital violence. Theory, research and applied issues*. Washington, American Psychological Association, 1-18.
- Holtzworth-Munroe, A. & Stuart, G.L. (1994). Typologies of male batterers: Three subtypes and the differences among them. *Psychological Bulletin*, 116, 476-497.
- Holtzworth-Munroe, A.(2000). A Typology of Men Who are Violent Toward Their Female Partners: Making Sense of the Heterogeneity In Husband Violence. *American Psychological Society*.
- Hotton, T. (2003). Childhood aggression and exposure to violence in the home. *Statistics Canada*, 561(85), 1-21.

- Hydén, M. (1995). Verbal aggression as a prehistory of woman battering. *Journal of Family Violence*, 10 (1), 55-71.
- Jaffe, P. G., Wolfe, D. A. & Wilson, S. K. (1990). *Children of battered woman*. USA, Sage.
- Jaycox, L. H. & Repetti, R. L. (1993). Conflit in Families and the Psychological Adjustment of Preadolescent Children. *Journal of Family Psychology*, 7 (3), 344-355.
- Jenkins, E. & Bell, C. (1997). Exposure and response to community violence among children and adolescents. In: J. D. Osofsky (ed). *Children in a violent society*. New York: The Guilford Press, 9-31
- Johnson, V. & Lieberman, A. (2007). Variations in behavior problems of preschoolers exposed to domestic violence: the role of the mothers' attunement to children's emotional experiences. *Journal Family Violence*, 22, 297-308.
- Kalmuss, D. & Seltzer, J.A. (1989). A Framework for Studying Family Socialization Over the Life Cycle – The Case of Family Violence. *Journal of Family Issues*, 10 (3), 339-358.
- Kashani, J. H. & Allan, W. D. (1998). *The Impact of Family Violence on Children and Adolescents*. Thousand Oaks: Sage.
- Katz, L.F. (2001). Physiological processes as mediators of impact of marital conflit children. In J. H. Grych and F. D. Fincham (Eds.), *Interparental conflit and child development*. Cambridge: Cambridge Press, 213-245.
- Kerig, P. K. (1998). Gender and appraisals as mediators of adjustment in children exposed to interparental violence. *Journal of family violence*, 13 (4), 345-363.
- Kernic, M. A., Holt, V. L., Wolf, M. E., McKnight, B., Huebner, C. E., Rivara, F. P. (2002). Academic and school health issues among children exposed to maternal intimate partner abuse. *Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine*, 156, 549-555.

- Kernic, M. A., Wolf, M. E., Holt, V. L., McKnight, B., Huebner, C. E., Rivara, F. P. (2003). Behavioral problems among children whose mothers are abused by an intimate partner. *Child Abuse & Neglect*, 27, 1231-1246.
- Kitzmann, K. M.; Gaylord, N. K.; Holt, A. M., & Kenny, E. D. (2003). Child witnesses to domestic violence: a meta analytic review. *Journal of consulting and clinical psychology*, 71, 2, 333-352.
- Koenen, K. C., Moffitt, T. E., Caspi, A., Taylor, A., & Purcell, S. (2003). Domestic violence is associated with environmental suppression of IQ in young children. *Development and Psychopathology*, 15, 297-311.
- Kubeka, A. M. (2008). Exposure to violence at home: A qualitative exploration of experiences and perceptions of black adolescents in South Africa. *South African Review of Sociology*, 39(2), 282-300.
- Lichter, E. L. & McCloskey, L. A. (2004). The effects of childhood exposure to marital violence on adolescent gender-role beliefs and dating violence. *Psychology of Women Quarterly*, 28, 344-357.
- Lisboa, C., Koller, S. H., Ribas, F. F., Bitencourt, K., Oliveira, L., Porciuncula, L. P., & Marchi, R. B. (2002). Estratégias de coping de crianças vítimas e não vítimas de violência doméstica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(2), 345-362.
- Machado, A. P. O. (2010). Resiliência e promoção de saúde: uma relação possível. www.psicologia.com.pt.
- Machado, C. & Gonçalves, R. A. (2002). *Violência e Vítimas de crime: Vol. 1- Adultos*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Machado, C. & Gonçalves, R. A. (2003). *Violência e vítimas de crimes: Vol. 2- Crianças* (2ª ed.). Coimbra: Quarteto Editora.
- Magalhães, T. (2005). *Maus tratos em crianças e jovens*. Guia para Profissionais. 4ª ed. Coimbra: Quarteto Editora.

- Magalhães, T. (2010). *Violência e abuso. Respostas simples para questões complexas.* Versão integral disponível em digitalis.uc.pt. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Manita, C. (2004). *Estudo tripartido sobre a violência doméstica.* Porto: CIDEM/FPCEUP.
- Manita, C. (2005). *A Intervenção em agressores no contexto da violência doméstica em Portugal. Estudo preliminar de caracterização.* CPAIEPODDM.
- Manita, C.; Ribeiro, C. & Peixoto, C. (2009). *Violência doméstica: compreender para intervir. Guia de boas práticas para profissionais de instituições de apoio à vítima* CIG (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género - Presidência do Conselho de Ministros.
- Margolin, G. (1998). Effects of domestic violence on children. In: Trickett, P. K. & Schellenback (Eds). *Violence against children in the family and community.* Washington, APA, 57-101.
- Margolin, G. & Gordis, E. B. (2004). Children's exposure to violence in the family and community. *American Psychological Society*, 13 (4), 152-155.
- Margolin, G., Oliver, P. M. & Medina, A. M. (2001). Conceptual issues in understanding the relation between interparental conflict and child adjustment: Integrating development psychopathology and risk/resilience perspectives. In J. H. Grych & F. D. Fincham (Ed.). *Interparental conflict and child development: Theory, research and applied issues*, 9-38. USA: Cambridge University Press.
- .Marmo, D. B.; Davoli, A.; & Ogido, R., (1995). Violência doméstica contra a criança. *Jornal de Pediatria*, 71(6), 313-316.
- Minayo, M.C. S. (2006). *Violência e saúde* 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FioCruz.
- Martins, P. (2002). *Maus-tratos a crianças – O perfil do problema.* Braga: Universidade do Minho.

- Martins, J. S. (2005). Violência e Maus Tratos em Contexto de Socialização e Delinquência Juvenil. Tese de Doutorado não Publicada. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Matos, M. (2002). Violência conjugal. In C. Machado & R. A. Gonçalves (coords), *Violência e vítimas de crimes*, Vol. I: Adultos. Coimbra: Quarteto.
- McDonald, R., Jouriles, E., Norwood, W., Ware, H., & Ezell, E. (2000). Husband's marital violence and the adjustment problems of clinic-referred children. *Behavior Therapy*, 31, 649-665.
- McDonald, R. & Grych, J. H. (2006). Young Children's Appraisals of Interparental Conflict: Measurement and Links with Adjustment Problems. *Journal of Family Psychology*, 20 (1), 88-99.
- Minuchin, S. (1990). A Família como sistema. In Minuchin (1990). Famílias: funcionamento e tratamento, cap. II. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Monson, C.M. & Rohling, J. L. (1998). Sexual and nonsexual marital aggression: Legal considerations, epidemiology, and an integrated typology of perpetrators. *Aggression and Violent Behavior* 3, 369-389.
- Monteiro, C. F. S. e Sousa, I. E. O. (2007). Vivência da violência conjugal. Fatos do quotidiano. *Texto contexto Enfermagem. Florianopolis*, 16, 1, 26-31.
- Moreira, A. C. F. (2012). Resiliência e coping: exposição à violência interparental enquanto experiência traumática. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Temas de Psicologia. Área de Especialização: Psicologia de Catástrofe e trauma. Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da Universidade do Porto.
- Moretti, M. M., Obsuth, I., Odgers, C. L., & Reebye, P. (2006). Exposure to maternal vs. paternal partner violence, PTSD, and aggression in adolescent girls and boys. *Aggressive Behavior*, 32, 385-395.
- O'Brien, M., Bahadur, M.A., Gee, C., Balto, K. & Erber, S. (1997). Child exposure to marital conflict and child coping responses as predictors of child adjustment. *Cognitive Therapy and Research*, 21(1), 39-59.

- O'Keefe, M. (1998). Factors Mediating the Link Between Witnessing Interparental Violence and Dating Violence. *Journal of Family Violence*, 13 (1), 39-57.
- Osofsky, J.D. (1995). Children Who Witness domestic violence: The invisible victims. *Society for Research in child Development*, IX, (3), 1-20.
- Osofsky, J. (1997). Children and youth violence: an overview of the issue. In: J. D. Osofsky, J. (ed.) *Children in a violent society*. New York, The Guilford Press, 3-8.
- Osofsky, J. (1998). Children as invisible victims of domestic and community violence. In E. W. Holden, R. Geffner & E. N. Jouriles (Eds.), *Children exposed to marital violence. Theory, research and applied issues*. (p.95-117). Washington: American Psychological Association.
- Osofsky, J.(1999). The impact of violence on children, in the future of children. Domestic violence and children, 3, 33-49.
- Osofsky, J. (2003). Prevalence of children's exposure to domestic violence and child maltreatment: implications for prevention and intervention. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 6(3), 161-170.
- Palácios, J.; Moreno, M., & Jiménez, J. (1995). El maltrato infantil: concepto, tipos, etiología. *Infancia y Aprendizaje*, 71, 7-21.
- Papalia, D. E.; Olds, S. W., & Feldman, R. D. (2001). *O Mundo da criança*. Portugal: Mc Graw Hill.
- Pinto da Costa, J. (2010). *Curso básico de Medicina Legal. Sinopse dos temas abordados no âmbito do curso básico de Medicina Legal realizado na Escola de Direito da Universidade do Minho*. Porto: Elsa
- Rareza, J.; Cerci, C. M. R., & Falcke, D. (2014). Violência doméstica e transgeracionalidade um estudo de caso. *Revista de Psicologia da IMED*, 6, 1, 47-51.

- Ravazola, M. C. (1997). *Historias infames: los maltratos en las relaciones*. Buenos Aires: Paidós.
- Ribeiro, J. (2010). Metodologia de investigação em psicologia e saúde. Porto: Legis.
- Ricas, J., & Donoso, M. (2006). Maus tratos na infância: reflexões. *Revista Enfermagem*, 10, 306-310.
- Ritt, C. F.; Cagliari, C. T. S., & Costa, M. M. (2008). Violência cometida contra a mulher compreendida como violência de gênero. Disponível em <http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/arquivo_violencide> de genero>. Acesso em: 14 Setembro 2016.
- Rosen, K. H., Bartle-Haring, S. & Stith, S.M. (2001). Using Bowen Theory to Enhance Understanding of the Intergenerational Transmission of Dating Violence. *Journal of Family Issues*, 22 (1), 124-142.
- Rossmann, B. B. R., Hughes, H. M. & Rosenberg, M. S. (2000). *Children and Interparental Violence: The Impact of Exposure*. USA: Brunner/Mazel.
- Rousseaux, J. et al., (2002). O alcoólico em família: dimensões familiares dos alcoolismos e suas implicações terapêuticas 2ª Ed. Revista aumentada. Porto: Climepsi Editores.
- Sagim, M. B. (2003) . Estudo sobre relatos de violência contra a mulher segundo denúncia registradas em delegacia especializada na cidade de Goiânia, Goiás. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo.
- Saguim, M. B. (2008). Violência doméstica observada e vivenciada por crianças e adolescentes no ambiente familiar. Universidade de São Paulo. FFCLRP: Departamento de Psicologia e Educação. Programa de Pósgraduação em Psicologia. São Paulo.
- Salari, S. M. & Baldwin, B. M. (2002). Verbal, physical, and injurious aggression among intimate couples over time. *Journal of Family Issues*, 23, 4, 523-550.

- Saltzman, K., Holden, G., & Holahan, C. (2005). The psychobiology of children exposed to marital violence. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, 34(1), 129-139.
- Sani, A. I. (1999). Vitimação indirecta de crianças em contexto familiar. *Análise Social*, 12, 849-864.
- Sani, A. I. (2002). *As crianças e a violência: Narrativas de crianças vítimas e testemunhas de crimes*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Sani, A. I. M. (2003). *As crenças, o discurso e a ação: as construções de crianças expostas à violência interparental*. Tese de candidatura ao grau de Doutor de Psicologia, na especialidade da Psicologia da Justiça. Instituto de Educação e Psicologia. Braga: Universidade do Minho.
- Sani, A. I. (2004). Abordagens teóricas da violência interparental: Compreensão do ajustamento da criança ao conflito dos pais. In: *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, 153-177.
- Sani, A. I. (2006). Vitimação indirecta de crianças em contexto familiar. *Análise Social*, 41, 180, 849-864.
- Sani, A. I. (2007). As crenças das crianças sobre a violência e as percepções sobre os conflitos interparentais. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*. Universidade Fernando Pessoa, 4, 198-208.
- Sani, A. I. (2008). Mulher e mãe no contexto de violência doméstica. *Ex. Aequo*, 18, 123-133.
- Sani, A. I. (2011a). *Crianças vítimas de violência*. Representações e impacto do fenómeno. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sani, A. I. (2011b). *Temas de vitimologia. Realidades emergentes na vitimação e respostas sociais*. Almedina.
- Sani, A.I. & Almeida, T. (2011). *Violência interparental: A vitimação indirecta em crianças*. In: A. I., Sani (2011). *Temas de vitimologia. Realidades emergentes na vitimação e respostas sociais*. Almedina.

- Sarmento, N. M. (2005). *Contra a Violência Doméstica: o caminho percorrido*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias: Presidência do Conselho de Ministros, 2005. Publicações de governo nacional: Português.
- Scharaiber, L. B. , D'Oliveira, A. F. L. P., França-Junior, I. & Pinho, A. A. (2002). Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. *Revista Saúde Pública*, 36, 4, 470-477.
- Schraiber, L. B. & D'Oliveira, A. F. L. P. (1999). Violência contra mulheres: interfaces com a saúde. *Comunicação, Saúde e Educação. Botucatu*, 3, 5, 11-26.
- Scharaiber, L. B.; D'Oliveira, A. F. P. L.; Portella, A. P. & Menicucci, E. (2009). A Violência de Género no campo da saúde coletiva: conquistas e desafios. *Ciência e Saúde (online)*, 14, 4, 1019-1027.
- Silva, L. F. (2001). *Ação Social na área da Família*. Lisboa. Universidade Aberta.
- Silva, L. L.; Coelho, E. B. S.; Caponi, S. N. C. (2007). Silente violence: psychological violence ase condition of domestic pshysical violence. *Interface: Comunic. Saúde, educ.*, 11 (21), 93-103.
- Silverman, L. & Kaersvang, L. (1989). The traumatized children of violent marriages. *Child Welfare*, 68, 421-436.
- Spacarrelli, S., Sandler, I., N. & Roosa, M. (1994). History of spouse violence against mother: correlated risks and unique effects in child mental health. *Journal of Family Violence*, 9(1), 79-98.
- Stephens, D. L. (1999). Battered Women`s Views of Their Children. *Journal of Interpersonal Violence*, 14 (7), 731-746.
- Sternberg, K. J., Lamb, M. E., Guterman, E., & Abbott, C. B. (2006). Effects of early and later family violence on children`s behavior problems and depression: A longitudinal, multi-informant perspective. *Child Abuse & Neglect*, 30, 283-306.
- Sternberg, K. J., Lamb, M. E., Guterman, E., & Abbott, C. B. (2006). Effects of early and later family violence on children`s behavior problems and depression: A longitudinal, multi-informant perspective. *Child Abuse & Neglect*, 30, 283-306.

- Straus, A. M. & Kantor, K. G. (2005). Definition and measurement of neglectful behavior: some principles and guidelines. *Child Abuse & Neglect*, 29, 19-29.
- Suderman, M. & Jaffe, P. (1999). *A handbook for health and social service providers and educators on children exposed to Woman abuse/family violence*. The National Clearinghouse on Family Violence . Canada: Minister of Public Works and Government Services Canada, 1-69.
- Vuong, N. D; Ostargren, P. & Krantz, G. (2009). Intimate partner violence against women, health effects and health care seeking in rural Vietnam. *European Journal of Public Health*, 19, 2, 178-182.
- Walker, L E. A.(2006). *Battered Women syndrome*. New York: Academy of Sciences.
- Wolfe, D. A., Jaffe, P., Wilson, S.K. & Zak, L. (1985). Children of battered women: The relation of children behaviour to family violence and maternal stress. In: *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 53 (5),. 657-66.
- Ybarra, G. J., Wilkens, S. L., & Lieberman, A. F. (2007). The influence of domestic violence on preschooler behavior and functioning. *Journal of Family Violence*, 22, 33-42.
- Zingraff, M.; Leiter, J., Johnsen, M. C., & Myers, K.A. (1993). Child maltreatment and youthful problem behavior. *Criminology*, 31, 2, 173- 202.